



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**HAITI NO CONTEXTO REGIONAL E GEOPOLÍTICO: UMA ABORDAGEM
SOBRE OS DESAFIOS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A
MINUSTAH (2017)**

DAYQUELINE CORTEZ GOMES MARTINS

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**HAITI NO CONTEXTO REGIONAL E GEOPOLÍTICO: UMA ABORDAGEM
SOBRE OS DESAFIOS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A
MINUSTAH (2017)**

DAYQUELINE CORTEZ GOMES MARTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr Oliveira.
Coorientadora: Prof^a Dr.^a Angélica Lovatto

Foz do Iguaçu
2019

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

M386

Martins, Dayqueline Cortez Gomes.

Haiti no contexto regional e geopolítico: uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a Minustah (2017) / Dayqueline Cortez Gomes Martins. - Foz do Iguaçu, PR, 2019.
153 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz Iguaçu-PR, 2019.

Orientador: Lucas Kerr Oliveira.

Coorientador: Angélica Lovatto.

1. Geopolítica. 2. Haiti - História. 3. Minustah - Haiti. 4. Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. I. Oliveira, Lucas Kerr. II. Lovatto, Angélica. III. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. IV. Título.

CDU 911.3:32(729.4)

DAYQUELINE CORTEZ GOMES MARTINS

**HAITI NO CONTEXTO REGIONAL E GEOPOLÍTICO: UMA ABORDAGEM
SOBRE OS DESAFIOS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E A
MINUSTAH (2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira
UNILA

Coorientadora: Prof.a Dra. Angélica Lovatto
UNESP, Marília

Prof. Dr. Franck Seguy
UEH

Prof. Dr. Carlos Francisco Bauer
UNILA

Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri
UNILA

Foz do Iguaçu, 18 de fevereiro de 2019.

Dedico:

à Beatriz, minha filha, por ser sempre tão generosa.

Agradeço:

à todos que estiveram comigo durante esse período. Que em suas jornadas tenham serenos outonos para quando a primavera voltar possam aprender com as flores.

Outono

Momento de maturidade, luz dourada,
Safra colhida, há que extrair o grão que voltará à
terra na estação em que se brinda à vida renovada.

Tarde dos ciclos, hora do poente,
De colher frutos, cumprida a missão,
Sintetizar a vida em sua expressão
Mais reduzida, misteriosa semente.

Logo virá a noite, e a vida hiberna
E a lei dos ciclos cumpre seu caminho
Que vai da vida dual à vida eterna,
Qual frágil uva ao persistente vinho.

Que ao passar por nós, o áureo outono
Faça ecoar o som do duradouro...

E, ao mergulhar o transitório em sono,
Possa tornar homens de terra em homens de ouro.

Lucia Helena Galvão Maia

RESUMO

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH, foi instituída no país em meio a uma grave convulsão social, em 2004. Essa missão militarizada, sob a égide do Capítulo XVII, teve como propósito estabilizar o Haiti trabalhando em três eixos: reestabelecimento da segurança interna, reestruturação política e proteção dos direitos humanos. O objetivo desta pesquisa é identificar a efetivação dos três eixos proposto pela missão que demonstrem mudanças no âmbito social, político e econômico que possam ser reconhecidas como resultado da permanência da MINUSTAH no país. De maneira conjunta, optou-se por desenvolver um estudo acerca do conceito “Estado Fracassado” para responder sob uma análise objetiva se o “fracasso” do Estado haitiano é resultado de fatores históricos pós-independência, principalmente a invasão estadunidense de 1915 e as sucessivas intervenções militarizadas na década de 1990, até a chegada da MINUSTAH. A hipótese que orientou a pesquisa proposta é a de que a permanência da missão não propiciou, substancialmente, melhoras nos três eixos contemplados pela missão, mas sim mantém o Haiti como uma plataforma geoestratégica estadunidense na América Latina. A realização dessa pesquisa serviu-se da Teoria do sistema-mundo¹ como categoria analítica. Durante a feitura da dissertação, optou-se por uma análise crítica por meio da metodologia qualitativa procedendo com o levantamento de fontes primárias e secundária. Quanto às bibliografias, foi feito um levantamento de livros, teses e artigos científicos relacionados tanto com o contexto social do Haiti, quanto com as missões de paz da ONU. A respeito das demais fontes, foram utilizados documentos do Governo Haitiano, documentos do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e da Organização das Nações Unidas, entre outras.

Palavras-chave: Haiti. Geopolítica. Caribe. MINUSTAH. Estado Fracassado.

¹ A Teoria do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein, estabelece que “A tese da análise dos sistemas mundiais é direta. As três supostas áreas da ação humana coletiva - a econômica, a política e a social ou sociocultural - não são arenas autônomas da ação social. Não tem ‘lógicas’ separadas. Mais importante: o entrelaçamento de imposições, opções, decisões, normas e ‘racionalidades’ é tal que nenhum modelo útil de pesquisa pode isolar ‘fatores’ de acordo com as categorias do econômico, do político e do social e tratar apenas um tipo de variável mantendo implicitamente as outras constantes. Estamos dizendo que existe um único ‘conjunto de regras’ ou um único ‘conjunto de imposições’ dentro do qual essas várias estruturas operam (WALLERSTEIN, 1999, p.453).

RESUMEN

La Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización en Haití - MINUSTAH, fue instituida en el país en medio de una grave convulsión social en 2004. Esa misión militarizada, bajo la égida del Capítulo XVII, tuvo como propósito estabilizar a Haití trabajando en tres ejes: restablecimiento de la seguridad interna, reestructuración política y protección de los derechos humanos. El objetivo de la presente investigación es identificar la efectividad de los tres ejes propuesto por la misión que demuestren cambios en el ámbito social, político y consecuentemente económico que puedan ser reconocidos como resultado de la permanencia de la MINUSTAH en el país. En conjunto, se optó en desarrollar un estudio acerca del concepto "Estado Fracasado" para responder bajo un análisis objetivo si el "fracaso" del Estado haitiano es el resultado de factores históricos posteriores a la independencia, principalmente la invasión estadounidense 1915 y las sucesivas intervenciones militarizadas en la década de 1990 hasta la llegada de la MI-NUSTAH. La hipótesis que orientó esta investigación es que la permanencia de la misión no propició sustancialmente mejoras en los tres ejes contemplados por la misión, sino que mantiene a Haití como una plataforma geoestratégica estadounidense en América Latina. La realización de esta investigación se sirvió de la Teoría del sistema-mundo como categoría analítica. Durante la elaboración de la disertación se optó por un análisis crítico por medio de la metodología cualitativa procediendo con el levantamiento de fonemas primarios y secundarios. En cuanto a las bibliografías, se hizo un levantamiento de libros, tesis y artículos científicos relacionados tanto con el contexto social de Haití como también relacionados con las misiones de paz de la ONU; sobre las demás fuentes, se utilizaron documentos del Gobierno de Haití, documentos del Ministerio de Defensa, Ministerio de Relaciones Exteriores (Itamaraty) y de la Organización de las Naciones Unidas, entre otras.

Palabras clave: Haití. Geopolítica. Caribe. MINUSTAH. Estado Fracasado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das viagens de Colombo na região caribenha.....	18
Figura 2 – Mapa, volume e direção do tráfico de escravos transatlântico, de todas as regiões africanas a todas as regiões americanas.....	23
Figura 3 - Mapa México, Centroamérica y el Caribe, recursos naturales	31
Figura 4 – Mapa da Divisão Colonial da Ilha de Hispaniola no Século 15.....	35
Figura 5 – Mapa da República do Haiti.....	40
Figura 6 - Mapa simplificado que mostra a economia de 60% provocada pelo Canal do Panamá na ligação entre Nova Iorque e San Francisco.....	50
Figura 7 - Mapa da Vulnerabilidade estatal do Haiti em 2018.....	73
Figura 8 - Representação de indicadores sociais.....	74
Figura 9 - Evolução do índice de atividade comercial	76
Figura 10 - Perspectivas Econômicas Globais - Previsões.....	77
Figura 11 - Gráfico do crescimento econômico de 2017.....	77
Figura 12 - Estimativa de Mortalidade infantil.	78
Figura 13 – Os 10 principais destinos das exportações do Haiti.....	103
Figura 14 - Os 10 principais grupos de produtos exportados.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nomenclaturas e Definições.	19
Tabela 2 - Vários Caribes.....	20
Tabela 3 - Notas atribuídas ao Haiti de 2006 a 2018.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CARICOM	Comunidade do Caribe
CEP	Conselho Eleitoral Provisório
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Desarmamento, desmobilização e reintegração
DPKO	Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
MICIVIH	Missão Civil Internacional no Haiti
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
MIPONUH	Missão Policial das Nações Unidas no Haiti
NU	Nações Unidas
OEA	Organizações dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUSUH	Grupo de observadores das Nações Unidas para verificação das eleições no Haiti
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PNH	Polícia Nacional Haitiana
SG	Secretário Geral
UNDOF	Força de Desengajamento das Nações Unidas
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas (1956-1967)
UNEF II	Força de Emergência das Nações Unidas (1973-1979)
UNMEE	Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia
UNMIH	Missão Civil Internacional no Haiti
UNOSOM	Operação das Nações Unidas na Somália
UNPROFOR	Força de Proteção das Nações Unidas
UNSMIH	Missão de apoio das Nações Unidas no Haiti
UNTMIH	Missão da Transição das Nações Unidas no Haiti
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1- GEOPOLÍTICA DO HAITI NO CONTEXTO DO GRANDE CARIBE	17
1.1 O GRANDE CARIBE: BERÇO DO HAITI E DE TANTOS OUTROS.....	17
1.1.2 Caribe: colonização, modernidade e inserção periférica no Sistema Mundo Capitalista	21
1.1.3 Momentos de transformações no Grande Caribe	25
1.1.4 Diversidade no Grande Caribe	27
1.1.5 Geopolítica dos recursos naturais no Grande Caribe e a superexploração da força de trabalho	29
1.2 BREVE HISTÓRIA DO HAITI EM SEU CONTEXTO REGIONAL: DA COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE.....	33
1.2.1 Haiti: primeiro território do Novo Mundo.....	33
1.2.2 Haiti: revolução, liberdade e independência.....	37
1.2.3 A influência das revoluções haitianas no contexto da América Latina.....	43
1.2.4 Dívida da Independência e seus coronários.....	46
CAPITULO 2- INVASÃO ESTADUNIDENSE: IMPERIALISMO E (RE) COLONIZAÇÃO NO SÉCULO XX	53
2.1 PILHAGEM, RACISMO E RESISTÊNCIA	56
2.1.2 Década de 1990: entre golpes, convulsões sociais e missões de paz	60
2.3 O ESTADO HAITIANO E SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE	66
2.3.1 Estados Fracassado nas correntes teóricas da disciplina de Relações Internacionais	67
2.3.2 Referências teóricas nas relações internacionais sobre estados fracassados	68
2.3.3 O Haiti nos indicadores	72
2.3.4 Uma formação incompleta.....	79
CAPÍTULO 3 - DAS MUDANÇAS NAS MISSÕES DE PAZ À MINUSTAH.....	87
3.1 ONU: NASCE A ESPERANÇA DA PAZ COLETIVA, NÃO PARA TODOS.....	87
3.1.1 Operações de paz no campo dos conceitos.....	90
3.1.2 ONU em tempos de mudanças	92
3.2 OS INTERESSES DO BRASIL EM COMANDAR A MINUSTAH	99
3.3 OS TRÊS PILARES DA MISSÃO: REESTABELECIMENTO DA SEGURANÇA INTERNA, RESTRUTURAÇÃO POLÍTICA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - 2004	108

3.3.1 Reestabelecimento da segurança interna	108
3.3.2 Reestruturação política	109
3.3.3 Proteção e promoção dos direitos humanos	109
3.4 DAS EFETIVAÇÕES DOS TRÊS PILARES DA MINUSTAH – 2017	110
3.4.1 Reestabelecimento da segurança interna	110
3.4.2 Reestruturação política	116
3.4.3 Proteção e promoção dos direitos humanos	121
3.5 HAITI E A ALBA: COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

O Caribe possui uma localização geográfica de destaque, pois está situado entre os oceanos Atlântico e o Pacífico. Tal circunstância facilita a circulação de mercadorias por meio de rotas de navegação, o que permitiu iniciar um ciclo permanente de expansão capitalista. Nesse contexto, é possível depreender que a importância da região caribenha resulta de dois fatores: sua riqueza em recursos naturais e sua localização geográfica. Fatores que fizeram com que, a partir de 1492, a região passasse a ser foco de grandes disputas entre as potências europeias pelo seu domínio.

Nesse sentido, a região caribenha torna-se um espaço estratégico para a consolidação do sistema capitalista como um sistema mundo, vinculada com a expropriação de terras, apropriação de recursos naturais, exploração e comércio de trabalho escravo. Esse cenário, instaurado em 1492, permaneceu no decorrer dos séculos seguintes, com mudanças apenas a partir do século XIX.

Vale salientar que existiram vários momentos de grandes sublevações por parte dos povos originários contra a invasão de seus territórios e a escravidão, como também por parte dos escravizados trazidos do continente africano. Essas revoltas contra a dominação/exploração colocaram o Haiti na vanguarda em relação às independências que ocorreram no restante da América Latina.

Nessa toada, esse trabalho teve como objetivo complementar salientar a importância da região caribenha na História da América Latina e revelar, de forma breve, a influência das revoluções haitianas na região. Com isso, apontar como o Haiti tem sido um espaço estratégico na região caribenha, principalmente para os Estados Unidos.

Sendo o Haiti o primeiro país no mundo a abolir a escravidão e o segundo na América a conquistar sua independência, é possível verificar que esse país assumiu um papel de grande influência, pois a partir dessas revoluções, alterou a estruturação social e econômica da América Latina. Essas conquistas não proporcionaram autonomia econômica para o Haiti, pois nesse momento, o país sofre uma grave sanção econômica por parte das grandes potências da época.

Esse isolamento econômico mais algumas questões internas, levam as elites haitianas a aceitar a pagar uma indenização cobrada pela França, em 1826, para reconhecer sua independência. Essa indenização chamada de “Dívida da Independência” compromete toda

economia haitiana que foi se agravando e piorou no novo século com a chegada de uma nova potência na região: os Estados Unidos.

Verifica-se que a região passou a ser posicionada no escopo geoestratégico² estadunidense. Conseqüentemente, em 1915, consolidou-se a invasão do Haiti pelos Estados Unidos. Essa invasão toma formas distintas no decorrer do século, ora colaborando com ditaduras, ora comandando intervenções militares amparadas ou não pela ONU, até a chegada da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, em 2004.

Sendo a MINUSTAH uma instituição criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), instalou-se no país em meio a uma grave convulsão social ocasionado pelas disputas de poder entre facções, principalmente facções políticas. Por essa razão, a MINUSTAH teve como propósito estabilizar o Haiti trabalhando em três eixos: restabelecimento da segurança interna, reestruturação política e proteção dos direitos humanos. A missão deixa parcialmente o país em outubro de 2017.

Destarte, esta pesquisa tem como objetivo principal identificar se a MINUSTAH foi um ator de mudanças no âmbito social, político e, conseqüentemente, econômico que possam ser reconhecidas como resultado da permanência da missão militarizada no Haiti. No decorrer da pesquisa, seguimos a hipótese de que a permanência da missão não propiciou, de maneira substancial, melhoras nos três eixos trabalhados pela missão, mas sim eterniza a relação de dominação do território haitiano como uma plataforma geoestratégica estadunidense na América Latina iniciada no fim do século XIX.

Para tanto, foram elencados fatores que marcaram a história do Haiti com a finalidade de construir uma trajetória do país desde sua colonização até a chegada da MINUSTAH. O mesmo procedeu em relação a Organizações das Nações Unidas (ONU) com análise de seu desenvolvimento histórico desde sua institucionalização passando pelas mudanças relacionadas com o conceito de “Missão de Paz” e suas diferentes categorias. Com destaque para as missões que ocorreram na década de 1990 no Haiti até a MINUSTAH.

Paralelamente, optou-se em desenvolver um estudo acerca do conceito “Estado Fracassado” para responder, sob uma análise crítica, se o “fracasso” do Estado haitiano é resultado de fatores histórico pós-independência, principalmente a invasão estadunidense de 1915 e as sucessivas intervenções militarizadas na década de 1990 até a chegada da

² Considera-se nesse trabalho a definição de Geoestratégia sendo um “estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica. [...] avaliação e emprego de formas de coação para a geoestratégia” (CORREIA, 2012, p. 238).

MINUSTAH. Entretanto, consideramos a invasão estadunidense como mola-mestre para o fracasso estatal haitiano e a MINUSTAH como um mecanismo que impossibilita o Estado haitiano exercer de forma integral sua soberania.

Ademais, considerando que todo trabalho de pesquisa deve ao menos aludir alguma saída para o problema levantado, no caso do Haiti, esse trabalho inspirou-se na integração regional como uma possibilidade real para o fortalecimento das instâncias sociais do país. Essencialmente, as integrações que trazem um valor comunitário intrínseco ao tratar da equidade de países com o nível de empobrecimento como a do Haiti.

Assim, sem a pretensão de se aprofundar no tema, mas com o intuito de reflexão, citamos Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) como uma concepção de integração regional que considera as assimetrias econômicas de cada país e busca promover uma integração solidária com princípios constitutivos baseados na complementariedade para o desenvolvimento econômico e o respeito às diversidades culturais e políticas de cada país.

Para tanto, no primeiro capítulo foi traçado um percurso histórico da região caribenha no qual salientamos algumas questões referentes a sua formação histórico-social, desde a invasão europeia até a hegemonia³ estadunidense. Nesse sentido, à medida que explanamos, ainda que de forma concisa, particularidades sobre o Caribe, foi possível destacar o Haiti em todos os grandes momentos da região. Do mesmo modo, discorreremos sobre a história haitiana desde a chegada de Colombo, as suas revoluções e sua influência em toda América Latina e para além dela.

No segundo capítulo, tratamos da invasão estadunidense no Haiti, em 1915, e suas consequências no país. Para tanto, foram destacados alguns acontecimentos decorrentes da invasão que promoveram o empobrecido do Haiti, quais sejam: a pilhagem dos cofres haitianos, a imposição de trabalho escravo, a apropriação de terras, apoio à ditadura imposta pelos Duvalier, bem como as intervenções militarizadas no país na década de 1990 até a MINUSTAH. Além disso, ainda no mesmo capítulo é destacado o conceito de Estado Fracassado, no qual o Haiti está inserido, é trazido à discussão de forma crítica e questionadora.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de salientar o processo de mudanças ocorridas nas missões de paz a partir dos

³ Usamos o conceito de Hegemonia pautados nos estudos de Giovane Arrighi (1996), no qual o Estado se impõem aos outros Estados por convencimento e legitimação e não somente por meio do poder bélico, mas também pelo convencimento.

erros cometidos na década de 1990, sendo a MINUSTAH a primeira missão a ser elaborada a partir dessas mudanças. Abordou-se também nesse capítulo a efetivação dos três eixos da missão. Finalizamos com uma breve análise sobre a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) como uma alternativa positiva para o Haiti.

Para a realização dessa pesquisa serviu-se da Teoria do sistema- mundo como categoria analítica. Durante a feitura da dissertação, optou-se por uma abordagem crítica utilizando como método uma análise histórica procedendo com o levantamento de fontes primárias, análise documental e bibliográfico. Quanto à bibliografia, foi feito um levantamento de livros, teses e artigos científicos, sítios eletrônicos oficiais e matérias em mídias. Todos relacionados tanto com o contexto social do Haiti, quanto relacionados com às missões de paz da ONU; sobre as demais fontes, foram utilizados documentos do Governo Haitiano, documentos do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e da Organização das Nações Unidas, entre outras.

CAPÍTULO 1- GEOPOLÍTICA DO HAITI NO CONTEXTO DO GRANDE CARIBE

Sou um homem e é todo o passado do mundo que devo recuperar. Não sou responsável apenas pela revolta de São Domingos. Todas as vezes em que um homem fizer triunfar a dignidade do espírito, todas as vezes em que um homem disser não a qualquer tentativa de opressão do seu semelhante, sinto-me solidário com seu ato (FANON, 2008, p. 187).

Ao entrar em contato com a historiografia haitiana, nota-se o quanto esse espaço geográfico interferiu na economia, na política, ou mesmo na cultura, não somente do continente americano. Essas interferências reverberaram além-mar, em outros continentes. Por consequência, o Haiti historicamente tornou-se um espaço geográfico de grande importância, seja por ter sido a colônia mais cobiçada entre os europeus pela exuberante riqueza produzida no século XVIII ou pelo seu caráter revolucionário. Esses e muitos outros aspectos, que levaram o pequeno país a conquistar essa importância mundial, serão tratados mais adiante. Antes, porém, é necessário refletir sobre algumas especificidades relacionadas com o Caribe, região em que se localiza o Haiti.

1.1 O GRANDE CARIBE: BERÇO DO HAITI E DE TANTOS OUTROS

As reflexões acerca da complexidade histórica da região caribenha se iniciam, frequentemente, pela busca em compreender sua abrangência geográfica. Observa-se que sua delimitação espacial é questionada especialmente quando relacionada com a sua nomenclatura. Conseqüentemente, há também dúvidas referentes a quais países pertencem à região e quais terminologias, ou seja: quais países pertencem a Bacia do Caribe, Grande Caribe, Antilhas ou Ilhas Caribenhas. Esses vários termos foram se constituindo no decorrer da História, ora por questões culturais, ora por questões geopolíticas. A pergunta que se faz com frequência é:

Desde quando se chamou Caribe esse mar rodeado pelas ilhas Antilhas, Centro-América e parte da costeira de da América do Sul? Quando passou o nome Mar do Caribe para uma geografia imprecisa de algumas ou todas as massas de terra que o cercam? (GAZTAMBIDE, 2006, p. 2, tradução nossa⁴).

A dúvida trazida na citação ainda se faz presente. Sabe-se, porém, que a palavra Caribe aparece pela primeira vez em 1492 nas anotações de Cristóvão Colombo em seu diário de bordo sobre sua viagem à América - equivocadamente acreditava ele ter chegado à Índia. O nome Caribe fazia referência aos nativos identificados por ele como antropófagos. Esses nativos, segundo Colombo, eram rebeldes e lutavam contra a colonização de suas terras, a escravidão e a conversão religiosa (GAZTAMBIDE, 2006, p. 2-3).

Cristóvão Colombo teria feito quatro viagens ao Caribe, observa-se que em todas as viagens o navegante permeia toda a região caribenha.

Figura 1 - Mapa das viagens de Colombo na região caribenha



Fonte: Escola Britânica. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental>>. Acesso 16 de jun. 2018.

⁴ Do original: “¿Desde cuándo se llamó Caribe a ese mar delimitado por las Antillas, Centroamérica y parte de la costa norte de Suramérica? ¿Cuándo pasó el nombre Caribe del mar a la geografía imprecisa de algunas o todas las masas de tierra que lo rodean?” (GAZTAMBIDE, 2006, p. 02.).

Se para a Europa era conveniente desqualificar a população ao retratar indígenas como canibais rebeldes, o mesmo fez os Estados Unidos ao manipular o termo Caribe com o intuito de elevar ao patamar de “região” todo aquele espaço. O Caribe como região geográfica se torna passível de apropriação dos Estados Unidos, como parte de seu projeto de expansão no fim do século XIX. Assim, coloca-se em prática a lógica da Doutrina Monroe a começar pelo Caribe: América para os (norte) Americanos.

Desta forma, desde “1898 não definiu um Caribe, mas muitos Caribes. Alguns [Caribe] para os impérios e outros que enfrentam os impérios, alguns exclusivamente geográfica, acadêmica ou intelectuais, e todos mais ou menos tingidos de geopolítica” (GAZTAMBIDE, 2006, p. 10, tradução nossa⁵).

Na análise de Gaztambide (2006), há quatro tendências de interpretação do Caribe como um espaço geográfico, que são elas: Caribe insular, o Caribe Cultural/Afro-América, Caribe Geopolítico e Gran Caribe/Bacia do Caribe. Conforme indicado na tabela 1, essas interpretações envolvem questões culturais, históricas e geopolítica (GAZTAMBIDE, 2006, p. 10).

Tabela 1 - Nomenclaturas e Definições.

Caribe insular (*)	Caribe Geopolítico (*)	Caribe Cultural/ Afro-América (*)	Gran Caribe/Bacia do Caribe (*)
De uso mais antigo refere-se praticamente às ilhas incluindo Belize da América Central e as Guianas na América do Sul.	Este termo é a mais usada em estudos sobre as relações com os Estados Unidos. Faz parte o Caribe insular e inclui a América Central e o Panamá.	O Caribe etno-cultural é de grande importância, pois trata da identidade cultural da região da herança comum do sistema de <i>plantation</i> e a escravidão. Fazem parte as Guianas e Belize podendo chegar até ao norte como as Bahamas e Bermudas. Inclui o extremo norte do Brasil e sul dos Estados Unidos.	Essa definição inclui o Caribe Insular e Caribe Geopolítico. Adiciona-se a Venezuela, partes da Colômbia e do México. Bacia do Caribe foi o nome dado pelo ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan em 1982. No entanto, foram excluídos Cuba e a Nicarágua.

Fonte: Tabela editada pela autora a partir dos dados obtidos de Gaztambide (2006, p. 10-17).

As definições trazidas por Gaztambide não são universais. Outros autores também contribuíram com os estudos históricos do termo e sua abrangência geográfica.

⁵ Do original: “Unos por los imperios y otros de frente a los imperios, unos exclusivamente geográficos, académicos o intelectuales, y todos más o menos teñidos de geopolítica” (GAZTAMBIDE, 2006, p. 10).

Nesse sentido, Norman Girvan (2017) destaca que a definição do Caribe tem um forte apelo nas suas características étnico-culturais por profissionais da cultura, historiadores e acadêmicos, no qual “*vê o Caribe como partes incluídas dos países circundantes do continente, mas não necessariamente de todos eles. Frequentemente, distingue-se o bloco inteiro de países no mar Caribe e em redor dele, se referindo à área como El Gran Caribe*” (GIRVAN, 2017, p. 56).

Na tabela 2 são evidenciadas as nomenclaturas e localização geográfica do Caribe, segundo Girvan (2017).

Tabela 2 - Vários Caribes

As Antilhas/ O Arquipélago	Região do Caribe	Zona Cultural do Caribe	O Grande Caribe/El Gran Caribe	O Mundo do Caribe	O Caribe como Plantação América
Compreende: as Ilhas Bahamas até Trinidad.	Compreende: as Ilhas e as três Guianas e Belize.	Compreende: a região do Caribe mais as comunidades do litoral caribenho da América Central e do Sul.	Compreende: a bacia do Caribe ou Circuncaribe; Região do Caribe mais o México, a América Central, o Panamá, a Colômbia e a Venezuela.	Compreende: a Região do Caribe e a Diáspora Caribenha nas áreas circundantes e no resto do mundo.	Compreende: Norte do Brasil, América Central e o Sul dos Estados Unidos.

Fonte: GIRVAN (2017 p. 56).

Observa-se que, na Tabela 2, Girvan (2017) em uma das definições que chamou de “Mundo do Caribe” desfaz as fronteiras e o nome Caribe torna-se um conceito cultural de resistência em um processo histórico da diáspora caribenha.

Para Arciniegas, há também uma outra forma de expressar a importância do Caribe como um espaço pioneiro nas Américas de forma mais poética. O Caribe seria uma “*semente mágica que haveria de garantir o desenvolvimento a tudo o que é hoje o hemisfério ocidental*” (ARCINIEGAS, 1966 *apud* CASTAÑEDA, 2017, p. 22).

De todo modo, não há, no trabalho proposto, a intenção de sanar a problemática quanto às variações das definições e termos relacionados com a região caribenha, mesmo porque entendemos ser impossível tal tarefa. As ponderações de Girvan (1999) definem bem essa dificuldade:

[...] a noção do Caribe tem sido - e continua sendo - continuamente redefinida e reinterpretada, dependendo do interesse em oferecer respostas a

influências processos externos e internos. Uma posição apropriada é sustentar que não existe uma definição "precisa" ou consumada [...] a definição do Caribe poderia ser baseada na história e na cultura, na geopolítica, na geoeconomia ou até mesmo na relevância para uma organização regional (GIRVAN, 1999, p. 07-08, tradução nossa⁶).

No entanto, optou-se pelos estudos de Norman Girvan e o uso do termo Grande Caribe no desenvolvimento desse trabalho. Com efeito, nos alinhamos quanto à definição da abrangência geográfica usada pelo autor: Grande Caribe.

Vale salientar que a região caribenha é uma área de grande complexidade, principalmente por essa região ter sido colonizada por vários países de diferentes culturas e de poder econômico heterogêneo. Essas condições desencadearam uma construção social diversificada, apesar da região ter sido submetida às mesmas condições de apropriação e exploração. Nesse sentido, nos próximos tópicos serão elencadas algumas especificidades do Grande Caribe partindo do contexto da colonização e o desenvolvimento do capitalismo em um sistema mundo.

1.1.2 Caribe: colonização, modernidade e inserção periférica no Sistema Mundo Capitalista

Para Henrique Dussel (1993), o ano de 1492 é a gênese da modernidade. Eis a sua tese central, isto é, a modernidade *“nasceu quando a Europa pôde se confrontar com o seu ‘outro’ e controlá-lo, vendê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade”* (DUSSEL, 1993, p. 8). Segundo Dussel (1993), o europeu criou o “outro” sendo esse outro um espelho reverso de si, ou seja, o não civilizado, bárbaro, desprovido de alma e ainda o declara culpado da sua condição. A Europa torna-se, a partir desse momento, o centro da história do mundo civilizado, impõem sua cultura e subjuga o outro não europeu. Com isso, uma nova ordem se estabelece e nasce o Novo Mundo (DUSSEL, 1993).

⁶ Do original: “[...] la noción de Caribe ha sido – y está siendo – continuamente redefinida y reinterpretada, en función del interés por ofrecer respuestas a las influencias externas y a los procesos internos. Una posición apropiada es sostener que no hay una definición “precisa” o consumada [...]. la definición del Caribe podría fundamentarse en em la historia y la cultura, em la geopolítica, em la geoeconomia o incluso em la pertinencia a um organismo regional” (GIRVAN, 1999, p. 07-08).

Ao colonizar a América Latina, os europeus alegavam ser os povos originais incapazes de organização social. Na verdade, havia o encobrimento do outro (DUSSEL, 1993), por meio da negação da cultura e da história dos povos da região. Assim, a ideologia da negação do outro é propagada e se naturaliza como verdade. Encobre-se toda uma cultura para apregoar uma outra, no caso, a Europeia. Nesse sentido, a colonização não retirou somente riquezas do Grande Caribe, mas também a sua identidade foi colonizada.

Com efeito, o Novo Mundo rapidamente passou a ser disputado entre os grandes impérios da época. Mesmo os desmandos da igreja católica foram questionados nessa disputa, não pela vontade de fazer diferente, mas sim pelo direito de fazer igual:

A arbitragem do papa e o tratado formal não pretendiam valer para as outras potências [...] França protestou com sua famosa declaração: “O sol brilha para mim como para os outros. Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me exclui da partilha do mundo”. O rei da Dinamarca se recusou a reconhecer a autoridade papal no que se referisse às Índias Orientais. Sir William Cecil, [...] negou ao papa o direito de “dar e tirar reinos a seu bel-prazer”. [...] o governo inglês contra-atacou mais uma vez, sustentando que o princípio da ocupação de fato deveria ser o critério determinante da soberania. A partir daí, como diziam na época, não houve “paz abaixo da linha do trópico”. Disputava-se, nas palavras de um futuro governador de Barbados, “se o monarca das Índias Ocidentais será o rei da Inglaterra ou da França, pois o rei da Espanha não consegue mais controlar a situação”. A Inglaterra, a França e mesmo a Holanda começaram a contestar o Eixo Ibérico e a reivindicar seu lugar ao sol. O negro também teria seu lugar, mesmo sem pedir: era o sol escaldante das fazendas de cana-de-açúcar, tabaco e algodão do Novo Mundo (WILLIAMS, 2012, p. 30).

Germán Arciniegas (1966) considera que o século XVII foi um século de ouro para Espanha, Inglaterra e França, em decorrência da grande riqueza extraída da região. Arciniegas (1966) destaca que esse período foi permeado por guerras para colonizar as ilhas do Caribe, transformando a região em um campo de batalha.

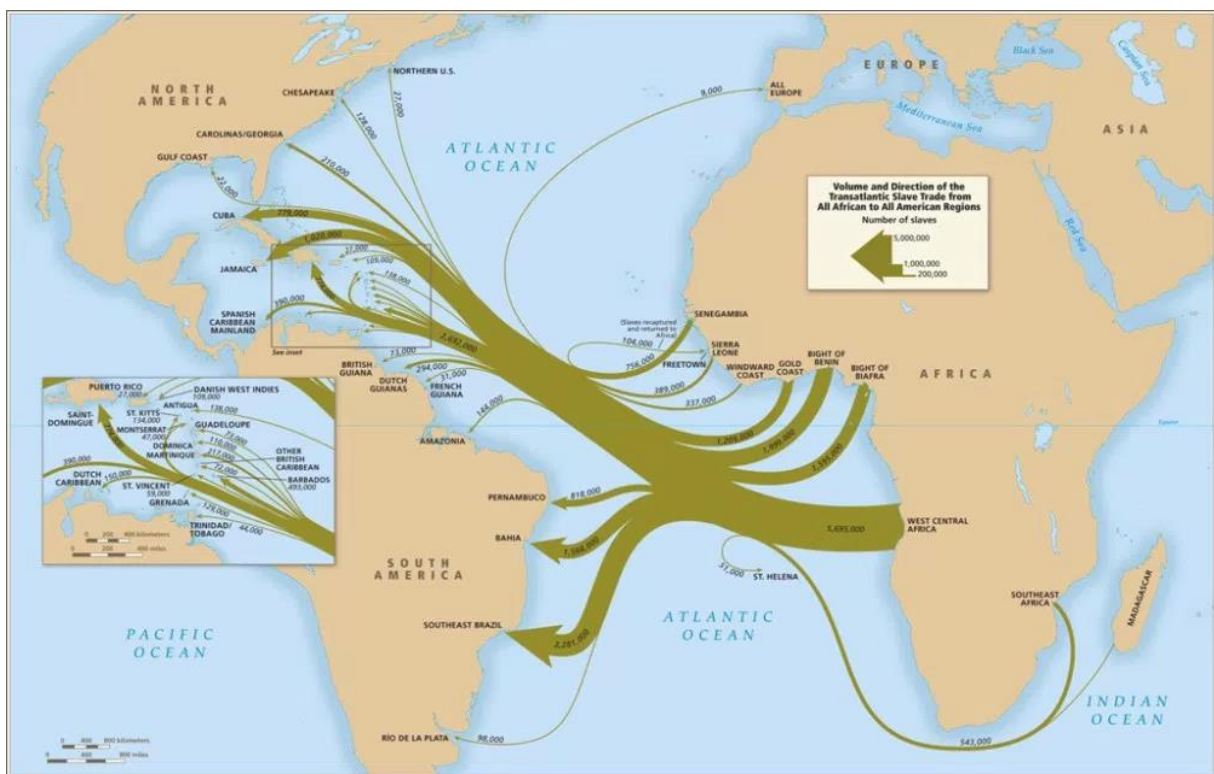
Além da Inglaterra, França e Espanha estavam presentes nessa disputa a Dinamarca, Holanda, Suécia até mesmo a Lituânia. O grande interesse por essa região se dava pela descoberta de um espaço geográfico rico em ouro, de temperatura propícia para plantações em larga escala, com uma população apta ao manejo da terra. Transformar essa região em colônias era o eixo da expansão econômica que as potências vislumbravam. Essa circunstância é evidenciada por Digna Castañeda (2017):

[...] ao chegarem, os europeus, esses puderam compreender a verdadeira dimensão do globo terráqueo, descobrir a rota do Atlântico e, também, sentaram as bases - a partir da colonização - para transformar o capitalismo

em um sistema econômico mundial integrado por metrópoles e colônias (CASTAÑEDA, 2017, p. 36).

Verifica-se que a colonização implanta, sem demora, a prática da escravidão que, em um primeiro momento, usa a força de trabalho indígena - o que resultou na hecatombe⁷ desses povos. Na sequência, abriu-se o grande comércio de tráfico de homens, mulheres e crianças trazidas de forma forçada da África para ser escravizadas nas colônias da região caribenha seguido por toda a América Latina, como pode ser observado no mapa.

Figura 2 – Mapa, volume e direção do tráfico de escravos transatlântico, de todas as regiões africanas a todas as regiões americanas



Fonte: Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/escravizacao-de-africanos/> > Acesso em: 27 set. 2018.

Com a escravidão, o lucro das colônias vinha tanto da comercialização da produção das plantações, quanto do comércio de escravos, o que alimentou o Comércio Triangular e promoveu o capitalismo para um sistema econômico mundial, como tratou Castañeda anteriormente. Por consequência, os lucros extraídos da região caribenha promoveram o

⁷ Soares (1976) usa como um dos exemplos dessa hecatombe demográfica os Quimboyas e os Tunja. Os Quimboyas, em 1559, sua população era 4,553 e, em 1628, restavam apenas 69. Os Tunja contavam com uma população de 168,000, em 1564, e passaram a ter somente 25,000, em 1755.

enriquecimento e ascensão econômica de diversos países da Europa, o que significou a transferência dessas riquezas da região e não investimentos nos países caribenhos.

Importante reforçar que o sistema de plantação (*plantation*), que nasce na região caribenha, foi um divisor de águas no que é conhecido hoje como sistema mundial capitalista. A exportação das produções agrícolas e as relações entre colônia e metrópoles foram, precisamente, o motor da virada do capitalismo em um sistema mundial.

Cabe ressaltar que o conceito Sistema-Mundo foi elaborado, na década de 1970, por Immanuel Wallerstein. Surge da análise feita sob a ótica da economia política internacional e os meandros do sistema social dos países capitalistas e suas consequências na geopolítica. Ou seja, uma correlação econômica e política entre os Estados com o estabelecimento de uma Divisão Internacional de Trabalho dentro do sistema capitalista. Assim pode-se dizer que os países do Caribe já nascem subordinados e são inseridos dentro de uma lógica de especialização de produção de matéria prima – dentro da Divisão Internacional de Trabalho -, consolidando a América Latina em grande exportadora de alimento e, compondo um grande sistema econômico internacional: o capitalismo.

De fato, foi produzida uma exuberante riqueza por meio desse sistema econômico com base em produção agrícola, principalmente de cana-de-açúcar, que tinha na escravidão sua base estruturante. Esse cenário coloca a região caribenha como mola precursora de um nível máximo de desenvolvimento capitalista durante os séculos XVII e XVIII, sendo a colônia francesa São Domingos (Haiti) a que mais colaborou com esse desenvolvimento. Segundo Cyril L. R. James (2010), São Domingos “*era o mercado do Novo mundo [...] incomparavelmente a melhor colônia do mundo e suas possibilidades pareciam ilimitadas [...] nunca antes e talvez nunca depois, o mundo veria algo proporcionalmente tão deslumbrante*” (JAMES, 2010, p. 60; 61; 65).

Cabe salientar que a região caribenha teve um papel de grande importância, não só em decorrência da colonização, o que a colocou como centro nas relações internacionais naquele momento, mas em outros momentos nos processos de colonização e descolonização que provocaram mudanças substanciais na região. Se faz necessário, mesmo que de forma breve, contextualizar alguns desses momentos marcantes na região caribenha.

1.1.3 Momentos de transformações no Grande Caribe

A região do Grande Caribe foi marcada, em sua evolução histórica, por acontecimentos que impulsionaram as transformações de todo o contexto social, político e econômico na América Latina.

Essas mudanças já são percebidas rapidamente com o sistema de *plantation* que inaugura um padrão original de organização de trabalho “*que não é europeu, nem africano, e nem em parte americano, tampouco é nativo, no sentido dado hoje a esse termo; mas das Índias Ocidentais, sui generis, sem paralelo em qualquer outra parte do mundo*” (JAMES, 2010, p. 345).

Por outro lado, as consequências ao abolir esse sistema de trabalho escravo foram de extrema importância, pois foram desfeitos uma série de laços econômicos de projeção mundial. De modo consequente, o século XIX foi o século das independências, o que promoveu o surgimento das novas repúblicas. Com isso, um novo caminho se abriu em toda América Latina e novas conquistas afloraram no século XX.

Na mesma direção, Digna Castañeda afirma que ocorreram cinco episódios, marcos históricos, que caracterizam cada período de transformação na região, seriam: a colonização espanhola, fragmentação do território caribenho, revolução haitiana, apropriação de Cuba pelos Estados Unidos e a Revolução Cubana (CASTAÑEDA, 2017, p. 24-26).

Sintetizaremos os marcos históricos de cada período destacado por Castañeda (2017). Sendo assim, o primeiro período foi marcado pela chegada Cristóvão Colombo até a ilha *Ayiti* (Haiti), em 1492, dando início à colonização espanhola que manteve seu domínio na região até o primeiro terço do século XVII. Consequentemente, o vazio deixado pela Espanha em parte da região irrompe as disputas pelo território entre as grandes potências da época - França, Holanda, Inglaterra, Suécia e Dinamarca (CASTAÑEDA, 2017, p. 25).

O segundo período foi caracterizado pelas consequências dessas disputas que provocam a balcanização territorial e social do Grande Caribe. Salienta-se que a fragmentação do território sempre foi uma ferramenta de dominação usada pelos países centrais, e, até hoje, continua sendo. Assim, há ilhas sob posse territorial que camuflam a colonização. As ilhas Guiana Francesa, Aruba, Anguila configuram alguns dos exemplos dessa dominação territorial, porém com outro nome: departamento ultramarino. Ou seja, em pleno século XXI, ainda temos na região caribenha territórios colonizados, com outra roupagem, pelos mesmos países que disputavam entre si a região desde o século XVI (CASTAÑEDA, 2017, p. 25).

O terceiro período, como destaca Castañeda (2017), é marcado profundamente pela revolução vitoriosa haitiana e a sua independência, em 1804. Um momento de extraordinária transformação histórica na região. Esse êxito memorável dos haitianos deflagra uma ruptura na ordem colonial e inicia a abolição dos escravos no continente americano. O esgotamento desse período é simbolizado com a troca da hegemonia europeia pela hegemonia estadunidense, ao fim da guerra entre Espanha e Estados Unidos, em 1898 (CASTAÑEDA, 2017, p. 25).

O quarto período apontado pela autora, marca a emergência do neocolonialismo no final do século XIX. Os Estados Unidos inauguram esse novo sistema de dominação quando invadem a ilha de Cuba, Porto Rico e pela compra das colônias dinamarquesas: “*esse conjunto de acontecimentos estabeleceu um reordenamento colonial que liquidou com a hegemonia europeia na área*” (CASTAÑEDA, 2017, p. 26). A revolução cubana, em 1959, simboliza o quinto período, irrompe um novo processo de descolonização na região do Grande Caribe. Para Castañeda (2017, p. 26), a revolução cubana culminou em um novo ciclo de fortalecimento das independências na região e estabelecimento de justiça social em um sentido mais amplo.

A importância da revolução cubana foi um marco na região e abriu um momento de novas mudanças, porque, “*depois da Revolução em Cuba, a independência de Jamaica e Trinidad-Tobago, em 1962, e Guiana e Barbados, em 1966, tiveram a importância de colocar o Caribe dentro da geografia mundial da resistência ao imperialismo e da descolonização*” (RAMOS, 2008, p. 461).

Notadamente, os grandes marcos da histórica caribenha são representados com as lutas de resistência e seus processos revolucionários épicos, simbolizados, principalmente, pelo haitiano Toussaint L’Ouverture e pelo cubano Fidel Castro (JAMES, 2010, p. 344). Essas lutas não compõem somente o passado histórico caribenho, mas sim, ainda hoje, a luta pela resistência se faz presente em Cuba, na Venezuela e em toda a América Latina, com os seus movimentos pendulares políticos e sociais. Essas resistências revelam a tentativa de recolonização presente na região do Grande Caribe.

Ademais, além das lutas e resistência comum a toda a região, o Grande Caribe possui uma riqueza cultural única, muito em decorrência das políticas coloniais que provocaram um grande fluxo de imigração na região. As imigrações possibilitaram, junto às heranças culturais deixadas pelos povos originários, o florescimento multicultural na região. Formou-se, assim, um rico mosaico no Mar do Caribe de composições sociais diversas. O que fez do Grande Caribe um experimento único da história humana capaz de coexistir etnicidades das regiões

consideradas mais importantes do planeta (LAMMING, 1995 *apud* PIERRE-CHARLES, 2017, p. 60).

1.1.4 Diversidade no Grande Caribe

Outrossim, vale considerar as diferenças culturais existentes entre os países da região caribenha. Essa diversidade foi se construindo em períodos distintos. A localização geográfica do Grande Caribe, em meio a rotas de navegação, possibilitou a entrada de emigrados de várias partes do mundo, o que proporcionou uma miscigenação entre os povos originários, africanos - com suas múltiplas etnias-, e europeus de vários países, entre eles, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e suíços. Quando a escravidão “acabou”, a força de trabalho africana foi agregada a dos indianos, libaneses e até chineses⁸ repercutindo em uma extraordinária mistura cultural na região.

É notória a beleza dessa pluralidade. No entanto, não se deve entender essa diversidade cultural de maneira horizontal, pois esse processo se deu na imposição da cultura europeia em relação as demais de forma hierarquizada e imposta. Com isso, “*no decorrer dos anos, a população trabalhista, escrava ou livre, incorporou, gradualmente, a língua, os costumes, os objetos e o ponto de vista de seus dominadores*” (JAMES, 2010, p. 358). Fato que se enraizou e permaneceu mesmo depois do período colonial.

Visto por esse ângulo, é possível notar que nessa confluência algumas culturas acabaram sendo afetadas em seu desenvolvimento identitário, pois “*setores sociais subalternos tiveram muita dificuldade em adquirir consciência de sua identidade pessoal*” (CASTAÑEDA, 2017, p. 18). Nesse sentido, há na contemporaneidade tentativas de desenvolver um processo de valorização das culturas e saberes da ancestralidade, tanto dos povos originários, quanto dos africanos. Uma dessas tentativas se expressa no projeto de decolonialidade, que trata das realidades e conhecimentos a partir dos povos da América Latina e de todos os povos que foram silenciados pelo mundo afora. Busca rechaçar toda forma de imposição de conhecimento que se coloque como universal.

Sendo assim, é oportuno resgatar grandes pensadores filhos do Grande Caribe que desenvolveram e desenvolvem, com primazia, obras fundamentais que possibilitam a

⁸ Cabe citar que a migração chinesa para o Caribe se deu por meio do primeiro acordo diplomático fruto de uma possível substituição de força de trabalho africana por chinesa (CORD, 2017).

compreensão do mundo caribenho em todos os aspectos. Cabe aqui elencar alguns deles, sem elegeer grau de importância, como: Eric Williams, Alejo Carpentier, C.L.R. James, Edwidge Danticat, Aimé Césaire, Suzy Castor, Gerard Pierre-Charles, Frantz Fanon, entre tantos outros, Fernando Ortiz. Há também no Caribe vários ritmos musicais bastante conhecidos como: o famoso Chá Chá Chá, Merengue e o reggae do jamaicano Bob Marley. Esses são alguns exemplos da cultura que simbolizam a resistência do povo caribenho e propiciam o fortalecimento da identidade e autoafirmação de uma cultura de resistência latina.

A valorização cultural na região também se traduz em movimentos negro de rebeldia e resistência representados, principalmente, pelo “Negritude” de Aimé Césaire, que valoriza a identidade negra caribenha e teve grande influência na resistência do campesinato haitianos no momento da invasão estadunidense de 1915. A identidade do Grande Caribe já não estava mais na Europa, mas na África e foi isso que os movimentos negros suscitaram na consciência caribenha no século XX. Cunhada por um poeta haitiano “Adeus à Marselhesa” era a expressão dessa vontade, significava a substituição da identidade ligada à França pela da África (JAMES, 2010).

Apesar de todos os movimentos de valorização da cultura negra/caribenha, infelizmente essa valorização ainda está longe de eliminar o cerne da modernidade: o racismo. Esse se mantém concretizado na divisão social na qual aos negros sempre esteve reservado seu lugar na pobreza, na exploração e na humilhação. Deram um rosto para a pobreza desde 1492. Por isso, nas ilhas do Grande Caribe, ela é negra, mulata e indígena. A cor da pele é um fator determinante na hierarquia social, quanto mais preto, mais pobre e mais segregado (GIRVAN, 2017).

Nesse sentido, a cor da pele e a etnia estão correlacionadas, mas não representam uma unidade. Ainda é mantido um perfil social em comum nas sociedades caribenhas e pode ser representado por uma pirâmide de desigualdade social na qual uma ínfima parcela da população branca está no topo. Percebe-se, assim, que os elementos da modernidade como o racismo, princípio organizador do capitalismo mundial ou sistema mundo - como definiu Wallerstein (1999) -, ainda são imperativos flamejados em toda a América Latina.

Um dos aspectos que marcam a cultura caribenha é a variedade de religião, mesmo sendo a religião católica com maior quantidade de fiéis, a religiosidade de cada etnia/nacionalidade sobrevive, prova disso são seus rituais religiosos que podem ter vindo da Índia - hindu ou muçulmano-, da Europa as missas cristãs ou da África o candomblé, entre tantos outros. Mas o Grande Caribe guarda também as religiões originalmente caribenhas que são: Vodun, Rastafarianismo e a Santeria.

Outra particularidade bastante presente, é a variedade de idiomas que também exprime a diversidade das descendências na região. Fala-se inglês, francês, espanhol, holandês. Entre os idiomas falados no Grande Caribe merece destaque o kreyòl (créole), língua desenvolvida pelos escravizados haitianos com raízes na língua francesa e várias línguas africanas. O Haiti é o único país colonizado que criou sua própria língua, o que foi fundamental, junto da religião vodu, para as revoluções haitianas.

Destacamos aqui, de forma breve, algumas questões referentes à composição cultural do Grande Caribe. Passar-se-á no próximo tópico para as riquezas naturais que há na América Latina, fonte de cobiça dos países centrais desde de 1492. A colonização se inicia pela exploração do ouro e vai se alterando no passar dos séculos, mas nunca cessou. O que os países da América Latina têm em abundância – recursos naturais-, os países centrais sofrem de escassez. Mora, nessa dualidade, os ímpetos de dominação, poder e exploração, ou seja, um processo geopolítico.

1.1.5 Geopolítica dos recursos naturais no Grande Caribe e a superexploração⁹ da força de trabalho

Na América Latina, há todos os recursos naturais necessários e abundantes para que uma sociedade seja próspera e tenha autonomia. No entanto, o que se constata é exatamente o contrário, embora todos os países da América Latina possuam, em algum grau, quantidade e diversidade de recurso naturais, que poderiam ser comercializados por meio da integração entre esses países, prevalece uma economia dependente dos países centrais. Por isso, a pobreza domina a maioria da população latina.

Nesse sentido, a América Latina é convertida de espaço rico e abundante para um espaço estratégico disputado entre países europeus para a manutenção de suas economias. Essa conversão foi acentuada no desenvolvimento industrial, com destaque para os Estados

⁹ Segundo Marini (1978), o conceito de superexploração estaria em —[...] os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador [...]. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. [...] Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 1973, p. 95-96).

Unidos a partir do século XX. De modo semelhante, no século XXI, com o avanço tecnológico e a escassez de recursos em virtude do grande salto do consumo proporcionado pela globalização e abertura de mercados.

Com efeito, fica ainda mais evidente essa conversão da região em espaço estratégico para exploração. Em todos os momentos, os recursos naturais da região foram e são combustíveis para o desenvolvimento capitalista, o qual, necessariamente, promove um subproduto: o subdesenvolvimento da América Latina¹⁰, cujo efeito foi um processo de dependência econômica (FURTADO, 1961).

Destaca-se que esse tema é de grande complexidade e não há a intenção, em poucas páginas, de tratar com profundidade acerca do assunto. Ainda assim, buscar-se-á uma compilação de alguns autores especialistas nesse tema.

Com isso, iniciamos com a pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Monica Bruckmann, que em seus trabalhos apresenta uma ampla compreensão do que representa a disputa global por água, segurança alimentar, recursos energéticos, recursos minerais não-combustíveis e biodiversidade. Tem-se os recursos naturais estratégicos para a manutenção e estruturação das economias dos países centrais em detrimento dos países periféricos. Por isso, controlar esses recursos representa a própria sobrevivência de um sistema capitalista internacional, iniciado em 1492.

Para Bruckmann (2011), há a urgência dos países da América Latina saírem da lógica de fornecedores de *commodities* e iniciarem um processo de inovação científica e tecnológica para romper com o ciclo de dependência econômica de forma a buscar sua soberania e apropriar-se “*das gestões econômica e científica dos recursos naturais, que permitam elaborar estratégias de desenvolvimento a partir de inventário regional dos minerais não combustíveis, do petróleo, do gás natural, da água, dos ecossistemas, da biodiversidade etc.*” (BUCKMANN, 2011, p. 238).

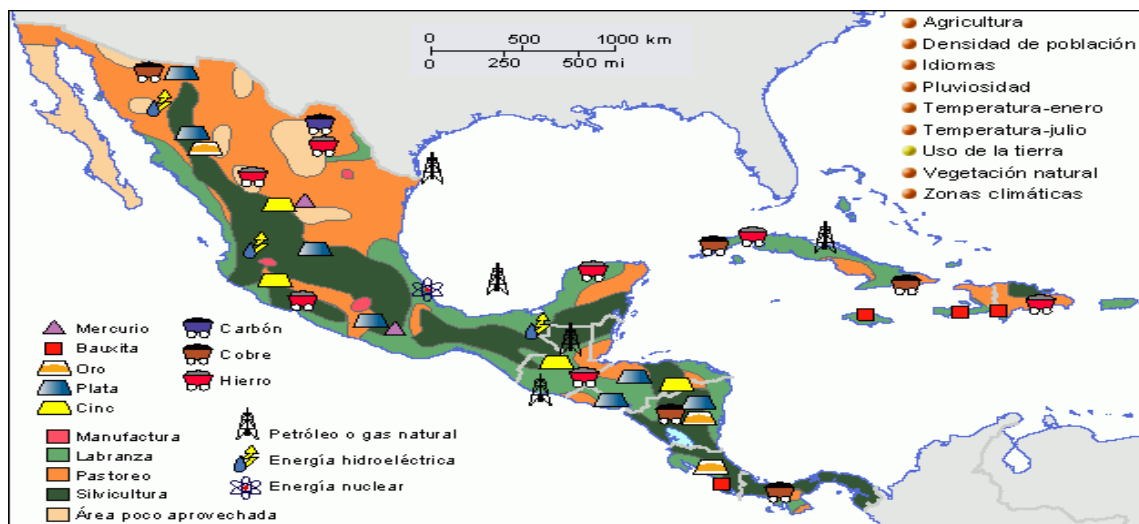
Sempre existem ciclos tecnológicos que absorvem tipos de recurso direcionados a cada produto. Em outras palavras, a evolução tecnológica cria as demandas de produção de mercadorias. O lítio é um bom exemplo de como ocorrem os ciclos tecnológicos e como se comportam as ciências tecnológicas em relação aos recursos naturais e demandas de consumo.

¹⁰ Para André Gunder Frank, o capitalismo para se desenvolver necessita concomitantemente do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Grosso modo, só seria possível um país se desenvolver produzindo, necessariamente, o subdesenvolvimento de outros países por meio da apropriação dos excedentes (FRANK, 1978). Ou seja, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

O lítio usado em baterias de telefones celulares passou de 1,8 toneladas, em 1996, para 170 toneladas, em 2005. Isto é, em dez anos, o consumo de lítio aumentou em 94 vezes. O consumo deste mineral para a fabricação de baterias recarregáveis de computadores portáteis aumentou, neste período, de 3,3 toneladas para 99 toneladas – ou seja, 3.000%. Se se considerar que o uso de celulares nos Estados Unidos passou de 340 mil unidades, em 1985, para 180 milhões de unidades, em 2004 [...] (BRUCKMANN, 2011, p. 216).

A citação mostra como a evolução tecnológica pode variar sua necessidade na quantidade de cada recurso. No caso do lítio, fica evidente essa variação que ocasiona estratégias geopolíticas para o controle desse mineral. Destaca-se que a maior reserva de lítio do mundo está na Bolívia. Por outro lado, o Grande Caribe que foi, no decorrer da colonização, um centro medular no fornecimento de recursos do setor primário, hoje já não desempenha um papel tão importante nas relações internacionais no que se refere aos recursos e estratégias, diferente de alguns países do restante da América Latina. Entretanto, acontece a extração de vários recursos na região caribenha como: bauxita, petróleo, níquel, ouro e cobre. Como mostra o mapa.

Figura 3 - Mapa México, Centroamérica y el Caribe, recursos naturales



Fonte: Atlas Go Grolei. Disponível em: < <http://go.grolier.com/atlas?id=mtsp021&tn=/atlas/nec2/atlas.html> >
Acesso em: 16 jun. 2018.

Contudo, desde a chegada dos europeus o Grande Caribe tem estado sob os interesses das potências capitalistas na diversidade de suas riquezas naturais. A partir da metade do século XX, a bauxita apareceu como um mineral estratégico na região. Por isso, “*é necessário sublinhar que as riquezas naturais convertidas em objetos econômicos se constituem – desde o início da colonização até a atualidade – no principal fundamento das teorias políticas geoestratégicas*” (CASTANHEDA, 2017, p. 35).

Importante salientar que, no decorrer do século XX, os interesses das grandes empresas na região caribenha trouxeram uma série de mudanças em se tratando de atividades econômicas. Percebe-se que a maior mudança no setor econômico da região foi a transição do setor agrícola para o setor de turismo com grandes transnacionais dominando esse setor. Ou seja, mais uma vez, o grande lucro de atividades econômicas desenvolvidas no Grande Caribe não fica na região. Como no passado, a exploração continua e o maior ganho financeiro não contempla os países do Grande Caribe. Sobre essa situação, a jornalista Eliane Tavares destaca como se comporta o setor de turismo:

[...] de cada dólar que entra num negócio de turismo, apenas 10 a 20 centavos fica no Caribe. Assim, apesar de passarem mais de vinte milhões de pessoas por ano nas ilhas, o que deixam aos locais é muito pouco [...] sobram para os caribenhos os trabalhos mais modestos como, cozinheiros, camareiros e garçons. [...] os empreendimentos ainda gozam de uma série de incentivos fiscais e não pagam impostos (TAVARES, 2017, p. 44-45).

Há outros setores econômicos no Grande Caribe que produzem muitas riquezas e, paradoxalmente, a miséria da população. Em geral, a região não é considerada um paraíso somente por sua exuberante beleza natural, o que propícia o turismo. É um paraíso, também, para os que se abastecem na região de: superexploração de força de trabalho, exploração sexual, tráfico de drogas, de mulheres, de menores, jogos de azar e, entre outras, lavagem de dinheiro (TAVARES, 2017).

A exploração e apropriação do excedente econômico da região caribenha originou o desenvolvimento econômico das grandes potências mundiais, tendo como corolário o desenvolvimento do capital de empresas que se transformaram em multinacionais e ampliaram seu domínio financeiro para além de seus territórios.

Exemplificando o contexto, no caso do Haiti, há um acordo firmado entre os Estados Unidos e o governo haitiano por meio da Lei HOPE¹¹. Essa lei refere-se à isenção de cobrança de taxas alfandegárias das mercadorias produzidas pelas empresas do segmento têxtil instaladas no território haitiano – as maquilas-, sendo a maioria dessas empresas estadunidenses. Ou seja, isenção de imposto e uma grande oferta de força de trabalho barata somando a proximidade geográfica com os Estados Unidos transformam o Haiti em um território de grande importância econômica na região, o que não se traduz em

¹¹ Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act. Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti por meio do Incentivo de Parceria aprovada pelo congresso americano, em 2006 (SEGUY, 2014).

desenvolvimento na economia haitiana. Retornaremos com mais profundidade sobre a Lei HOPE mais adiante, no capítulo 3.

Carlos Martínez (2017) considera que essa política econômica de subsídio para empresas multinacionais e transnacionais provoca o rápido enfraquecimento das economias nacionais dos países que promovem esse tipo de isenção. Consequentemente, debilitam os investimentos das empresas locais gerando, assim, a expulsão empresarial e laboral na própria economia (MARTÍNEZ, 2017, p. 86). Dessa forma, essa política acaba por elevar o índice de desemprego e baixos os salários. Essas empresas contam com o apoio jurídico para garantir suas atividades exploradoras em países pobres como é o caso do Haiti.

Destarte, procuramos relatar, até aqui, um pouco da complexidade da região caribenha: sua formação, sua economia e algumas de suas particularidades. Mostrou-se importante esse proceder, visto que a região caribenha compõe aspectos fundamentais no desenvolvimento e expansão do capitalismo.

Ao tratar de temas referentes à região caribenha, é inevitável que a história do Haiti apareça em vários momentos devido a sua influência em toda a América Latina desde a invasão colonial e, de forma mais aprofundada, após suas revoluções a partir de 1791.

Nesse sentido, faremos um resgate histórico sobre o Haiti a seguir, pois *“se a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, a compreensão do caso haitiano é impossível sem o estudo de toda a sua evolução histórica”* (CASTOR apud SEGUY, 2014, p. 131). Registra-se a importância de se conhecer o processo histórico do Haiti, para, então, depreender quais foram os arranjos econômicos e políticos que interferiram no desenvolvimento do país como nação autônoma, desde a colonização até a atualidade.

1.2 BREVE HISTÓRIA DO HAITI EM SEU CONTEXTO REGIONAL: DA COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

1.2.1 Haiti: primeiro território do Novo Mundo

O Haiti, embora seja considerado um país muito pequeno em relação à sua extensão territorial, nos últimos cinco séculos foi um território que, em diferentes graus, esteve envolto em relações complexas com três continentes: Europa, África e América.

Com efeito, as relações com a Europa se iniciam com a colonização em decorrência do controle de novas rotas comerciais para a Ásia, o que levou o espanhol Cristóvão Colombo,

em 1492, a navegar ao encontro da ilha de São Salvador no mar do Caribe e em seguida chegou ao *Ayiti*¹² (JAMES, 2010). A busca também por ouro levou Colombo a navegar ao encontro da ilha batizada, mais tarde, de Hispaniola pelo próprio navegante. Colombo encontrou, além de uma ilha cheia de riquezas, uma população indígena numerosa, os Taínos, com organização social como qualquer outra sociedade, apenas com uma cultura diferente.

Os registros históricos da época, de maneira contrária, trazem uma justificativa em descompasso com relação à população encontrada nas ilhas, pois as “[...] *fábricas de propaganda já tinham reescrito a história e decidido que Colombo encontrou nada mais do que um país inteiramente coberto de florestas, não cultivado e habitado por apenas algumas tribos selvagens, nuas e miseráveis*” (CHOMSKY *apud* SEGUY, 2014, p. 133).

Como observado, os argumentos usados em todos os processos de dominação, desde a colonização até o imperialismo contemporâneo, se constroem, principalmente, com argumentos ideológicos que menosprezam a cultura, a história, e a organização social do outro. Assim, o colonizador justificava o aniquilamento dos povos indígenas em seus territórios negando-os como sujeito autônomos. Nega-se a sua humanidade.

Com efeito, o colonialismo que se impôs à ilha *Ayiti* não encontrou miseráveis, mas os reduziu a essa condição sob o saqueio, a expropriação de terras, a escravização e matança, o que resultou em um dos mais rápidos extermínios produzidos pela modernidade.

Por consequência da hecatombe¹³ dos indígenas, o Haiti estabeleceu relações comerciais com a África a partir de 1517¹⁴, por meio do tráfico de africanos escravizados, o que, no auge da produção agrária, chegou a um número estratosférico. Para se ter uma ideia, já em posse da França, “*em 1786 era de 27mil e, de 1787 em diante, a colônia passaria a adquirir mais de quarenta mil escravos por ano*” (JAMES, 2010, p. 65).

¹² Significa terras montanhosas, nome dado à ilha pelos povos originários antes da colonização espanhola. Colombo a batiza de *Hispaniola*. Em posse da França, a ilha passa a ser Saint-Domingues (São Domingos). Ao conquistar a independência, o país resgata o nome original. Haiti, que tem o mesmo significado: Terras montanhosas.

¹³ Segundo Soares (1976), contagens feitas em 1509/1510 relatam uma população de 33.528 a 46.000 de indígenas “em 1530, a população original já tinha sido virtualmente eliminada, restando cerca de 100 índios!” (SOARES, 1976, p. 20-21).

¹⁴ Percebendo o extermínio do povo originário da ilha, o padre dominicano Bartolomeu de Las Casas defensor dos indígenas, “[...] assombrado pela possibilidade de ver, diante de si, a total destruição da população no período de tempo de uma geração, recorreu ao expediente de importar os negros robustos da populosa África” (JAMES, 2010, p. 19). Assim, o rei Carlos V, em 1517, ordenou a compra de homens escravizados trazidos da África, em número maior de Guiné, para a ilha, dando, assim início à escravidão de africanos no Haiti. No entanto, há uma outra data que marca o início da presença de africanos escravizados no Haiti. Segundo Fouchard (1988, p. 365 *apud* SEGUY, 2014 p. 134) em 1499, com a rápida diminuição da população indígena, já havia africanos escravizados no Haiti.

Nos séculos XVII e XVIII, o Haiti, assim como a região caribenha, encabeçou o comércio mundial de especiarias e produtos da agroindústria canavieira, como açúcar e cachaça/rum. No caso, esse mercado passou a ser controlado pela Holanda, que liderava o ciclo de acumulação de capital daquele período, tornando-se a potência dominante nos mares (RASLER & THOMPSON, 2005) e hegemônica no sistema-mundo capitalista (ARRIGHI, 1996).

A Holanda, mesmo sem ter dominado territorialmente o Haiti, com seu domínio dos mares e o controle dos mercados globais de derivados sucroalcooleiros, permitia a hegemonia na região caribenha, pois dominara ilhas como Aruba, Curaçao, San Martin, partes do norte do continente sul-americano e a Guiana Holandesa (atual Suriname). A perda do controle do nordeste brasileiro, reforçou a necessidade por parte da potência holandesa, de enfraquecer a posição espanhola no Caribe e aprofundar o domínio comercial e territorial sobre a região.

Foi em tal contexto que a França ocupou a parte oriental da ilha, progressivamente, a partir de 1659. Depois de muitos conflitos, ingleses, franceses e espanhóis chegaram a um acordo que resultou no Tratado de Ryswick, assinado em 1697, que dividiu a posse da ilha. A parte ocidental passou, portanto, a ser colônia francesa (1697-1803), quando passou a ser chamada de Saint-Domingues (JAMES, 2010, p. 20). Como pode ser visto no mapa.

Figura 4 – Mapa da Divisão Colonial da Ilha de Hispaniola no Século 15



Fonte: Portal Cadorim. Disponível em: <https://cadorim.wordpress.com/2010/05/13/haiti-dos-primordios-aos-confins-do-terremoto/> Acesso em: 16 jun. 2018.

Em menos de cem anos em posse da França, em 1767, a produção em escala comercial o Haiti exportou 35mil toneladas de açúcar bruto e 25 toneladas de açúcar branco. Sem contar a produção de 500 toneladas de anil e mil toneladas de algodão (JAMES, 2010). Enriqueceram-se, assim, as elites francesas por meio desses dois pilares: o comércio de pessoas escravizadas trazidas de forma compulsória da África e produção agrícola principalmente de açúcar.

Ademais, os lucros aumentaram muito em razão da força de trabalho escrava que produziam, isto é, uma riqueza até então desconhecida. Fato esse que, aliás, demonstra como e o quanto a burguesia francesa se beneficiou da riqueza vinda da economia haitiana, o que proporcionou o *“desenvolvimento da burguesia francesa e financiou sua revolução. No entanto, a historiografia comprometida com a burguesia não cansa de buscar estabelecer por todos os meios, uma improvável filiação da revolução haitiana com a francesa”* (SEGUY, 2014, p. 36).

Segundo James (2010), havia três forças na economia do século XVIII. Seriam essas forças: os proprietários de São Domingos (Saint-Domingues), a burguesia francesa e a burguesia inglesa. As três prosperavam por conta da devastação do continente e a exploração da população. Entretanto, em São Domingos essas forças se desequilibraram, pois *“nada, por mais lucrativo que seja, dura para sempre”*, e a emancipação da colônia francesa por meio da revolução escrava ronda a ilha (JAMES, 2010, p. 39).

A relação entre os mulatos livres e os brancos também se desequilibra dando espaço para a união entre mulatos e negros, escravos e livres, o que contribuiu para a revolução escrava em São Domingos em 1791.

Destaca-se que, entre os pilares que sustentaram a revolução pela abolição estavam as divergências entre a população mulata livre e os brancos escravistas. Nesse sentido, cabe uma pequena explicação quanto à demografia em São Domingos, naquele momento. A população da colônia era dividida em grupos pela cor da pele, ou seja: negros, mulatos e brancos. A grande maioria da população era composta pelos negros escravizados, uma pequena população branca escravista e de mulatos livres. Esses últimos, eram livres ao completarem 24 anos, *“[...] não pela lei, mas porque o número de brancos era tão pequeno em comparação ao número de escravos que os senhores preferiam ter esses intermediários como aliados antes que os deixar engrossar as fileiras dos seus inimigos”* (JAMES, 2010, p. 48).

No decorrer dos anos, os mulatos passaram a acumular capital, pois quando sua descendência vinha de pai branco, havia a possibilidade de acesso às escolas francesas e o contato com várias áreas do conhecimento, bem como o desenvolvimento em seus ofícios. Os mulatos passaram a emprestar grande quantidade de dinheiro para muitos brancos.

Conseqüentemente, passaram a interferir na economia haitiana o que passou a ser um incômodo entre os brancos, visto que para um não branco – mulato -, eles estavam indo muito longe e já eram numerosos.

Assim, os brancos trataram, rapidamente, de criar o Conselho de Porto Príncipe¹⁵, cuja proposta era bani-los, arruinando seus negócios. O Conselho de Porto Príncipe era a institucionalização para o extermínio dos mulatos, que acirrou a rivalidade entre os dois grupos. Ao formular as normas do Conselho, os brancos estavam construindo um inimigo em futuras rebeliões.

Entre outros fatores, essa relação tensa entre mulatos e brancos foi um dos estopins para as revoltas que deram início aos processos revolucionários que demandaram anos de guerras. O que ocasionou as revoluções ocorridas no Haiti iniciadas em 1791 até a conquista da independência em 1804. Essas revoluções foram de fundamental importância em toda a América Latina, pois a influência desses acontecimentos reverberou em várias instâncias na região, quais sejam: econômicas, sociais e políticas.

Destarte, a partir do século XIX, o Haiti torna-se o maior símbolo da luta contra a exploração e merece ter sua história resgatada pelo mundo. No próximo tópico será traçada, em linhas gerais, a história dessas lutas.

1.2.2 Haiti: revolução, liberdade e independência

As revoltas em São Domingos iniciam desde o primeiro momento da colonização com os rebeldes caribes a respeito dos quais Colombo havia feito referência em suas anotações de viagens, como já citado anteriormente. O líder mais conhecido em São Domingos antes da abolição foi François Makandal, que *“unia, em si, as figuras do escravo rebelde e do guerreiro”* (CARVALHO, 1996, s. p.). Traficado da Guiné, planejava a revolução *“cem anos que precederam a revolução francesa”* (JAMES, 2010, p. 35). Estaria em Makandal o germe da revolução haitiana, como considera Carlos Bauer (2016, p. 24). Diferente de algumas análises feitas, a revolução haitiana não se dá em virtude ou por inspiração da revolução Francesa.

¹⁵ “Uma série de leis que, por sua selvageria maníaca, seriam únicas no mundo moderno [...]” (JAMES, 2010, p. 51).

Nesse contexto, o fenômeno chamado Marronnage conseguia unir e organizar os escravos fugitivos nas montanhas, isto é, desde os primórdios da colonização “*era a forma de rebelião mais poderosa que inventaram os trabalhadores escravizados para enfrentar o sistema colonial/moderno até superá-lo foi a marronnage*” (SEGUY, 2014, p. 234).

Nesse ponto, é de grande importância nos reportarmos como se iniciou a primeira e mais importante revolução escrava que o mundo já conheceu. Para isso, é necessário explicar que a revolução escrava do Haiti foi planejada. Foram usadas estratégias e o planejamento não foi um ato repentino. Os brancos pensavam ser impossível que negros tivessem inteligência para tanto, já que “*esses brancos menosprezavam demais os escravos para acreditar que fossem capazes de organizar um movimento em larga escala*” (JAMES, 2010, p. 92).

Sendo assim, em 22 de agosto de 1791, em um ritual Vodou no alto de uma montanha em meio a floresta e em noite de tormenta o destino do Haiti foi decidido. Ali se deu o juramento de liberdade que foi a amálgama que fundiu todos os escravos haitianos. James (2010) registra em sua obra a oração que o líder Boukman proferiu naquela noite:

O deus que criou o sol que nos dá à luz, que levanta as ondas e governa as tempestades, embora escondidos nas nuvens, observa-nos. Ele vê tudo o que o branco vê. O deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus que é bom para conosco, ordena-nos que nos vingemos das afrontas sofridas por nós. Ele dirigirá nossos braços e nos ajudará. Deitai fora o símbolo do deus dos brancos que tantas vezes nos fez chocar, e escutai a voz da liberdade, que fala para os corações de todos nós (BOUKMAM, 1791 *apud* JAMES, 2010, p. 93).

Foi com o abandono das fazendas, a queima das plantações e a morte dos fazendeiros brancos que se deu a insurreição. Os escravizados “*buscavam a salvação da maneira mais óbvia: pela destruição [...] e se destruíram muito era porque muito haviam sofrido. [...] enquanto essas fazendas permanecessem em pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento*” (JAMES, 2010, p. 94).

Somente após um mês da revolta ter sido iniciada foi que Toussaint L’Ouverture¹⁶ passou a comandar a grande revolução. Com isso, São Domingos conquistou a abolição da escravidão, oficializada em 1793, sendo a primeira colônia do mundo a alforriar todos os escravos. Toussaint se intitulou governador e proclamou sua Constituição em 1801.

¹⁶ Toussaint L’Ouverture foi o maior líder da revolução contra a escravidão. A obra de Júlio Cesar deu-lhe noções de manobras militares. Igualmente, foi a obra do religioso Abade Raynal, “História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas Índias”, pregadora da liberdade para todos seres humanos, indistintamente, que despertou o revolucionário ao ler a seguinte frase: “Um comandante corajoso é tudo de que precisam. Onde está?” (JAMES, 2010, p. 38). E foi nessa figura que se transformou Toussaint.

A Constituição não promoveu a Reforma Agrária. Toussaint não queria um rompimento com os fazendeiros brancos e não havia intenção de expropriá-los de suas terras, ao contrário, convidava aqueles que tinham fugido da revolta a retornarem para suas casas e administrar suas fazendas (JAMES, 2010). As terras continuavam nas mãos dos fazendeiros franceses e de mulatos livres.

Toussaint se mantinha devoto à França, pois acreditava que o Haiti seria um país “civilizado” e o seu modelo continuava a ser a França. Acabou cometendo erros por sua devoção à França, visto que a dubiedade em suas decisões era frequente (JAMES, 2010). Apesar dos esforços, para uma relação de igualdade com a França, em 1803, Toussaint, enganado por Napoleão Bonaparte, foi preso, deportado e morreu de fome e frio na prisão em Fort-de-Joux, nas montanhas de Jura.

Jean-Jacques Dessalines, um dos tenentes do exército deixado por Toussaint, era contra qualquer submissão à França. Diferente de Toussaint, acreditava que o Haiti teria que ser totalmente independente da metrópole para, de fato, ser livre. Ele assumiu o comando, conduziu a guerra e derrotou o exército de Napoleão Bonaparte. Assim, conquistou a independência em São Domingos, a qual foi declarada em 1º de janeiro de 1804. Renasceu, assim, a ilha de montanhas altas: o Haiti.

No mapa, a localização do Haiti.

Figura 5 – Mapa da República do Haiti.



Fonte: Nations On-line Project. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/haiti_map.htm>. Acesso em: 16 jun. 2018.

A conquista da independência do Haiti aflorou, mais ainda, as questões sociais, em especial quanto à disputa pela propriedade da terra, fator de grande contradição e complexidade. Os antigos alforriados mulatos se posicionam contra a nova política agrária de Dessalines, que, por sua vez, nacionalizou todos os bens deixados pelos colonos franceses e não permitia a apropriação de terra indevidamente. Essa tensão conduziu ao assassinato de Dessalines, em 17 de outubro de 1806, dois anos após a independência do Haiti.

Dessalines era um visionário no melhor sentido, entendia que a independência total do Haiti traria a liberdade aos indivíduos e, assim, seria possível uma sociedade em que todos poderiam se desenvolver. Para Dessalines, a felicidade estava atrelada à livre individualidade e a nova sociedade haitiana não poderia conter nenhum resquício do que tinha sido até então (SEGUY, 2014).

Nesse sentido, cabe destacar que a disputa pelas terras após a independência foi um importante fator interno que deflagrou na sociedade haitiana uma cisão entre os grupos que, até então, lutavam pela independência sob o comando de Dessalines.

Na análise do sociólogo Seguy (2009, p. 97), no horizonte de Dessalines estava em trâmite no Haiti um projeto de Livre Individualidade, *“projeto este cuja essência se fermenta na Liberdade coletiva, para cada um/uma e para todos/todas. Para consolidar a Livre Individualidade de cada um e a Liberdade coletiva de todos/todas”*. Uma postura diferente do projeto de Individualismo Moderno, herança colonial perpetrada por Toussaint Louverture após a abolição, *“cuja essência estava baseada na produção social das riquezas para serem apropriadas de forma individual pela nova oligarquia que estava por se substituir aos colonos franceses”* (SEGUY, 2009, p. 88).

Ou seja, para a nova nação existiam dois caminhos deixados pelos seus heróis das revoluções. Para Toussaint, as relações com a metrópole deveriam ser mantidas e os colonos continuariam proprietários tanto das terras haitianas, quanto de sua força de trabalho, sendo muito próxima da realidade antes da abolição, ou seja, haveria no Haiti uma liberdade tolhida e uma individualidade inexistente para os (ex) escravos, pois continuariam sob a custódia dos colonos franceses: projeto individualismo moderno. Enquanto para Dessalines deveria existir total ruptura com a metrópole e, assim, nascer uma Nação Negra totalmente livre de forma individual e, portanto, coletiva: projeto de livre individualidade.

De maneira muito semelhante ao que fora cunhado por Seguy (2009), para Rosa e Pongnon (2013), prevaleceram no Haiti duas “heranças” políticas deixadas pelos dois revolucionários, Toussaint e Dessalines, que caracterizavam dois projetos de construção de um Estado-nação. Por um lado, o Toussaint, ainda no período colonial, após a abolição, pretendia estabelecer um processo de não ruptura com a metrópole francesa e sim um processo progressivo de construção do Estado nacional no qual havia uma *“transformação de escravo ao estatuto de cidadão livre”* (ROSA & PONGNON, 2013, p. 470), sem promover uma ampla reforma agrária e sem construir uma nação livre. Seria, portanto, um projeto de “natureza autonomista”.

Por outro lado, a partir da independência, havia Dessalines que desenhava um projeto que se constituía com justa divisão agrária e tinha o intuito de *“construir um império negro projetado contra a escravidão e a racialização das relações de trabalho”* (ROSA & PONGNON, 2013, p. 463). Um projeto de “fundo soberano”.

Como resultado dessa visão política fragmentada, a nação se dividiu em dois grupos: o Reino do Norte, fundado por Henry Christophe, e o estabelecimento de uma República no Oeste, fundada por Alexandre Petión e, no Sul, por Gérin (SEGUY, 2009). Salienta-se que, tanto no reino de Henry Cristophe, quanto na república de Petión e Gérin, as terras se mantiveram entre um pequeno grupo de mulatos e negros. As terras que tinham sido

estatizadas por Dessalines foram apropriadas pelos representantes das regiões. No entanto, a população, agora camponeses, se encontrava na miséria e coube a eles rebelar-se, o que deflagrou um primeiro período de luta que durou 13 anos, de 1807 a 1820 (SEGUY, 2009, p. 99).

O assassinato de Dessalines pois fim ao projeto de soberania do país, da livre individualidade, ou seja, da liberdade coletiva da grande população haitiana. Portanto, o projeto que se manteve foi o individualismo moderno. Nesse sentido, aconteceu a ruptura entre os “letrados e afrancesados” e os “camponeses iletrados falantes do Kreyól” (ROSA & PONGNON, 2013, p. 469). A possessão de terra e poder político contra os pequenos proprietários de terras, os camponeses, seguiu no decorrer dos séculos no Haiti, o que mostra a condição da maioria da população, pois se reestabelece o antagonismo de classe:

São estes mesmos reflexos antagonísticos, que irão consolidar o longo percurso de construção do Estado, cuja alternância do poder nacional irá oscilar entre as elites dos antigos libertos, em que Toussaint seria o maior líder e o grupo dos recém-libertos, liderados por Dessalines, cuja condição de *marroon* rebelde irá fomentar a luta das massas camponesas desfavorecidas, cuja condição de escravidão pouco mudou desde a independência e a abolição formal da escravatura (ROSA & PONGNON, 2013, p. 479).

É possível dizer que o pior legado dessa fragmentação política foi deixado por Boyer, sucessor de Petión, que decidiu, conforme suas elites, pagar para a França uma indenização que reconhecesse a independência do Haiti. Assim, os “*‘republicanos’ do Oeste, ao se sentarem à mesa de negociação com a antiga metrópole e, pior ainda, ao oferecerem pagar uma indenização aos colonizadores por lhes haver empobrecido, fazem retroceder a independência conquistada em 1804*” (CASIMIR, 2009, p. 10 *apud* ROSA & PONGNON, 2013, p. 481). Trataremos da questão da “dívida da independência” mais adiante.

Com exceção dos problemas que vieram após a independência, principalmente com o assassinato de Dessaline, o Haiti teve o mérito de ter sido o primeiro país a abolir a escravidão e o primeiro a conquistar independência na América Latina. Destarte, essas conquistas passam a influenciar todo o continente, tanto por suas mudanças sociais, quanto na economia da região. Essa influência haitiana tornou-se, pois, um fato de grande importância e digno de consideração.

1.2.3 A influência das revoluções haitianas no contexto da América Latina

A revolução dos escravos no Haiti causou impacto além do continente americano, ou seja, alterou a posição econômica da França em relação aos outros países coloniais e, também, provocou mudanças na estrutura social nas colônias por toda a América. Esse último aspecto é justificado pela influência que trouxe na proibição do tráfico de escravos e as aspirações pela independência em toda a América espanhola. No entanto, a grandeza da revolução haitiana e suas influências em todo o mundo, principalmente na América Latina são pouco difundidas.

Destaca-se que as revoluções haitianas tiveram aspectos distintos de todas as revoluções ocorridas até 1804, e as que vieram depois. Diferente da revolução francesa, que tinha como seu baluarte “liberdade, igualdade e fraternidade”, o qual inspirou Toussaint L’Ouverture¹⁷, no Haiti as três premissas foram, de fato, colocadas em prática. Além disso, também apresentam diferenças no tocante às lutas por independência ocorridas na América Espanhola nas quais foram empenhadas as guerras das elites criollas descendentes de europeus, que buscavam mais privilégios, não desejavam um rompimento radical em relação à metrópole e relativizavam a abolição da escravidão.

Para Glodel Mezilas (2009), a revolução haitiana foi muito além dos desejos de grupos de elites como na Revolução Francesa, na América do Norte e as independências na América espanhola:

Não foi uma revolução burguesa como na França ou uma luta entre os sujeitos ocidentais como na revolução norte-americana, que foi “a autoafirmação nacionalista da maior parte do ‘fragmento europeu’ do norte-americana. Desde então, na revolução americana, a diferença dos movimentos anticoloniais posteriores, os colonos não lutavam por sua autodeterminação política e econômica, pois eram europeus acostumados com o apoio de outros europeus (MEZILAS, 2009, p. 33, tradução nossa¹⁸).

A revolução haitiana proporcionou a quebra de um sistema de dominação colonial por meio da união das massas. Foi a coesão da sociedade haitiana, os negros e os mulatos, que sustentou as duas revoluções. Mas como isso foi possível? Em busca dessa resposta, um dos

¹⁷ A obra de C.L.R. James (2010) coloca a revolução francesa como inspiração para Toussaint em sua luta pela abolição da escravidão. Isso não significa que a própria revolução haitiana tenha sido inspirada na revolução Francesa. Há questionamentos a esse respeito, como tratamos no subtópico 1.2.1.

¹⁸ Do original: “No fue una revolución burguesa como la de Francia o una lucha entre los sujetos occidentales como la Revolución norteamericana, que fue “la autoafirmación nacional de la mayor parte del ‘fragmento europeo’ en Norteamérica. Ya que, en la revolución americana, a diferencia de los movimientos anticolonialistas posteriores, los colonos no luchaban por su autodeterminación política y económica, sino que eran europeos aclimatados, con el apoyo de otros europeos”. (MEZILAS, 2009, p. 33).

precursores das guerras pelas independências das colônias espanhola, Francisco Miranda, foi até o Haiti e conheceu Dessalinas, o líder revolucionário da independência haitiana. Com isso, recebeu conselhos do Imperador haitiano e apoio material para as lutas pela independência nas colônias espanholas. Miranda também levou com ele o lema oficial das lutas haitianas: “lutar pela independência ou morrer” (MEZILAS, 2009, p. 37) ou “viver livre ou morrer” (BAUER, 2016, p. 24).

Da mesma forma, Simón Bolívar recorreu ao Haiti e recebeu apoio de crucial importância para o processo de independência das colônias espanholas, tendo recebido navios, armas e voluntários para a luta de independência na América Espanhola. Fortalecido com a ajuda do Haiti, Bolívar ampliou seus anseios para a transformação social contra os privilégios da sociedade colonial. Esse foi o legado que Bolívar levou da revolução haitiana. Nesse sentido, a influência do Haiti na América Latina teve uma importância significativa. Como é ressaltado por Figueiredo (2015):

[...] a experiência haitiana teria marcado também o constitucionalismo de Bolívar, uma vez que ele tomou vários dos artigos das constituições haitianas de 1806 e 1816 para seus projetos. Assim, ele seria um pensador político diretamente influenciado por uma revolução, pois mais que uma emancipação política, foram as armas contra a escravidão e contra os privilégios que caracterizavam a sociedade colonial (FIGUEIREDO, 2015, p. 60).

Outros líderes das independências da América espanhola contaram com o apoio material do Haiti. Além de Francisco de Miranda e Bolívar, foram até o Haiti: os irmãos Miguel e Fernando Carabaño, da Colômbia, os mexicanos Francisco Javier Mina e Toledo y Herrera (NASCIMENTO, 2007, p. 471). Todos contaram com ajuda do Haiti, fosse com navios, armas, munições ou mesmo com voluntários.

As revoluções haitianas também provocaram mudanças substanciais na economia da região e em toda a América Latina. Com efeito, Cuba figurou, pela sua proximidade geográfica, como umas das primeiras colônias a sentir os impactos das mudanças ocorridas no Haiti, sendo que sua metrópole se mostrou receosa e com medo de que a revolução vitoriosa dos escravos vizinhos reverberasse em seu território. Por outro lado, a Espanha viu nos acontecimentos uma oportunidade de expandir sua produção de açúcar e se tornar Cuba tão produtiva quanto havia sido o Haiti.

Para que sua produção expandisse de modo significativo, foi preciso que Cuba também aumentasse a importação de uma grande quantidade de escravos, o que acarretou o

desequilíbrio demográfico no país (FERRER, 2012, p. 42). O mesmo aconteceu no Brasil, quando o número de pessoas escravizadas trazidas da África deu um salto surpreendente, pois a produção de cana-de-açúcar tinha que ser intensificada, já que o Haiti havia se retirado dessa cadeia econômica deixando um espaço considerável para as outras colônias ocuparem (NISHIKAWA, 2005, p. 27). Nesse sentido, também a economia do Brasil ganhou um importante impulso e isso está ligado diretamente com os novos caminhos que o Haiti tomou.

Antes das suas revoltas, o Haiti representava 30% da produção mundial de açúcar (NASCIMENTO, 2007, p. 484). Os anos de guerra destruíram as plantações e toda a estrutura de manejo das lavouras. E quando livres “*os ex-escravos passaram a se dedicar à tradição herdada da África, a agricultura de subsistência, o que provocou a saída do país do mercado mundial*” (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 2006, p. 3).

É importante entender que, para os haitianos livres, a produção de cana-de-açúcar e a escravidão estavam interligadas na memória do povo. Ao conquistar a liberdade não foi possível manter a mesma estrutura de trabalho na ilha. Os recém-libertos mantinham afeições pela forma de vida de seus ancestrais africanos onde a agricultura de subsistência era o mais comum, pois, apesar de existir comércio, esse se manteve em outras bases.

As consequências negativas dessa decisão foram sentidas rapidamente, dando origem ao “*declínio econômico e em toda espécie de desordem política. Apesar disso, o país manteve a independência, resultando em um fenômeno inédito que tomou um continente e estabeleceu-se nas instituições do mundo todo*” (JAMES, 2010, p. 346).

Independente das questões econômicas enfrentadas pelo o Haiti, o fato é que as transformações encabeçadas pelo povo haitiano trouxeram uma grande mudança na estrutura social em toda a América Latina, principalmente na região caribenha, deixando alarmadas as grandes oligarquias da América e da Europa.

O medo das revoltas ocorridas no Haiti ganhou o apelido de “haitianismo” em muitas partes do mundo. Assim, o tratamento dado aos escravos foi repensado, pois em algumas regiões os castigos eram amenizados e em outras os abusos se intensificaram por medo de que as revoltas dos haitianos se repetissem em seus engenhos. Esse medo também provocou discussões e questionamentos a respeito da abolição da escravidão também no Brasil, naquele momento. Nishikawa (2005) constatou que:

Os discursos políticos brasileiros estão repletos de referências sobre o Haiti. Escravistas e antiescravistas dividiam o palco nas discussões referentes a esse tema. Ambos utilizam esse argumento para defender ou abolir a escravidão no Brasil. Ou o Haiti era um modelo da escravidão, visto como

uma “panela de pressão” que estourou, e que, portanto, deveríamos rever seus resultados e seus efeitos, ou o argumento utilizado era o de que fosse reformulado o controle dos escravos, para que se mantivesse a escravidão e se evitasse tal experiência aqui no Brasil (NISHIKAWA, 2005, p. 13).

As influências do Haiti nas transformações sociais ultrapassaram fronteiras, posto que sua repercussão proporcionou mudanças fundamentais na base social e ganhos significativo no remanejamento das estruturas de poder, mesmo depois de passado um século das revoluções. Seitenfus (2015) destaca:

Os revolucionários haitianos lançam as premissas dos Direitos políticos fundamentais que embasarão o processo de descolonização a partir da década de 1950. Assim, o princípio da Autodeterminação dos Povos – reivindicado e conquistado a ferro e a fogo pelos revolucionários haitianos – constituirá a pedra de toque das relações internacionais na segunda metade do século XX (SEITENFUS, 2015, p. 66).

Após ter relatado, mesmo que brevemente, a história das Revoluções haitianas e sua influência em toda a América Latina no século XIX, por ter sido pioneiro a conquistar autonomia de país independente, serão consideradas no próximo tópico as consequências negativas das revoltas que o Haiti veio sofrendo desde então, por já não ter o mesmo *status* de país autônomo em razão das intervenções militares que ocorreram a partir de 1915 encabeçadas pelos Estados Unidos.

1.2.4 Dívida da Independência e seus coronários

Ao conquistar sua independência, o Haiti sofreu as primeiras sanções: passou-se a não se estabelecer comércio com o país. A metrópole não reconheceu a independência do Haiti e, para tanto, cobrou uma indenização pelos prejuízos que a independência trouxe. Assim, em 1825, as elites haitianas aceitaram pagar a indenização cobrada pela França, denominada “Dívida da Independência”. Nota-se que o Haiti já nasceu com sua economia totalmente comprometida, característica essa sentida pelo país e acentuada no decorrer do século.

A cobrança da “Dívida” revelou um novo mecanismo de dominação, pois a França fez uso de uma nova ferramenta para continuar a exploração interrompida com a independência, ao considerar que as próximas independências entram também em um ciclo de endividamento com suas ex-metrópoles. Nesse sentido, segundo Seitenfus (2015), a França criou uma

estratégia para sufocar o desenvolvimento da autonomia do Haiti que envolveu cinco dimensões:

(1) estabelecer um cordão sanitário impedindo ao Haiti estabelecer e manter contatos internacionais; (2) enfraquecer o Estado haitiano, tornando o país ingovernável. (3) criar condições culturais e psicológicas no Ocidente fazendo com que tudo que venha do Haiti seja percebido como um mal em si. (4) perceber o Haiti como uma sociedade que ameaça os fundamentos das relações internacionais. (5) alimentar um pavor temeroso e covarde frente ao Haiti (SEITENFUS, 2015, p. 65-66).

A França contou com a conivência das elites haitianas que, para se livrar do isolamento econômico e ávida por estabelecer negócios internacionais, aceitou pagar a indenização exigida no “valor de 150 milhões de francos, equivalente a quatro vezes o valor do orçamento da França na época” (SEGUY, 2014, p. 299). Outros motivos impeliram essa tomada de decisão, pois, “em 1825, as classes dominantes se encontravam obrigadas a enfrentar ao mesmo tempo: a ameaça da restauração da escravidão, a questão dos camponeses que reclamam o seu direito à propriedade e a divisão epidérmica entre as facções das próprias classes dominantes” (SEGUY, 2014, p. 153).

Segundo Vieira e Assunção (2006), outro aspecto que corroborou para o aceite do pagamento da “dívida” foi a identificação da elite haitiana com cultura vinda da França, o modelo de civilidade no qual ela se espelhava, crenças em sua identidade europeia. Assim, sendo basicamente composta por mulatos, descendente da miscigenação entre os colonizadores europeus e africanos, essa elite associava os negros ao primitivismo e a barbárie. Com isso, negava a hereditariedade africana comum aos homens negros que foram escravizados.

Por esse motivo, a aliança econômica entre a elite mulata e a França foi uma consequência natural por existir total identificação. Essa elite permitiu que o controle da produção e comercialização do café e da madeira Campeche passasse a ser explorada pela França. Além disso, as relações com os bancos franceses foram se estendendo.

A hegemonia francesa se manteve no território haitiano até o final do século XIX. Com o avanço das pressões dos mercados internacionais sob a ingerência das potências emergentes daquele momento, as elites haitianas passam a fazer associações com os investidores estrangeiros, não só franceses. Dessa forma, a disputa pelo mercado haitiano e

pela exploração passou a ser acirrada entre a Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Com efeito, o imperialismo¹⁹ já se mostrava para o Haiti.

Sendo assim, a Alemanha despontava nessa concorrência:

Em 1883, o então príncipe rei alemão visitara a capital haitiana. Em 1910, já controlavam mais de 80% do comércio internacional do Haiti, além de negócios envolvendo transportes e créditos do insolvente banco nacional. Como os EUA, a Alemanha vinha ampliando sua influência militar na região com interesse similar em estabelecer uma base militar no Haiti (HAGGERTY, 1991, p. 222-223). Evidentemente, essa informação aguçava as preocupações e os interesses dos EUA (ANDRADE, 2016, p. 179).

Como deixa claro a citação, o comércio interno haitiano estava cada vez mais nas mãos de estrangeiros e o caos financeiro no Haiti se aprofundava ainda mais com as dívidas contraídas com bancos estrangeiros que “*em 1903, somavam 33,121,999 dólares. Em dezembro de 1904, 40,891,394 dólares, dos quais 26,784,149 eram em ouro*” (CHATELAIN, 1954 *apud* CASTOR, 2016, p. 29, tradução nossa²⁰). A decisão de unificar essas dívidas em uma só instituição mostrou ser uma solução desastrosa chegando ao um total de 22,5 milhões de dólares de empréstimo externos (CASTOR, 2016, p. 30). Importante destacar que essa dívida é resultante do que foi chamado pelo sociólogo Franck Seguy de “*espiral de dupla dívida*”, ou seja, dívida com o Estado francês e com os bancos franceses:

Primeiro, em 1825, no momento da contratação desse indevido, mal chamado de “*dívida da Independência*”, os cofres do governo estavam vazios. Para pagar a primeira parcela, o Estado haitiano emprestou logo da imposição da ordenança, 30 milhões de francos junto dos banqueiros franceses Laffitte, Rothschild, Lapanouze, Hagerman, Blanc-Colin. Deste valor, os credores guardaram 6 milhões (um quinto) como prêmio e passaram diretamente os 24 milhões para a Caisse des Dépôts et Consignations em Paris. A partir deste momento, o país ingressou na espiral de uma dupla dívida (SEGUY, 2014, p. 159).

A citação traz luz sobre a raiz da situação econômica haitiana.

¹⁹ O conceito de Imperialismo que cunhamos nesse trabalho é de Lenin, que define: “1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (LENIN, 2008, p. 90 *apud* LEITE, 2013 p. 509).

²⁰ Do original: “La deuda exterior había crecido superando la capacidad de pago de la nación. En 1903, sumaba 33,121,999 dólares. En diciembre de 1904, 40,891,394 dólares, de los cuales 26, 784,149 eran de oro” (CHATELAIN, 1954 *apud* CASTOR, 2016, p. 29).

Com novos concorrentes na disputa pelo domínio da economia do Haiti, a França foi perdendo sua hegemonia, mas ainda mantinha sob seu controle a metade do comércio exterior e benefícios aduaneiros, resultados das relações mais estreitas com as elites da antiga colônia. Já a Alemanha, na véspera da invasão estadunidense, mantinha o controle de 80% do comércio internacional haitiano e era um grande credor das dívidas externa haitianas (CASTOR, 2016, p. 45). Esse fato contribuiu para que os Estados Unidos ocupassem o Haiti posteriormente.

Assim, o setor econômico haitiano pré-invasão estadunidense era crítico. A inserção de mercados estrangeiros, em franca expansão, passara a controlar o comércio varejista, a exportação e a importação do país. Consequentemente, o enfraquecimento do mercado interno, a aquisição de dívidas, instabilidade monetária - com a circulação de várias moedas internacionais dentro do país e a emissão de cédulas de forma descontrolada -, fez com que o Haiti se transformasse um espaço genuinamente de exploração.

O cenário político também era inteiramente influenciado pelo capital estrangeiro com o respaldo das elites nacionais, que já vinham acumulando fortunas com as especulações e não tinham um plano de desenvolvimento econômico nacional. Compactadas com os negócios estrangeiros, as elites haitianas apoiavam essas políticas econômicas de exploração de livre-mercado.

Destaca-se que o governo dos Estados Unidos, em 1847, já mostrava interesse em colocar o Haiti como um ponto estratégico (CASTOR, 2016, p. 47). Novamente, em 1870, evidenciou de forma clara sua intenção de anexar o Haiti (ANDRADE, 2016, p. 178). Os interesses não só pelo Haiti, mas também por toda a região caribenha se mantiveram e, em 1898, os Estados Unidos ocuparam Porto Rico e Cuba. O século XX se inicia com a primeira intervenção armada estadunidense na Nicarágua, em 1901, apenas dois anos depois o mesmo acontece na Colômbia²¹.

Verifica-se que a geoestratégica estadunidense consistia em controlar os territórios próximos ao Canal do Panamá, uma rota de fundamental importância entre o Atlântico e o

²¹ Nesse ponto, é importante destacar a estratégia da geopolítica dos Estados Unidos na intervenção militarizada na Colômbia, em 1903. Ao se apoderar de parte das terras da Colômbia, os Estados Unidos “inventam” nessas terras um país chamado Panamá que funcionou como um protetorado estadunidense. Por meio do tratado diplomático Hay-Bunau-Varilla, o Panamá concedeu aos Estados Unidos, em 1903, o direito de construir o canal interoceânico, entre Atlântico e Pacífico. Os acordos estabelecidos no Tratado permitiam a ocupação pelos Estados Unidos de um raio de cinco mil milhas dos dois lados do Canal do Panamá, Zona do Canal. Concedia também a apropriação dos benefícios gerados pelo do Canal. Os acordos estabelecidos no Tratado eram perpétuos com direito ampliação e intervenção de todo o país caso houvesse necessidade. Esse cenário só mudou em 1977, depois de anos de negociações entre o governo panamenho e os Estados Unidos. Desde então, o Canal do Panamá e a Zona do Canal passaram ao controle total do Panamá (VÉLEZ, 2015, p.179).

Pacífico que possibilitava a travessia do comércio marítimo internacional, que, no momento da invasão estadunidense no Haiti, havia sido recém-inaugurado, em 1914. O Canal do Panamá facilitou que os Estados Unidos implantassem, no decorrer do século XX, uma infraestrutura militar em: Guantánamo, Chaguaramas, Trinidad e Tobago, além de instalações bélicas em várias ilhas (PIERRE-CHARLES, 2017, p. 50). No mapa, é possível entender a importância da região caribenha como rota marítima.

Figura 6 - Mapa simplificado que mostra a economia de 60% provocada pelo Canal do Panamá na ligação entre Nova Iorque e San Francisco



Fonte: Ásia Comentada. Desnível em: <http://www.asiacomentada.com.br/2016/06/novo-canal-do-panam/>. Acesso em: 16 jun. 2018.

A partir do final do século XIX, a hegemonia estadunidense foi se estabelecendo na região do Grande Caribe. Com isso, os interesses econômicos e políticos incluíam proteger o Canal do Panamá, que representou a consolidação dos alicerces do imperialismo estadunidense. Como revela Robert D. Kaplan e Karen Hooper (2012):

Foi um processo de 100 anos para os jovens Estados Unidos realmente conquistarem o controle do Grande Caribe das potências europeias. O Grande Caribe - o Golfo do México mais o Caribe propriamente dito - é, de fato, uma extensão territorial da água azul dos Estados Unidos continentais. Influência sobre ele permitiu a construção do Canal do Panamá no início do século XX. Uma vez que os Estados Unidos puderam considerar o Grande

Caribe como certo, a América se tornou a hegemonia do hemisfério ocidental, com apenas o Ártico canadense e o cone sul da América do Sul (KAPLAN & HOOPER, 2012, s. p., tradução nossa²²).

Kaplan e Hooper (2012, s. p., tradução nossa²³) concluem que *“as vitórias americanas nas duas guerras mundiais e na Guerra Fria foram originalmente construídas sobre a geopolítica do Grande Caribe”*.

Ademais, segundo Moniz Bandeira (2009), o Caribe, América Central e América do Sul passaram a compor o quadro geopolítico dos Estados Unidos e suas estratégias de segurança, pois existiam na região fontes importantes de recursos como gás e petróleo. A região apresentava pouca rivalidade entre os países centrais, o que facilitou ainda mais para que os Estados Unidos empenhassem sua doutrina de dominação, pois essas regiões se *“configuravam uma espécie de colônia, a única região do mundo, em que não havia séria rivalidade entre as grandes potências. Lá os Estados Unidos eram, praticamente, ‘soberanos’”* (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 44).

Os Estados Unidos veem a região da América Latina como uma região segura também por se tratar de uma região fragmentada, o que evitaria a emergência de um poder transcontinental (FRIEDMAN, 2012).

As considerações feitas pelo geopolítico Nicholas Spykman (*apud* FIORI, 2007) corroboram com o argumento de que essas regiões fazem parte da estratégia geopolítica dos Estados Unidos. Spykman (*apud* FIORI, 2007) propõem dividir o “mundo latino” em duas regiões do ponto de vista das estratégias dos Estados Unidos. A primeira que inclui México, a América Central e o Caribe, seria “mediterrânea”, a segunda seria composta por toda a América do Sul, abaixo da Colômbia e da Venezuela. A “mediterrânea” seria incapaz de livrar-se do domínio dos Estados Unidos, pois essa região seria *“um mar fechado cuja as chaves pertencem aos Estados Unidos”* (SPYKMAN, 1942, p. 60 *apud*, FIORI, 2007, s. p.).

Assim, o Haiti aparece como um território estratégico para o fortalecimento geopolítico estadunidense na região. Foi nesse contexto que o Haiti sofreu a primeira invasão

²² Do original: “It was a 100-year process for the young United States to truly wrest control of the Greater Caribbean from European powers. The Greater Caribbean — the Gulf of Mexico plus the Caribbean proper — is, in fact, a blue water territorial extension of the continental United States. Influence over it allowed for the building of the Panama Canal at the beginning of the 20th century. Once the United States could take the Greater Caribbean for granted, America became the hegemon of the Western Hemisphere, with only the Canadian Arctic and the southern cone of South America” (KAPLAN & HOOPER, 2012, s. p.).

²³ Do original: “The American victories in the two world wars and the Cold War were originally built on the geopolitics of the Greater Caribbean” (KAPLAN & HOOPER, 2012, s. p.).

dos Estados Unidos, em 1915, no início da Primeira Grande Guerra (1914 - 1918), um momento de disputa por território e dominação política.

Para que seja possível uma melhor compreensão dos reais motivos que levaram os Estados Unidos a invadirem o Haiti, em 1915, é preciso nos aprofundarmos no contexto daquele momento. O que procede a seguir.

CAPITULO 2- INVASÃO ESTADUNIDENSE: IMPERIALISMO E (RE) COLONIZAÇÃO²⁴ NO SÉCULO XX

Servi durante 30 anos e quatro meses nas unidades mais combativas das Forças Armadas estadunidenses: a Infantaria da Marinha. Tenho o sentimento de ter atuado durante todo esse tempo como bandido altamente qualificado ao serviço das grandes empresas de Wall Street e seus banqueiros. Em uma palavra, tenho sido um mafioso a serviço do capitalismo[...] (BUTLER, 1935 apud CAMPOS, 2015, s. p.).

A invasão dos Estados Unidos, em 1915, é tratada por muitos estudiosos como um divisor de águas na História do Haiti. Se, até então, o Haiti ainda tentava se manter como um Estado soberano, independente, apesar das dificuldades econômicas impostas, após a invasão o Haiti é recolocado nos moldes da colonização do qual foi o pioneiro em se libertar. Foi o período em que a ruína do Estado haitiano se concretizou de fato. Sua soberania foi rompida, a autonomia econômica e política que já quase não existia sucumbiu de fato.

O motivo alegado pelos Estados Unidos pela invasão é o mesmo usado até os dias de hoje: restabelecer a ordem no Haiti. Ou seja, o motivo alegado era de ordem humanitária. Entretanto, o que consta em registros era a necessidade de invadir para que o país caribenho honrasse suas dívidas com o *National City Bank of New York*, do qual o Haiti vinha adquirindo empréstimos, principalmente para pagamentos de dívidas contraídas com bancos franceses em virtude da “Dívida da Independência”. A invasão também asseguraria o pagamento as empresas norte-americanas, entre elas, as empresas férreas (CASTOR, 2016).

Entretanto, esses mesmos documentos oficiais trazem outro argumento que revela sem constrangimento o pano de fundo da invasão: o racismo. Assim, os Estados Unidos justificavam que a invasão se dava em defesa de seus interesses econômicos no território

²⁴ Optamos pelo conceito de (re)colonização por não nos identificarmos com o conceito neocolonialismo. Entendemos que, no caso haitiano, não há nada de “novo” quando o Haiti é invadido pelos Estados Unidos, em 1915. As práticas exercidas nessa invasão são as mesmas ocorridas em 1492 com a chegada dos espanhóis, como já descritas no Capítulo 1. Cabe destacar que esse conceito não é nosso, mas sim de Franck Seguy. Leonardo Boff também usa esse conceito quando se refere ao neoliberalismo na América Latina, mais especificamente no Brasil. Para ele, a “lógica que rege as práticas da recolonização é tirar o máximo proveito do extrativismo dos bens e serviços naturais e pela exploração da força de trabalho mal paga e, quando possível, como está ocorrendo escandalosamente no Brasil, pela redução dos direitos individuais e sociais” (BOFF, 2017, s. p.).

haitiano e alegavam, também, que um país de negros não era capaz de autogovernança²⁵. Documentos com declarações dos marines mostravam o racismo arraigado entre eles. A visão que tinham do povo haitiano era a mesma da colonização. Para eles, a população haitiana era composta por “*porcos, macacos, animais sem cérebro, selvagens, irracionais, imaturos e irresponsáveis como crianças; que eram fisicamente pequenos, famintos e constantemente provocados por sua cor negra*” (ANDRADE, 2016, p. 183).

Lançando mão do argumento de que a sociedade haitiana não teria capacidade de autodeterminação, por ser uma nação de negros, enquanto atrasados, deveriam ser “ajudados” por aqueles já incorporados à modernidade. A dominação, ao longo dos séculos, adapta seu discurso de acordo com a conjuntura histórica: colonizar, cristianizar, civilizar, democratizar, acrescenta-se, aculturar. Não necessariamente nessa ordem, pois os interesses fazem uso dos pretextos sempre que lhes são convenientes.

Outro objetivo da invasão consistia em tirar a França e a Alemanha da disputa pelo território haitiano. Assim, a Doutrina Monroe é colocada, novamente, em prática e, com isso, a França e também a Alemanha deixam a disputa pelo domínio do território haitiano (PIERRE-CHARLES, 2017; SEGUY, 2014). Seguy (2014) citando Manigat descreve como estava o ambiente internacional e o que significava o território haitiano para grandes potências à época:

É a grande época, a nível mundial, do imperialismo com a separação do mundo entre as grandes potências. A França se agarra a sua preponderância no Haiti, a Alemanha recém-chegada na pedreira afroasiática, faz incursões interessadas à obtenção de uma base de abastecimento em carvão no Haiti e ao estabelecimento de uma forte penetração econômica, financeira e estratégica no país. Mas os Estados Unidos já deram o tom. A hegemonia hemisférica e, enquanto isso, o controle do mar dos Caribes com as ilhas que o cercam. O Haiti encontra-se no coração desta área cobiçada. A batalha pelo controle do Banco Nacional acabou finalmente, contra toda aparência, numa vitória americana decisiva (MANIGAT, 2003, p. 153 *apud* SEGUY, 2014 p. 173).

Ao tratar da invasão norte-americana no Haiti é necessário resgatar as considerações do estrategista do poder naval Alfred Mahan (1840-1914), oficial da marinha dos Estados Unidos, que escreve sobre a grande importância do poder marítimo no Grande Caribe. Para

²⁵ Eduardo Galeano destaca a visão racista das autoridades dos Estados Unidos na ocasião: Robert Lansing, secretário de Estado, justificou a longa e feroz ocupação militar explicando que a raça negra é incapaz de governar-se a si própria, que tem “uma tendência inerente à vida selvagem” e uma incapacidade física de civilização (GALEANO, 2010).

ele, a condição para a ascensão à potência mundial estaria no domínio militar marítimo. Segundo Mahan, o poder marítimo proporcionaria novas conquistas de mercados por meio da marinha mercante e estaria na marinha de guerra a política de proteção (*apud* MARTINEZ, 2017).

Observa-se que essa visão teórica trazida por Mahan foi levada a cabo quando os EUA iniciaram a consolidação de sua hegemonia no Caribe, conquistando Cuba e Porto Rico (1898), desmembrando o Panamá da Colômbia (1903) e, posteriormente, ocupando o Haiti (1915). As aspirações norte-americanas, pautadas em Mahan, colocam toda América Central, especialmente o Grande Caribe, como áreas indispensáveis para o fortalecimento e expansão do imperialismo dos Estados Unidos naquele momento.

Como mostra Martínez (2017):

Com relação ao Caribe, Mahan sugere uma estratégia complementar ao controle do Pacífico oriental incorporando o Golfo do México e o mar do Caribe botando ênfase no domínio de suas águas marítimas. O controle territorial insular se faria com a tomada das ilhas estratégicas dessa zona e com a construção de um canal transoceânico na América Central sob o domínio exclusivo dos Estados Unidos, uma vez que a Grã-Bretanha já estava com o Canal de Suez (2017, p. 76).

Por esse prisma, fica claro que o Haiti é um território estratégico para que se concretize a expansão da comunicação marítima beneficiando os Estados Unidos. Assim como o Haiti, Cuba e Porto Rico seriam uma barreira natural e de grande importância estratégica tanto ofensivo como defensivo segundo Mahan (MARTÍNEZ, 2015). A construção do Canal do Panamá foi um passo decisivo para a concretização das aspirações geopolíticas dos Estados Unidos.

Para além das ambições geoestratégicas dos Estados Unidos, outras ambições conduziam as decisões pela invasão no Haiti, ou seja: as terras, o controle das exportações haitianas, garantia de quitação de dívidas, liberalização do mercado haitiano e a necessidade de comprovar que um país de negros é incapaz de governança (SEGUY, 2014). Foi sob esses fatores que a invasão ocorreu e durou dezenove anos, de 1915 até 1934.

Para Moniz Bandeira (2005), os Estados Unidos, sua economia de mercado e a expansão do sistema capitalista se misturam na história, pois foi o único país com capacidade de expansão e alcançou todas as regiões do planeta.

2.1 PILHAGEM, RACISMO E RESISTÊNCIA

Ao invadir o Haiti a primeira coisa que os Estados Unidos fizeram “*foi ocupar a alfândega e o escritório de arrecadação de impostos. O exército de ocupação reteve o salário do presidente haitiano até que se resignou a assinar a liquidação do Banco da Nação que se converteu em sucursal do City Bank de Nova York*” (GALEANO, 2010, s. p.). O Banco Nacional do Haiti (*Banque de la République d’Haïti*) foi saqueado e suas reservas em ouro foram levadas para os Estados Unidos (SEGUY, 2014). Todas as instituições haitianas passaram para o controle dos Estados Unidos. Ocorre que, com a invasão de 1915, o *modus operandi* do imperialismo norte-americano, em franca expansão, vê no Haiti um território importante para a consolidação de sua preponderância na região, mas também um território para expandir e fortalecer suas indústrias.

Era necessário assegurar o controle do território haitiano para expropriar as terras dos camponeses, pois as empresas agrícolas estadunidenses vinham se estabelecendo e controlar parte expressiva das terras haitianas aptas para cultivo, era um dos pontos-chave da invasão. E foi o que fizeram.

O roubo das terras dos camponeses só foi possível porque a Constituição haitiana, que proibia a compra de imóveis por estrangeiros, foi alterada em 1916 pelo futuro presidente dos Estados Unidos – então subsecretário da marinha, Franklin D. Roosevelt. Assim, Roosevelt declara que alterou a constituição haitiana em uma só noite e que a alteração foi necessária para atrair investidores.

Consequentemente, a nova constituição abriu para os norte-americanos uma ampla possibilidade de controle de mercado no setor agrícola. Segundo Seguy (2014):

A partir deste momento, as sociedades norte-americanas podiam se apoderar de tudo que queriam. A recolonização doravante tinha estrada livre. Assim, a Haytian American Sugar Company (HASCO) não demorou em apoderar-se de 7.532 hectares de terras; a Haytian Products Company, 3.166 hectares; HADC, 4.410 hectares etc. Em 1943, a Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola (SHADA) se apoderou de 12.403 hectares de terras plantadas em sisal. Por isso, a SHADA teve que expropriar 40 000 famílias camponesas (SEGUY, 2014, p. 175).

A nova constituição permite a compra de terras por estrangeiros, mas o que houve foi a expulsão dos camponeses que, em sua maioria, “*foram obrigados a ‘embarcar’ como se fosse aos tempos do tráfico negreiro, para as plantações de cana-de-açúcar norte-americanas em Cuba e na República Dominicana*” (SEGUY, 2014, p. 38).

Com tanta terra “disponível”, a produção agrícola comercial era grande. Com efeito, a necessidade de escoar essa mercadoria era primordial. Nesse ponto, a proximidade do Haiti com o Canal do Panamá era um fator crucial da invasão, talvez o mais importante.

A invasão trouxe uma mudança significativa, principalmente aos camponeses haitianos. As empresas agrícolas estadunidenses introduziram a plantação em grande escala para exportação. Essa mudança acabou por aniquilar os pequenos agricultores que tinham a produção voltada a atender sua região. A essência do pequeno campesinato haitiano era essa: pequenos proprietários voltados para produção de alimentos (ANDRADE, 2016).

Outros investimentos eram feitos no Haiti para atender não as necessidades dos haitianos, mas sim para facilitar o desenvolvimento das empresas estadunidenses. Por esse motivo, essas empresas passaram a investir fortemente nas construções de rodovias que ligavam Porto Príncipe e a cidade de Cabo Haitiano, no extremo norte do país. O objetivo era criar um corredor militar e transportar suprimentos para as tropas americanas, bem como o escoamento de mercadorias. Para que fosse concretizada essa obra, era preciso uma grande quantidade de força de trabalho e sem remuneração, ou seja, trabalho compulsório: escravo. Para tanto, os haitianos eram pegos a força, onde quer que estivessem, para o trabalho do *corvée*²⁶. Thales Gomes retrata essa situação:

Pelo dia ou pela noite, enquanto trabalhavam em suas pequenas lavouras com suas famílias ou mesmo quando caminhavam inocentemente pelas estradas, os haitianos foram convocados e levados à força por meses a fio para trabalhar nos rincões mais distantes do país, sem que nenhum parente ou familiar recebesse qualquer informação de seu paradeiro. Os que protestavam eram torturados. Os que tentavam escapar eram abatidos a tiro (JOHNSON, 1920, p. 13-14 *apud* GOMES, 2012, p. 113).

Como nos tempos coloniais, em todo o momento em que o Haiti esteve invadido houve resistência por parte da população haitiana. Assim, a corveia (*corvée*) uma situação que remetia os haitianos à escravidão, ou análogo a ela, contou com a resistência dos Cacos, um movimento camponês de pequenos proprietários de resistência à invasão norte-americana.

Entre vários movimentos de resistência existentes, o movimento dos Cacos merece destaque por ter conseguido unir em combate armado cerca de 40 mil integrantes. Liderado por Charlemagne Péralte, ex-chefe militar haitiano que voltou a trabalhar na terra depois que

²⁶ *La corvée*, trata-se de um costume antigo haitiano dos primeiros anos pós-independência, que consistia em trabalhar para o governo seis dias por ano de compulsória e forma gratuita. No entanto, esse costume foi resgatado pelos invasores de forma exacerbada.

o exército haitiano foi dissolvido pelos Estados Unidos na invasão. Em dado momento, Peralté é preso e sua sentença foi trabalhos forçados por cinco anos. O motivo da prisão foi seu envolvimento com movimentos de resistência. Conseguiu fugir e se juntou aos camponeses em resistência armada contra a invasão. Em pouco tempo, os Cacos já haviam alcançado grande projeção na luta de resistência. Porém, o momento “*da resistência dos Cacos terminou em novembro de 1915 com a tomada do forte de Rivière e a morte de todos os haitianos que lutavam*” (ANDRADE, 2016, p. 187).

Os Cacos ganharam projeção entre 1918 e 1920, sendo que, em 1919, Peralté constituiu um governo provisório no norte do país. Os Cacos contavam com armas rudimentares como rifles velhos e fações e “*se as atrocidades ocorreram de lado a lado é verdade, um dos lados lutava pela liberdade e soberania nacional e se contrapunha diretamente às consequências do imperialismo sobre seu país*” (ANDRADE 2016, p. 188).

Peralté foi traído e entregue aos marines que o mataram e expuseram pedaços de seu corpo para que seu exemplo não fosse seguido. As práticas de horrores se acentuaram, se é que era possível ser acentuadas tamanha violência em que os militares dispensavam à população, após a morte de Peralté.

A morte do líder do Cacos não conseguiu afugentar as lutas contra a invasão estadunidense. Um novo momento de resistência se iniciou, começou a ganhar espaço e, mais uma vez, os camponeses encabeçaram a luta:

[...] os EUA voltam sua atenção para a região sul do país. Nessa região, eles passam a incomodar os pequenos proprietários de terras com novas taxas, provocando falências, revoltas e emigração massiva de trabalhadores para Cuba. Com isso, ajudou-se a abrir o controle das terras para a Haitian-American Sugar Company. Mais de 300 mil haitianos foram expulsos e obrigados a emigrar para Cuba e República Dominicana. Nesse processo, constituiu-se e amadureceu uma resistência mais profunda através de um movimento nacionalista crescente que partia novamente das mobilizações camponesas [...] (ANDRADE, 2016, p. 189).

Com a derrota dos Cacos, era preciso resgatar a identidade da nação haitiana e trazer à tona a valorização da identidade cultural africana, a cultura negra. Era o que propunha o Movimento Negritude de Aimé Césaire, que citamos rapidamente no capítulo anterior. O termo Negritude foi atribuído a Aimé Césaire quando ele fez referência aos negros das revoluções haitianas. Entretanto, antes dele, o movimento Negritude já recebia importante contribuição do haitiano Jean Price-Mars, que fundou com outros intelectuais o Movimento Indigenista de Reabilitação da Herança Cultural Africana que valorizava “*as línguas crioulas*

e a religião vodu. Contrário à ocupação norte-americana na ilha, esse líder negro encampou a resistência anticolonial e promoveu um trabalho de conscientização sobre a história africana” (DOMINGUES, 2005, s. p.).

Esse movimento, encabeçado por intelectuais negros e mulatos, em geral escritores, proporcionaram o levante de uma consciência negra e, com isso, houve a reaproximação das origens africanas. Era um movimento de cunho político que revelava o antagonismo de classe no Haiti. Era preciso resgatar as raízes do povo haitiano ligando-os a suas reais origens. Com isso, houve uma *“incontrolável torrente de novas ideias, palavras e imagens motivaram muitos outros haitianos a se mobilizarem pela liberdade como expressão clara de novas noções de identidade nacional”* (ANDRADE, 2016, p. 190).

O resgate da identidade nacional era o cerne desse movimento e propunham uma unidade na resistência aos norte-americanos.

Seguy (2014) nos mostra um outro movimento que compõem a luta de resistência à invasão, o Movimento Indigenista que também fundamentava seus discursos na valorização da identidade nacional haitiana. A valorização do vodu como religião nacional dava o tom desse movimento. No entanto, essa proposta dividiu opiniões, isso dificultou uma unidade diante da resistência aos estadunidenses. O movimento acabou capitaneado por políticos, entre eles o futuro ditador François Duvalier.

Destarte, as principais mudanças impostas à população haitiana pela intervenção estadunidense foram: extinção do Parlamento, censura, imposição da lei marcial, perseguição de civis engajados, prisões arbitrárias, assassinato de camponeses, apropriação de terras, perseguição religiosa, extinção do exército nacional e apropriação e controle das finanças do país (ANDRADE, 2016, p. 182-183).

É necessário reforçar que, ao invadirem o país, os Estados Unidos dissolveram o exército haitiano e criam a Guarda Civil, que fica sob seu comando. Em pouco tempo, esse contingente armado pelos norte-americanos se transformou no exército haitiano, patrocinador dos futuros golpes de estado. A invasão estadunidense se encerra em 1934 e deixa um rastro de violência, pobreza, degradação social e instituições falidas.

Mesmo depois de desocupar o Haiti, os Estados Unidos passam a dar apoio a ditadores como François Duvalier. A dinastia Duvalier que durou quase trinta anos, iniciou em 1957, com François Duvalier, o “Papa Doc”, e terminou em 1986, com seu filho Jean-Claude Duvalier, o “Baby Doc”. Esse período foi marcado por violência e corrupção. Somente na década de 1990 o Haiti elegeu de forma democrática seu presidente.

Nesse sentido, década de 1990 foi bastante simbólica para o Haiti. Por isso, o próximo tópico traz acontecimentos que desencadearam sucessivas intervenções militares da ONU, OEA e Estados Unidos, o que deflagrou a mais longa intervenção militar da ONU, a MINUSTAH.

2.1.2 Década de 1990: entre golpes, convulsões sociais e missões de paz

Após o fim da dinastia dos Duvalier, não houve uma transição para uma democracia de forma estável no Haiti, muito pelas heranças deixadas pelos séculos de ocupação, primeiro por países europeus e depois pelos Estados Unidos. Todas com grau inexprimível de violência, exploração e roubo, o que impossibilitou o Haiti de se tornar um país soberano com autonomia econômica. Isso foi possível porque houve apoio de alguns setores da sociedade haitiana²⁷ que contribuíram com um sistema autoritário e corrupto instalado pela ditadura dos Duvalier.

Nesse sentido, cabe destacar que, com a saída de Jean-Claude Duvalier, Baby Doc, em 1986, o exército haitiano assume o poder e estabelece o Conselho Nacional de Governo (CNG), formado por militares ex-colaboradores do governo deposto, tendo como presidente o general Henri Namphy. Em tal momento, a transição democrática não fazia parte dos planos dos militares que queriam permanecer no poder. Existia uma forte disputa entre várias frações da elite haitiana, pois *“Jean-Claude deixou seus apoiadores, os macoutes²⁸, a oligarquia rural, as elites urbanas e os militares, desejosos de manter o mesmo status quo no país”* (ESCOTO *apud* AGUILAR, 2014, p. 55).

Apesar das forças contrárias dos militares haitianos, se iniciou o processo democrático no Haiti, com todos os limites que pudesse apresentar. A saída de Baby Doc se mostra como um passo importante para o avanço político que o país não conseguiu estabelecer desde a invasão estadunidense. Todavia, em meio a essa disputa entre os militares, uma significativa parcela da população haitiana denunciava os remanescentes da ditadura que permaneciam em cargos do governo.

²⁷ Segundo Andrade, os setores que apoiavam inicialmente a invasão e vislumbravam benefícios próprios eram: investidores locais, alta hierarquia católica e comerciantes estrangeiros, isto é, esses setores formavam uma base social de apoio ao governo fantoche (BELLEGARDE-SMITH, 1990 *apud* ANDRADE, 2016, p. 182).

²⁸ Tontons Macoutes é um termo da língua créole que significa bichos papões, uma milícia formada na dinastia Duvalieriana que praticava atrocidades contra a população haitiana.

Com a pressão popular, em 1987, houve um referendo e a população aprovou uma nova Constituinte, que consagrou deveres e direitos dos cidadãos e estabeleceu regras para a próxima eleição que ocorreu em 7 de janeiro de 1988 elegendo Leslie François Manigat. Entretanto, para o Conselho Nacional de Governo, formado por militares, a realização da democracia no Haiti era inaceitável. Assim, o presidente eleito, Manigat, não conseguiu manter-se no poder e sofreu um golpe militar em poucos meses, pelo General Henri Namphy. Com a Constituinte revogada, assassinatos, repressão, torturas, censura, tomam conta das ruas haitianas (AGUILAR, 2014).

Não demorou e o próprio General Henri Namphy sofreu golpe de outro militar, o General Prosper Avril, alguns meses depois. Avril foi militar colaborador do regime duvalierista e, posteriormente, membro do Conselho Nacional de Governo militar. Avril se manteve no governo de 1988 a 1990 e as práticas de violência contra seus opositores eram ainda mais rígidas.

As manifestações nas ruas eram contínuas e, mesmo sob torturas, estupros e assassinatos, os haitianos não se calavam. Com isso, em 1989, a juíza do Supremo Tribunal de Justiça Ertha Pascal-Trouillot, presidente interina da Casa, agendou eleições diretas para dezembro de 1990. Trouillot contou com o apoio da ONU, OEA e a Comunidade do Caribe (CARICOM).

A democracia deu sinais de vitória e elegeu Jean-Bertrand Aristide, por meio de eleição direta, em 16 de dezembro de 1990. A eleição foi acompanhada por observadores internacionais enviados pela ONU, OEA e, também, pelos EUA. Para tanto, ocorreu a missão Grupo de Observadores das Nações Unidas para verificação das Eleições no Haiti, (ONUVEH, A/45/I 44, Resolução da Assembleia Geral) em 21 de dezembro de 1990.

Jean-Bertrand Aristide²⁹ propõe mudanças econômicas substanciais na economia, entre elas, o aumento de impostos sobre os ricos e o aumento de salários para a população pobre. Para executar essas mudanças, o novo presidente precisou buscar ajuda financeira de vários organismos internacionais. Salienta-se que o Haiti, na ocasião, encontrava-se com uma dívida de 851 milhões e a recessão estava em níveis altíssimos (AGUILAR, 2014, p. 57). Essa postura de Aristide criou muitos opositores ao seu governo e em menos de oito meses, em 30 de outubro de 1991, sofre um golpe militar imposto por Raoul Cédras.

²⁹ As mudanças na economia do país refletem bem o perfil do novo presidente. Aristide foi um padre seguidor da Teologia da Libertação. Sua crença era que a liberdade de um povo consisti em ser livre da pobreza.

Exilado no Estados Unidos, Aristide solicita ajuda da Organizações dos Estados Americanos (OEA), que falha e não consegue que o presidente retorne ao país. A deportação do presidente ampara a decisão da ONU, em conjunto com a OEA, de enviar observadores para verificar se há violações de direitos humanos e para criar condições que promovam o retorno do presidente. Para tanto, em 1993, se estabelece a Missão Civil Internacional para o Haiti (MICIVIH), Resolução da Assembleia Geral (UN, A/RES/46/7, 1991; UN, A/RES/47/20, 1992).

Nesse momento, foi constatado que a população sofreu graves violações de direitos humanos o que é, infelizmente, usual em um país em situação de golpes militares. A violência, o aumento da fome, a vulnerabilidade em todas as esferas sociais promove um grande fluxo de emigração o que passa a preocupar os Estados Unidos pela proximidade com o país.

Quando da deposição de Aristide pela junta militar liderada por Cédras, assistiu-se a um recrudescimento da repressão que, associada ao aumento da situação de miserabilidade, provocou entre 1991 e 1994 a fuga de cerca de 68 mil haitianos do país em botes salva-vidas, o que lhes renderia o nome de *boat people*. A maioria desses haitianos deixou o país em busca do sonho americano, que lhes propiciaria, contudo, abrigo somente na base americana de Guantánamo, frente à recusa dos EUA em lhes conceder asilo (PETRUS 2012, p. 43).

Note-se, porém, quais foram os reais motivos que fizeram os Estados Unidos pressionar para a solução dessa crise no Haiti: a preocupação com o aumento significativo de emigrados para seu território norte-americano impulsionou a decisão de intervir no Haiti.

Além disso, também foram impostas sanções pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelos Estados Unidos e, posteriormente, pela Organização das Nações Unidas ao Haiti (ONU). O Conselho de Segurança alegou fragilidade nas condições humanitária e instituiu a Resolução 841³⁰, em 16 de junho de 1993, ampliando ainda mais as sanções. Em virtude dessa decisão, o quadro de miséria piorou. Com efeito, biscoitos de terra com farinha e água passaram a ser a base alimentar de muitas famílias haitianas na conjuntura daquele momento. O país se encontrava com todas as instituições desmanteladas e a sociedade convulsionava:

³⁰ Essa Resolução se baseia no Capítulo VII da Carta e impõe sanção econômica, impedindo o país de importar petróleo e, entre outros produtos, também armas (S/Res/841/1993). Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/841%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/841%20(1993))>. Acesso em: 15 jan. 2018.

As exportações caíram 40% em 1994, para um terço do nível de 1991. De 1992 a 1994, a economia encolheu 30% (segundo dados da Cepal, a queda foi de 22%, mas estatística no Haiti é um problema). A receita do governo caiu pela metade. O país cresceu menos entre 1980 e 2000 do que de entre 1960 e 1980, sob os Duvalier. O embargo acabou de arruinar o restante da economia (FREIRE, 2010, s. p.).

As sanções foram suspensas pela Resolução 861, depois de estabelecido um acordo entre o General Cédras e Aristide, em 3 de julho de 1993, em Nova Iorque, conhecido como o Acordo da Ilha dos Governantes (*Governors Island Agreement*), que definiu a volta do presidente, a reabertura do Parlamento e a nomeação de um novo Primeiro Ministro, políticas de desenvolvimento, reformas administrativas e judiciais e modernização das forças armadas, entre outras. O desrespeito ao acordo implicaria a volta do embargo econômico imposto pela ONU.

O agravamento da crise humanitária faz com que o Conselho de Segurança das Nações Unidas adote a Resolução 867. Desse modo, em 23 de setembro de 1993, é autorizada a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH)³¹, por um período inicial de seis meses, a missão se estabelece com a finalidade de auxiliar na manutenção das pautas do acordo *Governors Island Agreement* e modernizar as forças armadas na tentativa de reduzir a violência e restaurar as instituições do país.

Com esse objetivo, foram enviados policiais monitores e militares para orientar e treinar a polícia nacional haitiana. Como o acordo não foi cumprido de forma integral, sendo que o presidente não conseguiu regressar ao seu país e retomar a presidência, a Resolução 873, de 13 de outubro de 1993, resgatou as sanções econômicas impostas pela Resolução 841.

Diante da gravidade da situação, Aristide solicitou, mais uma vez, ajuda à ONU. Considerando a necessidade de atos mais incisivos, outra Resolução foi aprovada, em 31 de junho de 1994, a Resolução 940. Essa resolução considerou o Haiti uma ameaça à paz e à segurança internacional na região. Assim, na análise da ONU, era preciso a prorrogação e o aumento do contingente da UNMIH que incluía observadores para instituir o envio de uma Força Multinacional ao país para restaurar a democracia no país.

Instalada a Força Multinacional, *Operation Uphold Democracy*, liderada pelos Estados Unidos, e, em conjunto com a UNMIH (S/RES/948, 1994), foram consideradas exitosas, pois iniciou o cumprimento do acordo, restabelecendo o parlamento e a garantia do regresso do presidente, em 15 de outubro de 1994, após três anos de exílio para concluir seu mandato.

³¹ A UNMIH permaneceu no Haiti de 1993 a 1996. (UN, S/RES/867,1993). Disponível em:< [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/867%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/867%20(1993)) >. Acesso: 15 jan. 2018.

Cabe lembrar que a volta de Aristide trouxe uma série de mudanças no contexto econômico, contradizendo as propostas feitas em seu primeiro período de governo. Algumas medidas visivelmente neoliberais foram adotadas nesse momento, como empréstimos do FMI.

A volta de Aristide para o Haiti ao cargo de presidente trouxe a implementação de programas no âmbito social e econômico com algumas melhorias nas condições de vida no Haiti. No entanto, a situação era de calamidade antes do retorno do presidente, não foi preciso muito para obter alguma melhora.

O Conselho de Segurança alegou que as conquistas alcançadas precisavam ser fortalecidas. Assim, a Resolução 1063, em 1996, autorizou a Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), que propôs assistência internacional para desenvolvimento econômico, social e institucional do Haiti, prevista para ser finalizada em julho de 1997. Assim, tem como empenho, novamente, a profissionalização da Polícia Nacional do Haiti para o amparo de futuras eleições. Contudo, não teve grandes resultados, levando em conta as suspeitas de irregularidades nas eleições para senadores e deputados.

Em 6 de abril de 1997, as eleições caem em descrédito e apenas 10% dos eleitores compareceram às urnas. Nesse período, o Haiti já contava com a operação de paz autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), instituída pela Resolução 1123, em dia 30 de julho de 1997. Seus preceitos eram muito parecidos com aqueles estabelecidos na última operação, a UNSMIH. Sintetizando: profissionalizar a PNH, com mais foco no treinamento de policiais para a contenção de multidão, transferência de governo e segurança nas instituições.

A consequência dessa situação foi a desestabilização da democracia recém-conquistada no Haiti. Em 28 de novembro de 1997, a ONU autorizou a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), por meio da Resolução 1141/1997 do Conselho de Segurança, sempre tentando sanar os conflitos entre governo e oposição.

A nova missão se designou a continuar com assistência ao governo para estabilização econômica, política e social, bem como concretizar a formação integral da Polícia Nacional Haitiana (AGUILAR, 2014, p. 62). Sendo assim, mesmo que estivesse claro que os problemas sociais, políticos e econômicos do Haiti foram resultados de somatórias de diversos fatores, a ONU quis validar a visão de que estaria na profissionalização da polícia haitiana um dos principais eixos de sustentação para resolver o problema de segurança no Haiti, sempre foi essa a base das missões da ONU no país. Com efeito, compreende-se que, bem treinada, melhoraria a capacidade de amenizar os efeitos da violência que agravava a degradação vigente em todos os aspectos sociais no país.

Para o convencimento da comunidade internacional a ONU reveste a natureza dos complexos problemas do Haiti tratando-os como sendo, fundamentalmente, de segurança. Nesse momento, é perceptível que a ONU passa a fazer uma clara ligação entre democracia, segurança e desenvolvimento para contenção de conflito e restabelecimento da paz nas resoluções das missões, o que é assertivo, mas a forma com que se faz causa questionamentos. Por exemplo, uso da força para conter a violência e assegurar a democracia é no mínimo contraditório. A mudança conceitual que a ONU deixa transparecer não expressa uma tomada de consciência no sentido de entender a importância de atores sociais para solução de conflitos.

Nessa perspectiva, a cada fim de mandato de uma operação de paz, a ONU já instituía outra com praticamente os mesmos objetivos das anteriores. Alegava-se manter no país, ora por ser solicitada, ora por definir sua presença imprescindível para a democratização do Haiti. Nessa lógica, a ONU aprovou mais uma Resolução do CS, a Resolução 193 da 54ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (UN, A/54/193,199). A Missão de Suporte Civil Internacional no Haiti (MICAH), com mandato previsto até 6 de fevereiro de 2001. Outra vez, uma missão surgiu com a função de auxiliar na profissionalização da PNH, no sentido de garantir a promoção de um ambiente seguro para que ocorressem as eleições, com o propósito de alcançar o desenvolvimento da democratização haitiana.

Diante de uma forte oposição, em 2000, Aristide, agora pertencente do partido Lafanmi Lavalas, foi novamente eleito presidente, porém sob suspeita de fraude. Não apenas a oposição fez acusações de manipulação dos resultados, mas a comunidade internacional também colocou em dúvida os resultados das eleições. No entanto, Aristide se manteve no poder e, logo no início de seu mandato, sua conduta como presidente começou a ser questionada. Em 2003, o governo de Aristide começou a ser severamente contestado e uma campanha contra seu governo foi liderada por variadas camadas da população haitiana: sociedade civil, partidos políticos e setores privados. As manifestações ganharam corpo e o Estado se mostrou incapaz de controlar a violência e os assassinatos em decorrência do confronto entre apoiadores de Aristide e a oposição.

Para a contenção da violência e a retomada da estabilidade social no país, o presidente interino solicitou a interferência das Nações Unidas. O Conselho de Segurança acatou o pedido e aprovou a Resolução S/RES/1529 (2004), enviando ao Haiti, de forma emergencial, a missão Força Multinacional Interina (MIF), composta por Estados Unidos, Canadá, França e Chile, com o intuito principal de criar um ambiente para garantir a ajuda humanitária vinda da ONU, OEA e da Comunidade do Caribe (CARICOM).

A MIF foi instituída somente para atuar com prazo de noventa dias. Após isso, o SGNU recomendou que fosse criada uma nova missão (UN, S/ 2004/300, 02004) para promover, em longo prazo, a reconstrução das instituições democráticas e auxiliar no desenvolvimento de uma estratégia para o desenvolvimento econômico, social e o combate à pobreza (AGUILAR, 2014). Com isso, foi constituída a MINUSTAH, em 2004, a respeito da qual trataremos no Capítulo 3.

Destarte, cabe salientar que o Haiti não era o único país, na década de 1990, que se encontrava em plena efervescência político-social tendo como resultado variadas violações de direitos humanos. Ressalta-se que foi na década de 1990 que as discussões sobre os Estados fracassados/falidos ganharam corpo e o Haiti passou a ser classificado como tal em razão da sua situação instável em todos os setores sociais, embora as características que determinam um Estado Fracassado/falido sejam bastante subjetivas, como veremos no próximo subtópico.

2.3 O ESTADO HAITIANO E SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Nesse ponto, cabe abrir para algumas indagações:

- Como um Estado pode criar instituições econômicas que possam beneficiar sua população por meio de um desenvolvimento econômico e manter-se forte, se, ao conquistar sua independência, é obrigado a pagar uma “Dívida” que compromete toda sua economia por mais de um século?
- Como não ser um estado fracassado quando se é refém durante 19 anos de uma invasão militar estrangeira que saqueia suas instituições financeiras, expropria as terras de seus camponeses, passa a controlar todas suas esferas sociais, o que provoca a desarticulação de suas instituições e, como resultado, a desagregação nacional?
- Como manter índice de desenvolvimento humana sob um governo ditatorial por 30 anos que extorque o Estado para enriquecimento próprio?
- Como é possível manter um ambiente democrático por meio de eleições nas quais a fraude é uma constante?
- Como ser um Estado autônomo e soberano estando por mais de duas décadas sob tutela de missões militares com permissão do uso de força?

Esses questionamentos são cabíveis não somente para avaliar quais são os Estados Fracassados, mas sim, desvendar o porquê de os estados chegarem até essa condição.

Conhecer esses porquês, não só no caso do Haiti, mas em todos os países que são considerados “Estado Fracassado” é necessário. Entretanto, no trabalho proposto é o Haiti que se propõem conhecer e para encontrar respostas.

Com efeito, parte-se do princípio de que um Estado Nacional é aquele que goza de: condições empíricas ao oferecer bens políticos para sua população, reconhecimento internacional e que seja soberano em seu território. Ressalta-se que um Estado Fracassado não deixa de ser um Estado de *facto* apesar de sofrer de desajuste crônico econômico, acentuada vulnerabilidade na segurança, instituições fracas ou inexistentes.

Para melhor compreensão sobre o conceito de Estados Fracassados nas linhas que se seguem serão expostos alguns parâmetros a esse respeito.

2.3.1 Estados Fracassado nas correntes teóricas da disciplina de Relações Internacionais

Os primeiros a tratar do termo Estados Fracassados foram Robert Jackson e Carl Rosberg, em 1982, com a publicação do artigo “*Why Africa’s Weak States Persist: the Empirical and the Juridical in Statehood*” quando iniciaram as discussões no meio acadêmico e produziram marcos conceituais para as definições do que mais tarde ficou conhecido por Estados Fracos ou Estados Fracassados.

Ao fim da Guerra Fria, outro artigo intitulado “*Saving Failed States*”, publicado em 1992 pela revista *Foreign Policy*, de autoria de Helman e Ratner³², sustentou as discussões sobre o surgimento dos Estados Falidos naquele período. O artigo classifica como “fenômeno perturbador” o surgimento dos Estados Fracassados que “*seriam incapazes de sustentar-se como membros da comunidade internacional*”, em decorrência de seus conflitos civis, falência dos governos e privação econômica.

Argumentavam os autores, também, que “salvar os Estados Fracassados” se tratava de um novo desavio. A frase que ficou mais conhecida do artigo foi “*os Estados em vias de fracasso prometem se tornar uma faceta familiar da vida internacional*” (HELMAN & RATNER, 1992). Interessante salientar que o artigo usa como exemplo de Estado nessas condições, entre outros, o Haiti.

³² Gerald B. Helman, embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, em Genebra (1979 a 1981), e Steven R. Ratner, professor da Universidade de Michigan.

A partir dessa publicação, as correntes teóricas do escopo das Relações Internacionais trazem, em amplo debate, contextualizações para categorizar e definir o conceito de Estado Fracassado³³. Notadamente, essas discussões foram ampliadas após os atentados de 11 de setembro de 2001, pois o Afeganistão, considerado um Estado Fracassado, tornou-se abrigo para terroristas como a Al-Qaeda (FUKUYAMA, 2005).

As discussões foram retomadas com novos temas agregados como: segurança, soberania, direitos humanos, entre outros. Sendo assim, os Estados Fracassados passaram a ser uma questão de segurança internacional dentro do sistema internacional e não só um problema doméstico. Após o 11 de setembro, os Estados Fracassados, na visão de Fukuyama (2005), passaram a ser considerados uma ameaça global, pois ficaram sujeitos a se transformar em bases terroristas. Em outras palavras, segundo Fukuyama, os ataques às torres gêmeas, em 2001, vincularam o terrorismo aos Estados Fracassados e, assim, ampliaram os estudos e debates acerca de tal “fenômeno”.

2.3.2 Referências teóricas nas relações internacionais sobre estados fracassados³⁴

Robert Jackson, pesquisador canadense, entende que o fenômeno trata, por exemplo, de alguns Estados que precisam de reconhecimento jurídico internacional, porém não possuem componentes empíricos que os caracterizariam como um Estado de *facto*. Ou seja, seriam Estados Fracassados aqueles que, apesar de serem reconhecidos internacionalmente como Estados, “*não podem ou não irão salvaguardar domesticamente condições civis mínimas, como paz, ordem, segurança*” (JACKSON, 1998 apud MONTEIRO, 2006, p. 31).

Dentro desse escopo, um outro aspecto elaborado se refere ao conceito de Estado propriamente dito. Esse aspecto está ligado à integração entre a estatidade empírica (soberania positiva) e a estatidade jurídica (soberania negativa). Sendo a estatidade empírica ligada à Ciência Política, conjuntura interna de governo, e a estatidade jurídica ligada ao Direito Internacional e das Relações Internacionais; se constitui na situação em que um governo se

³⁴ O termo Estado Fracassado vem da tradução do inglês *failed states*. Alguns autores traduzem para Estado Falido. No entanto, a literatura considera que ambos os termos estão correlacionados e não há diferenciação na essência de um para outro. Para alguns pesquisadores, o termo Falido remete muito ao termo econômico. Por isso, optam pelo termo Fracassado por ser mais amplo. Pelo mesmo motivo, nesse trabalho será usado o termo Fracassado.

encontra frente ao reconhecimento de outros Estados, conjuntura externa. Ao definir as duas estatidades seriam:

[estatidade empírica] pressupõe capacidades que permitam aos governos serem seus próprios mestres: é uma condição substantiva ao invés de formal. Um governo positivamente soberano é aquele que não apenas goza do direito de não-intervenção e de outras imunidades internacionais, mas também possui os recursos para prover bens políticos para seus cidadãos. [estatidade jurídica] liberdade frente à interferência externa: uma condição formal legal. A não-intervenção e a soberania, nesse sentido, são basicamente dois lados da mesma moeda. Esse é o princípio central do direito das nações clássico: a esfera da jurisdição legal exclusiva dos Estados ou o *laissez faire* internacional (JACKSON, 1990 *apud* MONTEIRO, 2006, p. 33-34).

Assim, estaria no caráter falho da estatidade empírica a elaboração do conceito de Estado Fracassado que, primordialmente, para ser considerado um Estado necessita ser legitimado pela comunidade internacional, ou seja, estatidade jurídica. Jackson (1998 *apud* MONTEIRO, 2006) define como Estados Fracassados aqueles que não mantêm condições mínimas de paz, ordem e segurança.

De forma mais ampla, o pesquisador da Universidade de Harvard, Robert Rotberg, aborda as características funcionais do Estado que se apresentam prejudicadas ou inexistentes em Estados Fracassados, quais sejam: ordem política interna; ordem pública e segurança; controle de suas fronteiras; funcionamento dos sistemas legislativos e judiciários independentes. Além de “*prover educação, serviços de saúde, infraestrutura, vigilância ambiental, oportunidade econômica etc*” (ROTBURG, 2003 *apud* MONTEIRO, 2006, p. 39). Por outro lado, para Fukuyama (2005), as funções do Estado se dividem em três matrizes que seriam: Funções Mínimas, Funções Intermediárias e Funções Ativistas³⁵.

Ademais, as correntes teóricas concernentes às Relações Internacionais ao se apropriarem do conceito Estado Fracassado desenvolveram perspectivas distintas, ou seja: perspectivas Liberais, Pós-positivistas e Realistas para análise e soluções. Segundo Leandro Monteiro (2006), essas correntes teóricas relacionam diferentemente as causas e as consequências que produzem o fracasso estatal. Revelar-se-á resumidamente nas próximas linhas o pensamento das três correntes

³⁵ Segundo Fukuyama (2005), seriam Funções Mínimas, provisão de bens públicos puros: defesa, lei e ordem, direitos de propriedade; gerenciamento macroeconômico; saúde pública; melhorar equidade e proteger os pobres. Em Funções Intermediárias estariam: cuidar de fatores externos; educação, meio ambiente; regulamentar monopólios; superar educação imperfeita; seguros, regulamentação financeira e seguro social. E a terceira função: política industrial e Redistribuição de riqueza (FUKUYAMA, 2005, p. 25 *apud* MONTEIRO, 2006, p. 37).

Sendo assim, para uma parcela significativa de importantes autores da corrente Liberal, as causas do fracasso estatal estariam na precoce autodeterminação irrestrita dada aos países pós-coloniais. Nessa perspectiva, sem a tutela ou sem o protetorado internacional esses países não conseguiriam organizar-se de forma autônoma.

Questionamentos relativos às intervenções humanitárias também são abordados no pensamento liberal. No que tange ao assunto, houve uma apreciação das instituições internacionais de que o conceito de Estado Fracassado ampara e legitima as missões de intervenção humanitária, *“uma vez que, em alguma medida, passou-se a entender que, em casos de colapso estatal, a intervenção não feriria os princípios da soberania e da não intervenção”* (MONTEIRO, 2006, p. 85).

Outro aspecto trazido pela perspectiva Liberal das Relações Internacionais, na década de 1990, era a atuação do Estado. Para a perspectiva teórica Liberal, estaria na falta de estruturas adequadas promovidas pelo Estado um componente para o fracasso estatal. Parte-se daí a ideia de “boa governança” e, em caso mais agudo, de desintegração estatal. Criou-se a ideia de “Construção de Estados”, por intermédio da comunidade internacional que passa a influenciar as instituições internacionais como, por exemplo, a ONU. Já nos anos 2000, houve um ajustamento entre os desejosos da diminuição da atuação do estado e os que defendiam o seu reforço (MONTEIRO, 2006).

No tocante à perspectiva Realista, essa dá ênfase no quesito segurança internacional quando se trata de Estados Fracassados. Há uma discussão entre os intelectuais realistas que defendem ser os Estados Fracassados uma ameaça real de segurança internacional. Já os neorrealistas defendem não se tratar, necessariamente, de uma ameaça à segurança internacional. Esse questionamento dentro das correntes realistas se acirrou após o 11 de setembro de 2001 (MONTEIRO, 2006).

Por outro lado, a corrente pós-positivista, em sua vertente pós-colonialismo, aborda as relações construídas entre os países pós-coloniais e suas antigas metrópoles ligadas às questões de identidade. Essas relações nortearam os interesses dessa corrente quanto à classificação de países pós-coloniais como Estados Fracassados (MONTEIRO, 2006). Independente das diferenças existentes em cada sociedade, as concepções que definem um Estado na esfera internacional foram transferidas a esses novos Estados pós-coloniais. Assim, encaixá-los no conceito de Estados Fracassado é motivo de críticas para muitos intelectuais dessa corrente. Nesse sentido, a soberania desses Estados Fracassados também é avaliada:

[...] historicamente, o reconhecimento dos Estados menos fortes está baseado em critérios diversificados, se dando não exclusivamente com base nas condições internas empíricas dos reclamantes, mas também de acordo com os interesses dos Estados centrais quanto aquelas regiões específicas, naquele tempo específico. Desse modo, o recente desenvolvimento da noção de “Estados fracassados”, além de jogar luz sobre esse tipo de relação, ajuda a perceber também a renovação constante dos critérios impostos pelos Estados centrais para o reconhecimento das reivindicações de soberania e da “condição de Estado” por parte dos diversos Estados, bem como as relações de hierarquia que existem na comunidade e determinam quem estipula as condições e quem as precisa responder — quem é, assim, a audiência privilegiada a quem a reivindicação externa deve ser feita (MONTEIRO, 2006, p. 98-99).

Com efeito, impõem-se para os países periféricos o modelo de Estado moderno, ocidental, democrático, de economia liberal. Conforme Fukuyama (1992), estaria nesse modelo a maior evolução econômica e, portanto, social para todos os países, sem exceção. Essa crença surgiu mais pontualmente ao final da Guerra Fria, e, simultaneamente, aparecem as tentativas de definir e caracterizar os Estados que não se adéquam a esse novo turno. Por isso, os Estados que destoam significativamente dos padrões desse novo modelo podem entrar para o *hall* dos Estados Fracassados.

Entretanto, como já foi comentado, só é possível considerar um Estado Fracassado quando esse é comparado com seus pares - outros países-, e, só é possível ser um Estado Fracassado se esse tiver o *status* de Estado, ou seja, reconhecimento internacional. Por tanto, há uma normatização de como o Estado deve se comportar tanto interna quanto externamente. Nota-se uma soma de critérios relacionados com o que seria um Estados Fracassado seguida por um ordenamento mundial e aos que escapam a essa ordem ou a “*dissidência [dela] é lida não como uma asserção da soberania ou da diferença democrática em assuntos legitimamente contestados, mas como um sinal de irresponsabilidade*” (MUPPIDI, 2005 *apud* MONTEIRO, 2006, p. 100).

Apresentou-se até aqui uma síntese de algumas vertentes da literatura das disciplinas nas Relações Internacionais a respeito do “fenômeno” Estado Fracassado. Entretanto, foi perceptivo que as causas que levam os Estados à condição de Estados Fracassados são, em geral, discutidas em sua superfície. Comumente, elencam características que categorizam esses Estados, mas não consideram suas particularidades. A busca se dá na contemporaneidade, no esquematizar, ordenar, caracterizar os sintomas desse fracasso estatal.

No entanto, seria necessário entender a história de cada Estado considerado fracassado. Mesmo porque “*a desordem de Estados fracassados deriva, em grande parte dos casos, como consequência de um imperialismo anterior, como é claramente o caso da*

Somália ou ainda de toda a África, assim como de vários países da América Latina” (COYNE & DAVIES, 2007 *apud* PETRUS, 2012, p. 13).

Ademais, há também o engodo da comparação na hora de entender o como e não os porquês desses países terem chegado às condições de deterioração de suas instituições causando aguda debilidade e vulnerabilidade social. Sem dúvidas, existem nas histórias dos Estados Fracassados situações em comum como, por exemplo, colonização e períodos de governos déspotas. No entanto, a trajetória de cada país se faz única, apesar das semelhanças.

Em tempo, seria bom tocar na responsabilidade dos países desenvolvidos - no sentido econômico -, alusiva à situação desses Estados que agora são considerados Fracassados, e os são sem dúvida, mas que outrora eram países invadidos e explorados justamente por suas riquezas. Nesse sentido, o Haiti é um bom exemplo dessa situação: considerado um Estado Fracassado pelas pesquisas de instituições internacionais, principalmente estadunidense, com índices sociais aviltantes.

2.3.3 O Haiti nos indicadores

O Fundo para a Paz³⁶ é uma organização não governamental de pesquisa e desde 2005 publica resultados anuais do estudo de Índice Anual de Estados Falidos que avalia a força estatal dos países. Por meio de uma avaliação em alguns setores sociais, chega-se a um indicador do grau de vulnerabilidade estatal e sua classificação no ranking da pesquisa. No ano de 2018, os resultados produzidos mostram que, entre 178 países analisados, o Haiti ocupa o 12º lugar (estado de alerta). Essa posição caracteriza o Haiti como um Estado com extrema instabilidade.

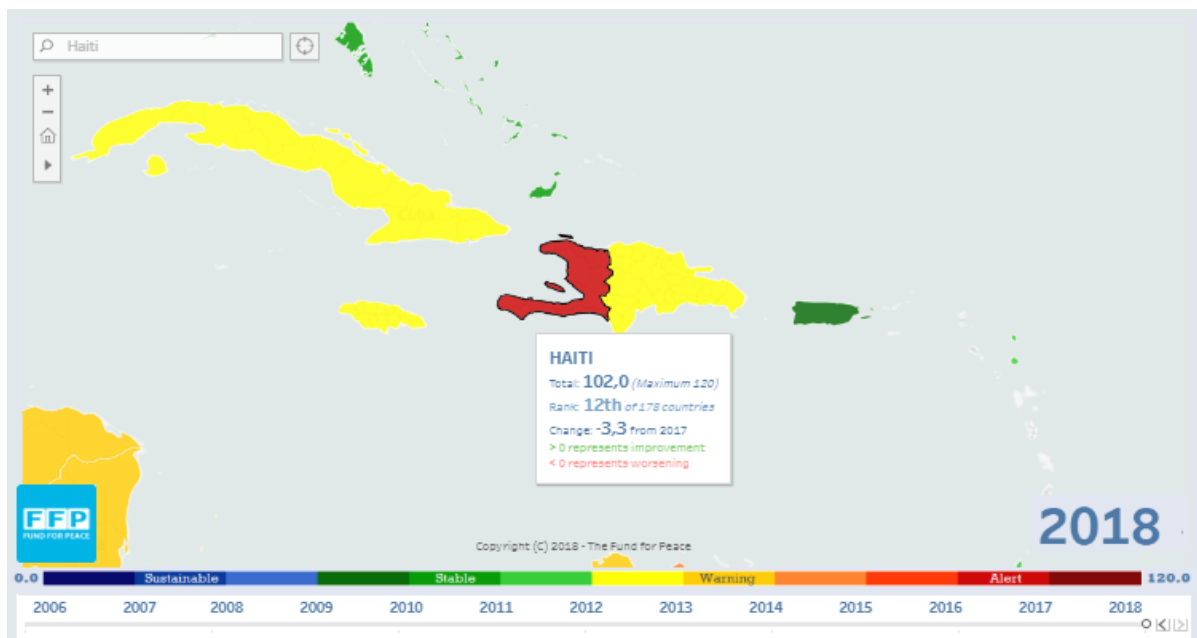
A análise do Fundo para a Paz, usa em sua metodologia de pesquisa um ranking de notas de avaliação de indicadores sociais, o que significa que todos os países podem sofrer alterações em seus indicadores a cada ano. Isso indica que a piora de um país na posição no ranking pode refletir a melhora nas notas de outros países, não necessariamente do país selecionado para estudo. Em outras palavras, se um país obteve melhoras em suas notas ele

³⁶ O Fundo para Paz (*Fund for Peace*) é uma organização não governamental de pesquisa norte-americana com sede em Washington, criada em 1957. Trabalha para prevenir conflitos violentos e promover segurança sustentável em Estados Falidos, desde 2005. Disponível em: < <http://global.fundforpeace.org> >. Acesso em: 20 mai. 2018.

pode mudar sua posição no ranking e ultrapassar outros países sem necessariamente o país que foi ultrapassado ter sofrido alterações em seus indicadores.

O mapa a seguir traz representados os países segundo sua situação de vulnerabilidade estatal, em quatro grupo de cores: azul, verde, amarelo, vermelho. Em seus matizes da cor azul, situam os países em excelente situação, denominados sustentáveis. Por conseguinte, são representados pelos matizes da core verde os países que se encontram em situação considerada estável. Já os matizes da cor amarela representam os países em situação de atenção e nos matizes do vermelho os países que estariam em situação de alerta.

Figura 7 - Mapa da Vulnerabilidade estatal do Haiti em 2018³⁷.



O Fundo para Paz estabeleceu quatro áreas para avaliar a força estatal de um país, quais sejam: coesão social; indicadores econômicos; indicadores políticos; indicadores sociais e transversais. Em cada campo de análise há três subdivisões de indicadores sociais. Destacados nas figuras:

³⁷ Fundo para Paz. Disponível em: < <http://fundforpeace.org/fsi/> >. Acesso em: 30 mai. 2018.

Figura 8 - Representação de indicadores sociais.³⁸



Fonte: Fundo para Paz (2018).


Na sequência:

- Indicadores de coesão social - aparelho de segurança sensível; elites faccionalizadas e divergências entre grupos (*cohesion indicators: Security Apparatus; Factionalized Elites; Group Grievance*);
- Indicadores econômicos - declínio econômico; desenvolvimento econômico desigual e fuga de cérebros (*economic indicators: Economic Decline; Uneven Economic Development; Human Flight and Brain Drain*);
- Indicadores políticos - legitimidade do estado em risco; serviços públicos debilitados; violação de direitos humanos e estado de direito vulnerável (*political indicators: State Legitimacy; Public Services; Human Rights and Rule of Law*);
- Indicadores sociais e transversais - pressões demográficas; refugiados; deslocados internos e intervenção externa (*social and cross-cutting indicators: Demographic Pressures; Refugees and IDPs; External Intervention*).

A tabela abaixo representa esses indicadores.

³⁸ Fundo para Paz. Disponível em: < <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/> >. Acesso em: 30 mai. 2018.

Tabela 3 - Notas atribuídas ao Haiti de 2006 a 2018³⁹.

	Rank	Total														Weighted Total
			SA	FE	GG	EC	UD	HF	SL	PS	HR	DP	RD	EX		
Haiti																
2018	12th	102,0	7,4	9,6	6,2	8,4	9,5	8,7	8,7	9,4	7,4	9,0	7,7	9,9		102,0
2017	11th	105,3	7,7	9,6	6,5	8,7	9,8	8,8	9,7	9,7	7,6	9,5	7,7	10,0		105,3
2016	10th	105,1	7,9	9,6	6,7	8,9	9,5	9,0	9,4	9,4	7,7	9,2	7,9	9,9		105,1
2015	11th	104,5	7,5	9,1	6,7	9,1	9,3	9,3	9,4	9,1	7,4	9,5	8,2	9,9		104,5
2014	9th	104,3	7,5	9,1	7,0	9,4	9,3	9,1	8,9	9,5	7,5	8,7	8,5	9,8		104,3
2013	8th	105,8	7,9	9,0	7,0	9,7	9,1	9,1	8,8	9,6	7,6	9,6	8,6	9,9		105,9
2012	7th	104,9	8,2	9,0	7,0	9,5	8,6	8,8	9,3	9,3	7,7	9,5	8,1	9,7		104,7
2011	5th	108,0	8,4	8,8	7,3	9,2	8,8	8,9	9,4	10,0	8,0	10,0	9,2	10,0		108,0
2010	11th	101,6	8,2	8,4	7,3	9,2	8,3	8,6	9,3	9,5	8,3	9,3	5,6	9,6		101,6
2009	12th	101,8	8,4	8,3	7,3	8,9	8,2	8,6	9,2	9,5	8,5	9,3	5,8	9,8		101,8
2008	14th	99,3	8,9	8,9	8,0	8,3	8,2	8,0	9,0	8,8	8,9	8,5	4,2	9,6		99,3
2007	11th	100,9	9,3	9,3	8,0	8,4	8,2	8,0	9,2	9,0	9,1	8,6	4,2	9,6		100,9
2006	8th	104,6	9,4	9,6	8,8	8,4	8,3	8,0	9,4	9,3	9,6	8,8	5,0	10,0		104,6

Fonte: Fundo para a Paz (2018).

Como pode ser observado no gráfico, segundo os critérios usados pelo Fundo para a Paz, desde 2005, ano em que as análises foram iniciadas, o Haiti não obteve melhoras significativas. Entretanto, no ano de 2008, sua pontuação⁴⁰ obteve a melhor nota somando um total de 99,3 nos treze anos de pesquisa. Infelizmente, em 2011, a nota subiu para 108,0 mostrando a pior nota atribuída ao Haiti em razão dos dados terem sido coletados de junho a maio do ano anterior. Portanto, os dados fornecidos em 2011 são referentes ao ano de 2010, quando o Haiti sofreu os traumas do terremoto⁴¹. Independente da catástrofe, em todos os anos o Haiti se manteve dentro do que é considerado pelo Fundo para Paz como estado de alerta, vulnerável, Estado Fracassado, durante todos os anos analisados.

Já o Instituto Haitiano de Estatística e Informática, bem como o Ministério de Economia e Finanças do Haiti⁴² mostraram uma melhora constante nos setores econômicos haitianos, com exceção do ano de 2010 em decorrência do terremoto. Ao comparar os dados econômicos fornecidos pelo Instituto com a área de economia fornecida pelo Fundo para a Paz percebe-se uma diferença, pois, enquanto os dados de Crescimento Econômico Desigual

³⁹ Fundo para Paz. Disponível em: <<http://fundforpeace.org/fsi/country-data/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

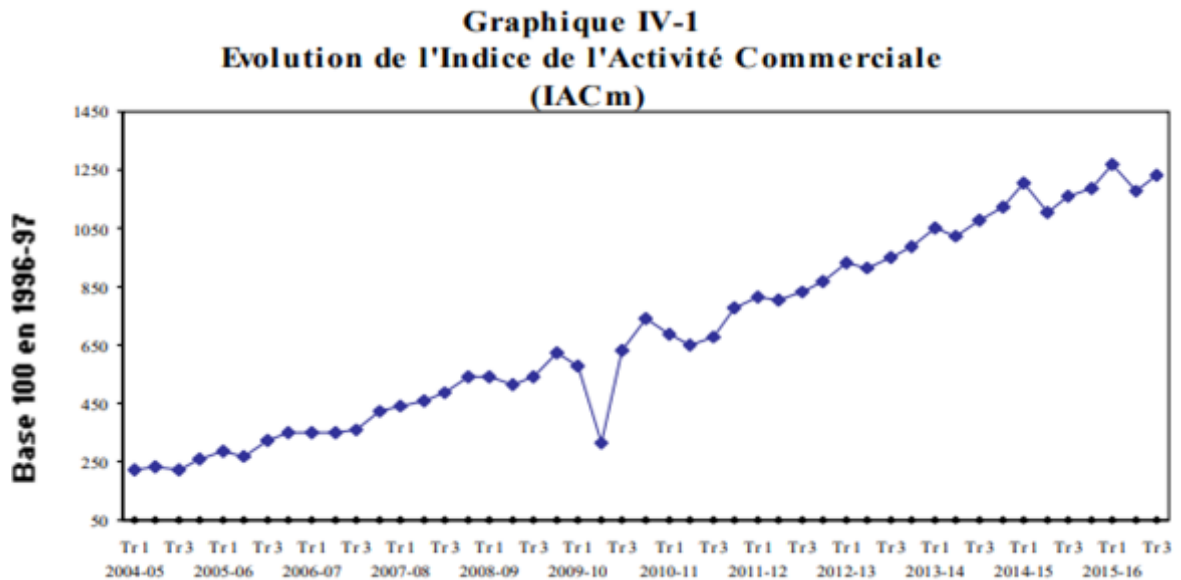
⁴⁰ O Fundo para Paz classifica cada país de acordo com seu desempenho nos dozes indicadores de vulnerabilidade estatal. A análise é feita por notas, quanto maior a pontuação nos indicadores, maior será a soma da pontuação no resultado final. O que representará maior vulnerabilidade estatal do país. Exemplo: o Haiti tem um total de 102,2 pontos o que o coloca em situação de alerta de grande vulnerabilidade estatal, enquanto Cuba tem um total de 62,9 pontos e ocupa a posição 119º no ranking.

⁴¹ Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi devastado por um terremoto de magnitude sem precedentes, resultando em mais de 230 mil mortos e cerca de 1,5 milhão de desalojados no país (SEITENFUS, 2016, p. 38).

⁴² No entanto, é pertinente considerar a capacidade estatística de cada país ao levar e conta uma publicação de pesquisas fornecidas por órgãos estatais. No caso do Haiti, segundo o Banco Mundial, houve uma acentuada queda nesse quesito no ano de 2017.

do Fundo mostram uma nota alta, revelando uma situação de severa vulnerabilidade, por outro lado os dados econômicos do Instituto Haitiano são animadores, pois mostram uma melhora crescente como pode ser observado no gráfico.

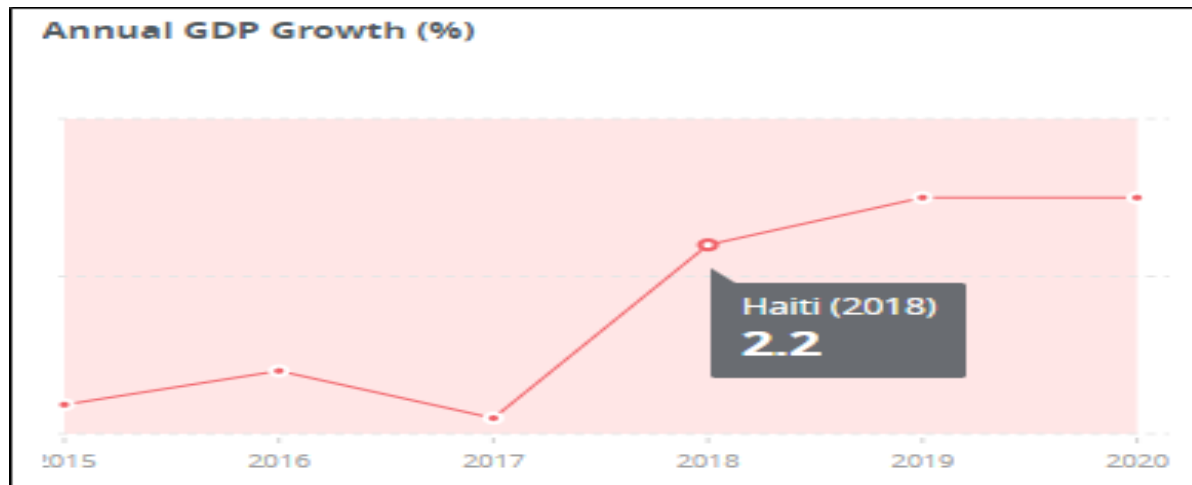
Figura 9 - Evolução do índice de atividade comercial⁴³



Fonte: Instituto Haitiano de Estatística e Informática, Ministério de Economia e Finanças.

Também, nas perspectivas econômicas globais do Banco Mundial de 2018, há um olhar positivo para uma possível melhora nos dados relativos ao crescimento econômicos do Haiti. Segundo a instituição, o crescimento anual do PIB do Haiti, em 2016, foi de 1.1, a projeção do Banco Mundial para 2018 é de 2.2.

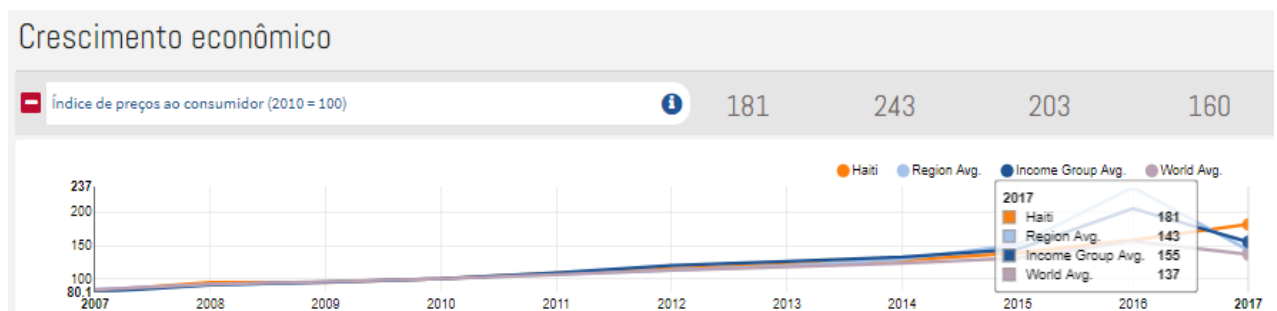
⁴³Instituto Haitiano de Estatística e Informática. Disponível em: <http://www.ihsi.ht/pdf/id_conj/pdf/Depliant3etrim15-16.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Figura 10 - Perspectivas Econômicas Globais - Previsões⁴⁴

Fonte: Banco Mundial (2018).

Os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) também projetam para 2018 uma melhora, ainda que tímida, no crescimento econômico haitiano que tende a ser de 2,2 % PIB⁴⁵.

Os dados sobre a economia são importantes por configurar o reflexo de melhora geral de um país, no caso haitiano ainda mais. O país tem uma população que vive, em sua maioria, na extrema pobreza com menos de 1,25 dólares por dia, predominantemente de economia informal. Dados que mostram uma melhora nessa área, mesmo que pequena, é um fato a ser comemorado.

Figura 11 - Gráfico do crescimento econômico⁴⁶ de 2017.

Fonte: USAID (2018).

⁴⁴ Banco Mundial. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/country/haiti> >. Acesso em: 30 mai. 2018.

⁴⁵ Portal da CEPAL, PDF disponível em https://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/tabla_proyecciones_balancedpreliminar2017.pdf. Acesso em: 27 mar. 2018.

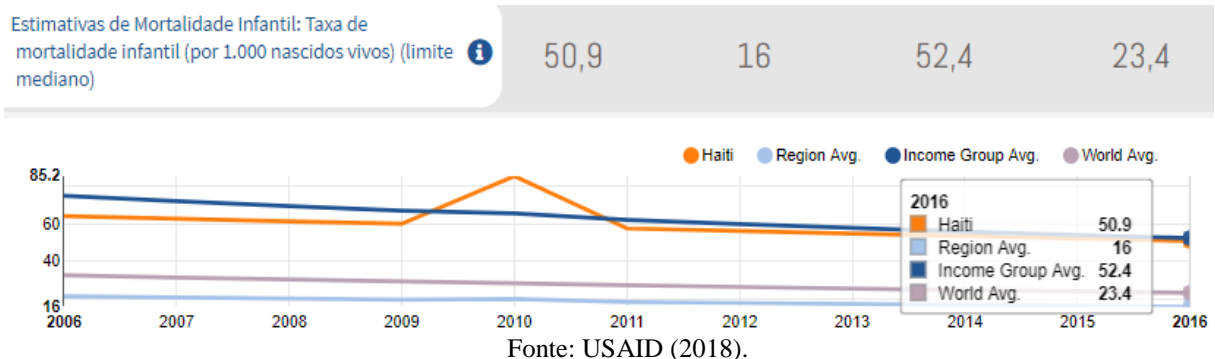
⁴⁶ United States Agency for International Development (USAID). Disponível em: < <https://idea.usaid.gov/cd/haiti/economy/economic-growth> > Acesso em: 30 mai. 2018.

O gráfico mostra uma comparação entre o crescimento econômico do Haiti e da região. Assim, e é possível constatar que o Haiti, representado pela cor laranja no gráfico, tem melhorado.

Longe de ter dados satisfatórios para ser considerado fora de um grau preocupante em relação aos indicadores sociais, o Haiti, muito por conta da sua própria história, se mantém o mais empobrecido entre as Américas, com índices ruins em comparação aos dados estatísticos dos demais países da América Latina. Entre os países da região caribenha, as diferenças ficam gritantes. Um exemplo é o acesso à eletricidade, enquanto todos os países na região caribenha têm aproximadamente 100% de acesso, no Haiti é de apenas 67% da população (BANCO MUNDIAL, 2016).

Outros dados revelam uma grande disparidade entre o Haiti e outros países da região caribenha, tais como o índice de mortalidade infantil, visto que o Haiti tem 50,9 mortes entre mil nascidos contra 16 na região. Um índice alarmante, pois, para se ter uma ideia, em Cuba o número é de 4,2.

Figura 12 - Estimativa de Mortalidade infantil⁴⁷.



A comparação entre o Haiti e seus vizinhos busca reforçar a necessidade de aprofundar os questionamentos sobre problemas tangentes ao país como, por exemplo, o severo empobrecimento econômico com índices que colocam o Haiti entre os mais pobres do mundo. Essa miséria poderia ser vista como resultado de uma complexa conjunção política, econômica e social do próprio Haiti, mas vai além de fatores internos, visto que os fatores externos contam com mais força no Haiti desde sua independência quando já nasceu em meio a um intenso isolamento econômico.

⁴⁷United States Agency for International Development (USAID). Disponível em: <<https://idea.usaid.gov/cd/haiti/health>> . Acesso em: 30 mai. 2018.

Em geral, a semelhança histórica com os países da região caribenha serve de argumento para justificar a incompetência do próprio país. Essa visão leva facilmente a uma análise superficial que culpabiliza o próprio Haiti por suas mazelas sociais, como fazem alguns estudiosos. Não que os atores políticos sejam isentos da culpa pela situação do Haiti, também o são, mas seria simplista demais reduzir a culpa somente a eles. Como bem colocou Seitenfus (2015):

O olhar acurado sobre o Haiti somente torna-se possível quando afastado o maniqueísmo, as fórmulas feitas e acabadas, as teorias levadas a simplificar a indômita, complexa e contraditória realidade; ou seja, quando não se proceda à eleição do preto ou do branco, pois, na verdade, o que predomina é o cinzento das zonas sombrias (SEITENFUS, 2015, p. 63).

A citação impeli ao conhecer, ao ir além, no caso do Haiti adentrar nos meandros de sua construção político-social e sua consequência na economia haitiana.

2.3.4 Uma formação incompleta

O Haiti, no decorrer da sua história, não conheceu um período duradouro de estabilidade em suas instâncias sociais, porém, sem sucesso, a população tenta resgatar sua tradição revolucionária, mas acaba sucumbindo em meio a violentas repressões cometidas ora pelo próprio Estado, ora por atores não estatais, e, também, pelas intervenções externas. Em meio a essa situação, o Haiti é colocado como um Estado Fracassado por não propiciar à sua população bens políticos, ou seja: acesso à saúde, à educação, trabalho etc.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar três períodos em que o Estado haitiano esteve impossibilitado de exercer sua soberania e autonomia desde sua independência. O que dificultou o seu progresso de desenvolvimento como um Estado forte e capaz de: consolidar instituições fortes, controle de seu território, segurança, liberdades civis, desenvolvimento sustentável econômico e tantas outras características que definem um Estado Forte. Esses três períodos podem ser classificados da seguinte maneira:

- O isolamento por parte das potências, sofrido após ter conquistado a independência, em 1804;
- A invasão estadunidense, em 1915;

- A intervenção dos Estados Unidos, em 1994, por meio da missão *Operation Uphold Democracy*;

O primeiro período - Isolamento econômico:

A independência do Haiti, no início do século XIX, representava uma ameaça ao mundo colonialista, escravista e capitalista em franca expansão que tinha em sua base econômica a exploração da força de trabalho escrava. Por isso, a independência haitiana causava medo e o isolamento imposto imediatamente após a sua independência. Mesmo porque um país de negros livres representava o término de um sistema de exploração altamente lucrativo. Outro aspecto, era a desconfiança de que o Haiti exportasse a revolução para sua vizinhança. O que não era, de certa forma, um medo em vão, já que o Haiti ajudou em alguns momentos revolucionários latino-americanos a promoverem lutas por independência, como já mencionado.

Um dos revolucionários beneficiados pela ajuda haitiana também apoiou o isolamento que o Haiti sofreu. Simon Bolívar, no primeiro grande movimento integracionista, o Congresso Anfictiônico do Panamá, em 1826, sob sua gerência, optou por não convidar o Haiti a fazer parte desse importante acontecimento, por receio de enfrentar a França (CASAS, 2007, p. 65). Apesar de Bolívar ter recorrido ao Haiti e recebido apoio de crucial importância para o processo de independência das colônias espanholas, sua justificativa para a exclusão diplomática do Haiti estava no caráter heterogêneo haitiano em relação à América Espanhola (SOUZA, 2012, p. 89).

Verificou-se que a decisão de Bolívar de não convidar o Haiti para participar do Congresso, do qual o assunto faria menção a projetos de integração para o fortalecimento da região, é questionável, pois sua inserção deixaria o Haiti mais fortalecido no cenário internacional à época e reforçaria sua condição de país livre. Pode-se dizer, portanto, que o Haiti já no primeiro evento com propósitos de integração latino-americano foi colocado à margem. Bolívar teria feito menção ao Haiti ao criticar o não reconhecimento da independência haitiana no Congresso (CASAS, 2007, p. 64). Ou seja, entre proporcionar ajuda ao Haiti por meio de uma integração para seu fortalecimento na região, Bolívar cedeu à França.

Importante salientar que os Estados Unidos foi o último país a reconhecer a independência do Haiti, em 1862, durante a guerra de sucessão, após 60 anos da independência haitiana.

O segundo período - invasão estadunidense:

De acordo com Irene Pessoa de Lima Câmara, no Haiti, depois da independência, houve uma polarização entre negros e mulatos, o que teria trazido grande dificuldade para o fortalecimento do Estado haitiano. Nesse período pós-independência há, para autora, uma disputa entre esses dois polos pelo poder político haitiano sob uma *“absoluta ausência de um compromisso das lideranças políticas com a democratização das instituições nacionais”* (CÂMARA, 1998, p. 50).

Nesse caso, defende Câmara, a falta de “líderes expressivos” ou “confiáveis” impossibilitou que o Haiti desenvolvesse uma política nacional e, por consequência, um sistema administrativo “competente” e desenvolvimento econômico. Resultando, assim, em uma *“espiral de violência e anarquia política que só seria interrompida em 1915 com a intervenção militar dos Estados Unidos”* (CÂMARA, 1998, p. 51).

De fato, os Estados Unidos fizeram uma intervenção no Haiti, mas foi por meio de uma invasão militar, o que significou roubo, apropriação e despojamento da autonomia do Estados Haitiano. Nesse sentido, a “espiral de violência” e “anarquia política” – nas palavras da autora -, se estabeleceu no Haiti por meio dessa invasão e não foi interrompida com a *intervenção* dos Estados Unidos. As consequências dessa invasão militarizada devolveram o Haiti à condição de colônia, com expropriação de terras, trabalho forçado, assassinatos e racismo. Com a invasão, leis foram alteradas e, assim, *“Roosevelt reformou o Direito e a justiça do Haiti para subtrair tudo que, até então, simbolizava a vontade de soberania nacional e autodeterminação do Haiti”* (SEGUY, 2015, p. 175).

No que tange à política haitiana, a invasão estadunidense também promoveu mudanças que tiraram a autonomia interna do Estado:

Os EUA passaram a ter poder de veto sobre todas as decisões de governo dos haitianos. Comandantes marines passaram a administrar as províncias com poder de polícia. As instituições locais ficaram nominalmente com os haitianos, mas o almirante William Caperton passou a comandar o país de fato. No entanto, para manter as aparências de soberania nacional do governo era preciso colocar um haitiano como presidente fantoche a frente do país (ANDRADE, 2016, p. 182).

Como visto, o início da desconstrução do estado haitiano tem data, 12 de agosto de 1915, o dia em que um presidente foi “eleito” pelos seus próprios invasores: um presidente fantoche. Paradoxalmente, anos mais tarde também os estadunidenses criaram instituições para qualificar quais países poderiam ser considerados Estados Fracassados e, em suas

avaliações, o quesito “instituições fracas” compõe o quadro que define o fracasso estatal, como já visto no subtópico anterior.

Com efeito, a invasão estadunidense incluía o desmantelamento do Estado haitiano para que fosse possível impor o imperialismo norte-americano no país. Everaldo de Oliveira Andrade descreve de forma precisa essas mudanças, resumidamente:

Os EUA passaram a ter poder de veto sobre todas as decisões de governo dos haitianos. Comandantes marines passaram a administrar as províncias com poder de polícia. As instituições locais ficaram nominalmente com os haitianos, mas o almirante William Caperton passou a comandar o país de fato. [...] assumiram também o controle das finanças do país e todos os negócios administrativos do estado. [...]. A invasão possuía objetivos materiais e econômicos muito concretos ainda que muitas vezes tenha sido revestida pelo discurso civilizador. Era necessário, para isso, afastar todos os obstáculos entre os quais a pedra angular da soberania haitiana (ANDRADE, 2016, p. 181-184).

Apesar da literatura não ter definido precisamente quais as características que determinam um Estado Fracassado, pois há variadas definições para isso, é seguro dizer que o Haiti se encontra em todas elas. Entretanto, se forem analisados os efeitos da invasão de 1915, será possível compreender que a falência estatal também pode ser construída para proveito próprio. No caso, para os Estados Unidos. Prova disso foi a reforma monetária de 1919, que estabeleceu o valor da moeda haitiana, o *gourdes*, em cinco dólares. O que significou uma forma de “americanizar” o sistema nacional monetário haitiano que perdeu um dos pilares de sustentação da soberania de um Estado (CASTOR, 2016).

Para enriquecer a discussão, um outro aspecto a ser considerado na desconstrução do Estado é elaborado por Igor Castellano da Silva e José Miguel Quedi Martins (2014), os quais entendem que um país sem exército próprio não consegue se firmar como Estado, sendo o exército a base de sua formação histórica, haja vista que a formação dos Estados sempre esteve acompanhada por guerras. Os autores destacam:

Entretanto, a importância do exército não se limita à sua atividade fim (coerção externa e interna). Sua capacidade transformativa extrapola (e extrapolou historicamente) essa função e interfere em outros processos correlatos na construção do Estado. Foram no mínimo três as atividades em que o exército teve e tem mais importância: a formação da burocracia, o incentivo à economia nacional (capacidade produtiva), e o amparo ao desenvolvimento da cidadania e das instituições políticas (CASTELLANO & MARTINS, 2014, p. 140).

No tocante à burocracia, para Castellano e Martins (2014), o exército é gerador de ordem, hierarquia e racionalidade apesar de poder conter em sua estrutura elementos da dominação política tradicional e carismática. Quanto à economia nacional, o exército sempre “foi instrumento de construção de capacidades infraestruturais mais básicas do Estado (obras públicas, construção e manutenção de estradas e de sistemas de comunicação.)” (CASTELLANO & MARTINS 2014, p. 141). O desenvolvimento tecnológico, ainda que com a intenção de instrumentalização para guerra, produz o desenvolvimento das capacidades produtivas. Eleva, assim, o país na competição internacional.

Por fim, seguindo o pensamento dos autores, Castellano e Martins (2014), no processo de construção de cidadania e das instituições políticas o exército sempre foi um ator importante em estabelecer direitos para a população. Isso na época da formação dos Estados no contexto europeu. Castellano (2011) descreve que os Estados nasceram no contexto europeu e, a partir daí, criou-se um modelo de Estado que se impõem a outros por meio de guerras, primeiro no contexto europeu e, posteriormente, nas guerras imperialistas.

Nesse ponto, cabe lembrar que o Haiti teve seu exército desmobilizado no momento da invasão, em 1915. Em 1934, os Estados Unidos desocupam o país e conservam, sob seu comando a polícia nacional, que passa a ser uma Guarda Civil extremamente violenta. Em pouco tempo, o contingente armado pelos norte-americanos se transformou no exército haitiano, patrocinador dos futuros golpes de estado. Em 1994, o próprio presidente Aristide dissolveu o exército, sendo que os motivos destacados pelo presidente, naquele momento, caracterizaram a necessidade de se proteger de um exército que já havia sido corrompido pelos Estados Unidos.

Nesse sentido, pode-se entender que o desmantelamento do exército haitiano foi fundamental para a desconstrução/desestruturação do Estado haitiano e sua reconstrução passaria necessariamente pelo restabelecimento de seu exército nacional.

O terceiro período - a missão *Operation Uphold Democracy*:

Essa missão foi instaurada em 1994 para a redemocratização do Haiti, restabelecer o parlamento e o presidente ao seu cargo. Quanto a essa questão, a missão cumpriu com seu objetivo. O que veio em seguida, pós-conflito, foi uma forçosa tentativa de reconstrução do país por meio de mudanças econômicas. A intenção era abrir as portas da economia haitiana para o livre mercado que incluía privatizações em ritmo rápido:

Exemplo disso foi o bloqueio, por parte da USAID, do valor de 4,5 milhões de dólares, destinado a sustentar a balança de combustíveis do Haiti, como

forma de protestar contra a lentidão do processo de privatização do país. Nas palavras de Pierre Mouterde e Christophe Warny, no Haiti, “a caridade [internacional] sempre esteve associada ao bom comportamento do beneficiário”. No caso de um país falido como o Haiti, o bom comportamento do beneficiário significa reconstruir um Estado conforme os interesses e valores propugnados pelos atores externos intervenientes. [...] No alvorecer da restauração da democracia e do governo de Aristide, em 1994, esteve subjacente a exigência, por parte dos EUA, da implementação do “Programa de Reconstrução Social e Econômica”, baseado na promoção de privatizações de empresas públicas, e na *democratização do direito de propriedade*, base da concepção do Estado liberal que, no fundo, reflete a forte influência dos atores externos nos rumos da própria democratização e do modelo de Estado (PETRUS, 2012, p. 68-69, grifo do autor).

O que se pretende com essa longa citação é trazer à baila uma discussão necessária sobre o quanto é possível que atores externos levem um Estado ao fracasso de suas instituições, sempre com a colaboração de uma parcela ínfima da população. O caso do Haiti se mostra ao contrário das privatizações, a necessidade do fortalecimento do Estado com investimentos, principalmente no âmbito social. Ou seja, o que os haitianos mais precisam é de um Estado robusto.

Observa-se que a intervenção dos Estados Unidos por meio da missão *Operation Uphold Democracy* dá início ao processo de imposição de um modelo de Estado a ser seguido pelo Estado haitiano, ou seja, o Estado moderno.

Segundo Franck Seguy (2014), existem autores que colocam o Haiti como um Estado Fracassado, porque o país não teria conseguido alcançar as “mudanças benéficas” que fariam a composição de um Estado moderno, “isto é, o Haiti faliu e se enredou no subdesenvolvimento porque não conseguiu se construir um Estado moderno” (SEGUY, 2014, p. 188). Mas seria interessante questionar como o Haiti poderia provocar mudanças que beneficiariam suas instituições estando constantemente submetido às imposições, desde sua independência, às vontades das economias dos países centrais. Situação que o impossibilitou de consolidar-se como um Estado soberano e autônomo economicamente, já que o “*governo do Haiti teve pouca influência na formação de suas próprias políticas públicas; esse poder estava concentrado nas mãos de instituições estrangeiras*” (GAUTHIER & MOITA, 2010 *apud* PETRUS, 2012).

Não se diminui, aqui, o benefício trazido pela missão *Operation Uphold Democracy* em relação à retomada do presidente Aristide, o que se questiona é até que ponto o presidente tinha autonomia para governar o seu país a partir desse momento. Prova disso foi a clara mudança de posicionamento do presidente ao voltar do exílio. Diferente do primeiro período de governo, Aristide retornou com medidas visivelmente neoliberais que foram adotadas,

naquele momento, como algumas privatizações. Com efeito, o Estado haitiano estaria atendendo as demandas de atores externo com o pretexto de desenvolvimento econômico, o que não livrou a população de constante empobrecimento diante de uma economia pró-mercado.

Uma situação que evidencia essa política econômica é a perda da autonomia da produção de arroz e açúcar. Ao promover a abertura quase que total do mercado haitiano, Bill Clinton, quando presidente dos Estados Unidos, subsidiou os impostos na importação de arroz do Arkansas para o Haiti. O que fez o Haiti perder sua autossuficiência do produto. Hoje o Haiti importa quase todo o seu arroz, sendo o terceiro maior mercado importador de arroz dos Estados Unidos. O ex-presidente declara mea-culpa:

Desde 1981, US continuou essa política, e não era até o ano passado começamos a repensar se os países ricos como o nosso, que produzem um monte de comida devem vender estes alimentos para os países pobres e libertando do ônus de produzir seus próprios, **com a intenção de que possam pular diretamente para a era industrial**. Não funcionou. Pode ter sido bom para alguns dos meus agricultores em Arkansas, mas não funcionou. Foi um erro. Foi um erro que eu fiz parte. Eu tenho que viver todos os dias com as consequências da perda de capacidade do Haiti para produzir arroz suficiente para alimentar sua própria população, por causa do que fiz. Nada mais (CLINTON, 2010 *apud*, GOODMAN, 2018, s. p. tradução nossa⁴⁸, grifo nosso).

O grifo na citação é fundamental para que se observe que o presidente dos Estados Unidos já havia decidido como iria proceder a economia haitiana nos próximos anos. Ou seja, o Estado haitiano é ignorado, não inexistente. Não fracassado, mas sabotado, *“fator-chave a observar é que, no interior da economia capitalista mundial, por definição, os Estados não podem todos “se desenvolver” simultaneamente, já que o sistema funciona graças à existência de regiões desiguais de núcleo orgânico e de periferia”* (WALLERSTEIN, 1979:60-61, *apud* ARRIGHI, 1997, p. 141).

Até aqui, houve um empenho em contextualizar sobre o Haiti e seu grau de importância na região caribenha e no restante da América Latina. Para tanto, desenvolvemos

⁴⁸ Do original: “Desde 1981, Estados Unidos ha continuado con esa política, y no fue hasta el año pasado que empezamos a replantearnos si países ricos como el nuestro, que producen una gran cantidad de alimentos, deben vender esos alimentos a los países pobres y liberarlos de la carga de producir los suyos propios, con la intención de que puedan saltar directamente a la era industrial. No funcionó. Puede haber sido bueno para algunos de mis agricultores en Arkansas, pero no funcionó. Fue un error. Fue un error del que yo fui parte. Yo lo hice. Tengo que vivir todos los días con las consecuencias de la pérdida de capacidad de Haití para producir una cosecha de arroz suficiente para alimentar a su propia población, por culpa de lo que hice. Nadie más” (CLINTON, 2010 *apud*, GOODMAN, 2018, s. p).

alguns temas que estão relacionados com o país: suas revoluções, sua posição geoestratégica, e as interferências estadunidense desde o início do século XX. Foi possível elencar algumas situações em que o Haiti foi sujeitado, desde sua independência, o que culminou no empobrecimento do país que chega ao século XXI com o “título” de Estado Fracassado.

O próximo capítulo procede revelar as circunstâncias de criação da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) mediante um breve resgate histórico da Organização das Nações Unidas (ONU) refletindo o propósito dessa organização diante dos novos conflitos intraestatais, nos quais o Haiti se encaixa.

CAPÍTULO 3 - DAS MUDANÇAS NAS MISSÕES DE PAZ À MINUSTAH

Haití se volvió cliente preferencial del CSNU. Difícilmente dejará de serlo en un futuro próximo (SEITENFUS, 2016, p. 181).

No capítulo anterior, consideramos algumas circunstâncias relativas ao Estado haitiano e acontecimentos, como as ditaduras e intervenções militares, que levaram à degradação social do Haiti no decorrer de sua história.

Passamos agora a versar sobre a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e seus pilares de atuação, ou seja: reestruturação democrática, reestabelecimento da segurança e proteção de direitos Humanos. Salientamos, porém, que a MINUSTAH foi elaborada a partir de resultados de várias mudanças que ocorreram nas Nações Unidas após sucessivos fracassos em suas missões de paz ocorridas na década de 1990 período no qual o Haiti recebeu várias missões⁴⁹ da ONU, como mostrado no Capítulo 2. Por isso, é necessário revelar as mudanças que ocorreram nas operações de paz após esse período. Antes, será feito um resgate histórico da institucionalização da Organizações das Nações Unidas.

3.1 ONU: NASCE A ESPERANÇA DA PAZ COLETIVA, NÃO PARA TODOS

No final da Primeira Grande Mundial (1914-1918), com o Tratado de Versalhes (1919), advém a Liga das Nações ou Sociedade das Nações (1919-1946), uma organização internacional, criada para manter a paz e a segurança internacional. Era, naquele momento, a certeza de que estava surgindo uma associação coletiva que manteria a paz, pois essa organização estaria acima dos Estados e se encarregaria de evitar conflitos de graves proporções e guerras (SEITENFUS, 2005, p. 172-173).

Entretanto, a Liga das Nações falhou em não conseguir evitar a Segunda Guerra Mundial (1939–1945). Decorre que, nesse momento, o mundo moderno foi marcado pelos

⁴⁹ Associação de Jovens – ONU – BRASIL. As missões são: 1) Grupo de Observadores das Nações Unidas para a verificação das Eleições no Haiti (ONUVEH) 1990; 2) Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH) 1993; 3) Missão das Nações Unidas no Haiti: UNMIH 1993 a 1996; 4) Missão de apoio das Nações Unidas: UNSMIH 1996 a 1997; 5) Missão transitória das Nações Unidas: UNTMIH 1997; e 6) Missão Policial das Nações Unidas: MIPONUH 1997 a 1998. Disponível em: < <https://ajonu.org/tag/haiti/> > Acesso em: 28 mar. 2018.

horrores da destruição em grande escala. As novas tecnologias bélicas, usadas indiscriminadamente, trazidas pela Segunda Guerra Mundial, promoveram o extermínio em massa.

Diante da iminência do descontrole bélico e a possibilidade de autodestruição, no final da Segunda Grande Guerra, com o impacto das bombas nucleares, as grandes potências resgataram os princípios da Liga das Nações e criaram a Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Conferência de São Francisco, em fevereiro de 1945, na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos. Lá, cinquenta países deliberaram propostas para a elaboração da Carta das Nações Unidas.

A Carta das Nações foi ratificada pelos cinco países que constituíam a base de formação da ONU, qual seja: União Soviética (Rússia), China, França, Estados Unidos e Reino Unido. Desta feita, instituiu-se a Organização das Nações Unidas (ONU), isto é, uma instituição intragovernamental fundada com o objetivo de promover a segurança internacional, a manutenção da paz e, assim, salvaguardar as próximas gerações dos infortuno de guerra⁵⁰.

Sua formação foi estabelecida em cinco instâncias: 1) Assembleia Geral, formada por todos os países membros; 2) Conselho de Segurança, formado pelos cinco países membros permanentes (França, EUA, China, URSS, Reino Unido e mais dez países membros rotativos -posteriormente passaram a ser quinze-, eleitos pela Assembleia Geral; 3) Conselho Econômico e Social, ligado a muitas instituições internacionais, ocupa-se em gerir políticas econômicas e sociais; 4) Corte Internacional de Justiça, órgão jurídico da ONU cabe a ele julgar os crimes de guerras; e 5) Secretariado, presidido pelo Secretário-Geral responsável pela gerência da própria instituição.

O Conselho de Segurança é o principal órgão do sistema ONU, responsável pela segurança internacional e por interpretar os tipos de conflitos e as decisões que devem ser tomadas referentes às interpretações de ameaças à paz. Sendo deliberadas em duas instâncias: pela Assembleia Geral e pelo o Conselho de Segurança. O CSNU responde pela aprovação de ações, com o uso da força ou não, diante de uma insegurança internacional.

Juliana Bigatão (2015, p. 49) faz uma síntese: havendo um litígio, cabe ao Secretariado a responsabilidade por passar informações ao CSNU, o qual decide se autoriza ou não uma operação de paz e como será seu mandato para na sequência se encarregar da execução da operação; o orçamento para tal é votado pelos órgãos da AGNU e a liberação de

⁵⁰ Portal da ONU. Disponível em: < <http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/> >. Acesso em: 12 mar. 2018.

recursos. É de responsabilidade dos Estados-membros fornecerem todo o aparato necessário para a realização de uma operação de paz, quando essa é aprovada por eles, de modo geral, fornecem auxílio econômico, pessoal e armamento. Com isso, fica para o DPKO a gestão das operações em campo.

Nesse sentido, somente os cinco países que compõem o Conselho de Segurança de forma permanente (França, Rússia, EUA, Reino Unido e China) podem interpretar e decidir quando a paz está sob ameaça de ruptura, rompida ou se há necessidade de sua manutenção, detendo o poder de veto, conforme o artigo 108 da Carta das Nações Unidas⁵¹. Compete a esses mesmos países decidirem sobre uma intervenção e como ela se dará. Resumindo, somente é possível a realização de uma operação de paz se houver consenso entre os Estados-Membros Permanentes primeiro e depois o restante do CSNU.

Ricardo Seitenfus salienta essa diferenciação entre os países membros permanentes e os países membros provisórios do CSNU. Sendo para o autor, um problema fundamental essa diferenciação, já que “*nenhuma decisão do Conselho de Segurança poderá ser tomada contra um dos cinco membros permanente*” (SEITENFUS, 2005, p. 176). Sendo assim, caso algum desses cinco países se envolvam em litígio, poderão exercer seu poder de veto. Ademais, os mantêm fora do jugo de decisões do Conselho de Segurança que possa ir contra os seus interesses.

Essa estrutura do CSUN acaba por abrir questionamentos quanto à legitimidade das operações de paz realizadas pela ONU. Como exemplo, é possível citar a invasão do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos. Mesmo existindo protocolos a serem seguidos, no que se referem aos mecanismos estabelecidos que assegurem a paz, os Estados Unidos romperam com esses protocolos e invadiram o Iraque, indo contra a decisão da ONU, mas não sofreram nenhum tipo de punição ou qualquer sanção por parte da organização.

Contudo, há discussões a respeito da necessidade do CSUN passar por reformas em sua formação estrutural, principalmente no que se refere aos cinco Estados-membros. Entretanto, essa formação permanece a mesma, desde de 1945.

Na esfera de ação da Organização das Nações Unidas, outro quesito que merece atenção é quanto ao conceito de manutenção de paz, que é continuamente questionado. Por esse motivo, será evidenciada a seguir uma pequena explanação a respeito.

⁵¹Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

3.1.1 Operações de paz no campo dos conceitos

Segundo Eduardo Uziel (2015), se considerarmos a história, será possível observar que as missões de paz foram acontecendo de forma improvisada pela ONU, pois na Carta de São Francisco não há menção quanto a esse proceder. A falta de uma definição estaria na dificuldade da ONU em dar nomes a fenômenos. Nesse sentido, as definições dos conceitos relacionados com a manutenção de paz e operação de paz é polêmica e indefinida.

O autor esclarece:

Não há uma decisão das Nações Unidas que defina o que são operações de manutenção da paz. Na década de 1970, quando foi feita uma tentativa de defini-las, o Comitê Especial de Operações de Manutenção da Paz não chegou a uma conclusão. Nem mesmo sobre a terminologia existe um acordo – alguns preferem *peace operations*, outros, *peacekeeping operations*, outros *peacekeeping missions* ou ainda *peace forces*⁵² (UZIEL, 2015, p. 28, grifo do autor).

Essa polêmica abre para interpretações e permite que alguns países considerem o termo *peace operations* (operação de paz) mais assertivo, pois, julgam ser um termo mais amplo que abrange tipos variados de missão de paz, podendo também, as *peace operations*, serem reportadas por organizações próprias de vários países sem estar ligadas a ONU (UZIEL, 2015, p. 29).

Seguindo essa lógica, o país que decida liderar uma *peace operations*, avalia se respeita os princípios que regulam as missões de paz - como foi o caso da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, como já citado. Ou seja, o uso da força ou intervenções sem consentimento das partes envolvidas fica a critério do país interventor, conforme acordos regionais.

Por esse motivo, há uma diferenciação com base na qual as *peacekeeping operations* (manutenção da paz) representariam um termo considerado menos abrangente e, segundo o argumento, deveriam estar contidas dentro das disposições do termo *peace operations* da ONU (UZIEL, 2015, p. 29).

De modo contrário, há os países que argumentam que a *peacekeeping operations* seja independente do *peace operations*. Em geral, os países que defendem essa posição são os em desenvolvimento que compõem as operações de paz da ONU como contribuintes de tropas.

⁵² Para esse trabalho, na tentativa de não se vincular a nenhum conceito/termo, a autora optou por usar o termo missão de paz.

Ademais, também defendem essa postura os países membros do Movimento dos Países não Alinhados (MNA). Esses grupos de países entendem que a *peace operations* se trata de um termo muito ambíguo e traria a possibilidade de ser usado em intervenções de forma a atender interesses de países ocidentais os quais poderiam desconsiderar a soberania dos não ocidentais.

Alega-se a vulnerabilidade a uma intervenção *peace operations* internacional como exemplo as intervenções da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (UZIEL, 2015, p. 30). Tendo em vista que *peace operations* não traz intrínseco, em sua disposição, a obrigatoriedade de consentimento do país anfitrião.

Essa divergência não foi solucionada. No entanto, cabe salientar que a ONU é, também, um campo político. Nesse sentido, acaba espelhando os interesses dos Estados envolvidos nas missões de paz. Essa tendência fica evidenciada nos órgãos intergovernamentais da própria ONU que “*não primam pela coerência em suas decisões e costumam estabelecer missões de paz cujos nomes variam ou introduzem novos termos sem qualquer rigor conceitual*” (UZIEL, 2015, p. 28).

Soma-se a isso o fato de que há sempre questões políticas envolvidas quando um país está em conflito. Assim, as decisões do CSNU são carregadas de tendências ao definir em qual terminologia uma missão será empenhada, conforme as conveniências políticas dos Estados-membros. Nesse sentido, assumindo o termo *peace operations* os Estados-membros podem se valer não apenas de seu *status* de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, como também podem se colocar como autônomos, ao tratar de seus assuntos de paz, ou ausência dela, nas intervenções que lideram.

Diante dessas ponderações a respeito das controvérsias entre o termo *peace operations* e *peacekeeping operations*, é possível notar que, apesar da ONU ter sido instituída para o estabelecimento da paz internacional e, fundamentalmente, as missões de paz da ONU serem um instrumento para esse fim, percebeu-se que os interesses individuais dos Estados-membros estão sempre à espreita em relação às condutas que possam ser tomadas para a promoção da paz desde que isso não interfira em seus assuntos políticos e/ou econômicos.

Entretanto, Juliana de Paula Bigatão (2015, p. 25) entende que, “*embora a organização [ONU] possa ser constrangida pelos Estados [membros], ela também possui uma agenda própria e uma cultura organizacional que resulta em interesses e comportamentos próprios*”. A mesma autora ressalta que as missões de paz seriam um instrumento para que a ONU pudesse exercer sua autonomia, um mecanismo *ad hoc* - as missões -, que estabelece: imparcialidade, consentimento do país anfitrião e uso da força

somente em autodefesa. Isso impossibilita que dissensos interfiram na hora de ativar a segurança coletiva por incompatibilidade de interesses dos membros do CSUN (BIGATÃO, 2015, p. 25).

Cabe salientar que, “*os princípios básicos das operações de manutenção da paz foram inicialmente compilados pelo Secretariado após a experiência da UNEF, em Suez [1948]*” (UZIEL, 2015, p. 31). Tais princípios previamente estabelecidos e regimentados pelo Departamento de Operações de manutenções da paz (DPKO) são: imparcialidade em prestar apoio para ambas as partes no sentido de ajudá-las a chegar à paz; consentimento das partes; uso da força somente em legítima defesa (UZIEL, 2015, p. 31).

Com efeito, considera-se que durante esses setenta anos de atividade das missões de paz ocorreram mudanças substanciais no contexto social, político e econômico mundial, visto que os conflitos também mudaram. Assim, na medida em que foram ocorrendo essas mudanças, as missões de paz foram, entre acertos e erros, tentando se adequar às novas necessidades de solução de conflitos.

Para melhor elucidar, no próximo tópico serão descritas as transformações mais pontuais que ocorreram na evolução das missões de paz que refletem as mudanças no cenário dos conflitos mundiais.

3.1.2 ONU em tempos de mudanças

É preciso evidenciar que não há como tratar das mudanças ocorridas na ONU sem mencionar o período da Guerra Fria em que a disputa hegemônica, entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética, provocaram uma conjuntura conflitante que propiciou o fracionamento entre os países membros que, em decorrência, acabaram por se alinhar a um ou a outro polo, conforme seus interesses nessa divisão política/ideológica entre dois blocos antagônicos: capitalismo (EUA) e socialismo (URSS) (SEITENFUS, 2005, p.177).

Em consequência, essa conjunção fez com que o CSNU adotasse uma postura de retraimento frente à dubiedade nas decisões a respeito dos conflitos nos quais os Estados Unidos e/ou União Soviética estivessem envolvidos. Diante dessa polarização, as divergências deixaram em suspense o sistema de segurança coletiva defendido pela ONU. O veto era a arma mais usada.

O Relatório “Uma Agenda para a Paz” (1992), em seu parágrafo décimo quarto, descreve o uso dos vetos como ferramenta por parte dos Estados-membros do CSUN, o que provocou uma carnificina. O documento descreve:

Desde a criação das Nações Unidas, em 1945, mais de 100 grandes conflitos em todo o mundo deixaram cerca de 20 milhões de mortos. As Nações Unidas ficaram impotentes para lidar com muitas dessas crises por causa dos vetos - 279 deles - lançados no Conselho de Segurança, que eram uma expressão vívida das divisões daquele período [Guerra Fria] (ONU, A/47/277- S/24111,1992, tradução nossa⁵³).

Para Lucas Rezende (2012, p. 32), *“a Guerra Fria polarizou de tal maneira as decisões do órgão que o seu sistema de segurança coletiva nunca chegou a ser de fato implantado, ao menos não da forma estabelecida pela Carta”*.

Se de um lado a Guerra Fria promovia um entrave na consolidação das missões de paz com vistas a estabelecer a segurança internacional, por outro, o fim desse período trouxe um aumento substancial nas incursões da ONU, a partir da década de 1990. Nesse sentido, o novo cenário pós-Guerra Fria fez com que as missões de paz passassem a atuar com mais frequência, também, em conflitos intraestatais.

Esses conflitos trouxeram novos desafios para o desenvolvimento e implementação das missões de paz com maior amplitude dado o alto grau de complexidade contidos nessa nova realidade. Em decorrência disso, as intervenções das missões de paz deixam de ser relacionadas somente com as questões de disputas geopolíticas, supervisão de acordos de paz ou cessar-fogo, como eram empenhadas no período das missões tradicionais⁵⁴ ou primeira geração⁵⁵.

Esses novos tipos de conflitos intraestatais, de forma geral, emergem na oposição entre grupos armados divergentes, que deflagram confrontos entre si e/ou contra o Estado com

⁵³ Do original: “Since the creation of the United Nations in 1945, over 100 major conflicts around the world have left some 20 million dead. The United Nations was rendered powerless to deal with many of these crises because of the vetoes - 279 of them - cast in the Security Council, which were a vivid expression of the divisions of that period” (ONU, A/47/277- S/24111, 1992).

⁵⁴ Para melhor esclarecimento, traremos as definições, segundo Bigatão, relativas às missões de paz tradicionais, pois são as “que propõem abrir um espaço para o diálogo, enquanto acompanham o cessar-fogo e interpõem-se fisicamente entre os beligerantes para prevenir a reescalada da violência. [...] tais atividades, que podem ser enquadradas no Capítulo VI da Carta da ONU, não visam fornecer uma solução para o conflito por seus próprios meios, forçando a negociação de acordos entre as partes [...]” (BIGATÃO, 2015, p. 35-36, grifo da autora).

⁵⁵ Importante salientar que, “apesar de reconhecer a utilidade de dividir as operações de paz em “gerações”, entendemos que esta classificação pode retransmitir a ideia equivocada de que em cada geração as operações são padronizadas, representando um único modelo de intervenção” (BIGATÃO, 2015, p. 35), o que não procede, pois é possível encontrar mesmas características em missões diferentes.

significativa violência, o que resulta em frequentes violações dos Direitos Humanos. A autora Raquel de Melo (2006) esclarece:

Os conflitos internos estão, muitas vezes, associados à falência ou ao colapso institucional dos estados onde ocorrem. Embora cada um tenha sua dinâmica especial e características particulares, as circunstâncias gerais comuns a todos são: a dissolução da ordem pública, em meio a uma violenta disputa por poder interno entre facções ou grupos distintos, um aparato institucional público corrompido, paralisado ou destruído por completo e a prática ampla e sistemática de abusos contra a população civil (MELO, 2006, p. 411).

Diante desse novo cenário, as mudanças operacionais nas missões de paz estabelecem um mandato mais amplo, principalmente por terem que lidar com questões sociais profundas que englobam política, economia e, conseqüentemente, questões humanitárias. O que caracteriza como missões multidimensionais ou segunda geração.

A segunda geração das missões de paz ainda trazia elementos da primeira, como a neutralidade, imparcialidade e a autorização das partes envolvidas. Contudo, essas missões, também referenciadas como operações multidimensionais, envolvem a atuação em amplos aspectos, como administrações civis e policiamento, admitindo um papel mais intrusivo que as anteriores (REZENDE, 2012, p. 39).

Mesmo com as mudanças advindas das missões multidimensionais, os resultados satisfatórios não foram uma constante nas missões. As ações tomadas para a solução dos conflitos enfrentados pela ONU na década de 1990 foram questionadas em sua legitimidade e sua capacidade em lidar com esses conflitos. Falhas gerenciais ou, mesmo, equívocos nos procedimentos das missões eram comuns às circunstâncias de cada conflito, que, conseqüentemente, resultaram em sucessivos fracassos.

Entendendo que esses novos conflitos intraestatais se intensificaram na periferia do sistema internacional e não mais entre grandes potências, os documentos “Uma agenda para Paz⁵⁶” e “Suplemento Uma agenda para Paz⁵⁷”, criam diretrizes mais claras e orientam para a ampliação da análise das conjunturas dos países em situação de conflito.

A “Uma Agenda para Paz” e seu Suplemento, solicitado ao Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Boutro Ghali (1992-1996), e pelo CSNU apresenta novas orientações

⁵⁶ “Uma Agenda para a Paz” (ONU, A/47/277- S/24111, 1992). Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/24111>>. Acesso em: 02 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/resga.htm>> Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵⁷ “Suplemento de Uma Agenda para a Paz” (ONU, A/50/60, 1995). Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/docs/50/plenary/a50-60.htm>> Acesso em: 02 abr. 2018.

no proceder das missões de paz. Foram redefinidos os procedimentos a serem adotados relacionados com a solução, monitoramento e prevenção de conflitos. O que foi considerada pelo SG como a terceira geração de missões de paz da ONU.

O relatório também faz menção ao uso da força nas missões de paz da ONU, o que passa a ser uma possibilidade, apesar do relatório propor que haja equilíbrio entre a missão de manutenção de paz e a imposição da paz para tais ocasiões. As missões de paz passaram a ter seis abordagens diferentes, porém complementares entre si, classificadas em seis categorias, conforme proposto no relatório “Uma Agenda para Paz” (1992) e no “Suplemento de Uma Agenda para Paz” (1995) de forma resumida se estabelece desta maneira⁵⁸:

- Diplomacia Preventiva (*Preventive Diplomacy*) - uma ação para evitar que disputas existentes se transformem em conflitos e, caso ocorra o conflito, evita-se sua disseminação. Ações regidas sob o Capítulo VI⁵⁹ da Carta da ONU;
- Promoção da Paz (*Peacemaking*) - compreende ações diplomáticas ainda no início do conflito por meio do diálogo para suspensão da hostilidade. Ações regidas sob o Capítulo VI da Carta da ONU;
- Manutenção da Paz (*Peacekeeping*) - requer consentimento dos lados envolvidos, servindo-se de civis, policiais e militares para assegurar medidas acordadas entre eles. Monitora e controla os acordos feitos para cessar o conflito. As ações nesse tipo de missão não se encaixam nem no Capítulo VI, nem no Capítulo VII⁶⁰ da Carta das Nações Unidas;
- Consolidação da Paz no pós-conflito (*post-conflict Peacebuilding*) - prevê ações para o estabelecimento de acordos de paz. Atua sob vários aspectos sociais havendo presença de militares e policiais;

⁵⁸ Documentos da ONU, Reunindo um conjunto de acordos globais. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>> Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵⁹ O Capítulo VI da Carta das Nações Unidas em seu trigésimo terceiro artigo define: 1. As partes em uma controvérsia, que possam vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a organismos ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. 2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias.

⁶⁰ O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas em seu quadragésimo segundo artigo define: No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

- Imposição da Paz (*Peace-enforcement*) - permite o emprego da força e não é necessário consentimento para seu estabelecimento no país anfitrião, ação sob o Capítulo VII da Carta da Nações Unidas.

O documento “Uma agenda para a Paz” define como objetivo, em seu décimo quinto parágrafo, “*abordar as causas mais profundas do conflito: desespero econômico, injustiça social e opressão política*” (ONU, A/47/277- S/24111,1992, tradução nossa⁶¹). Se for considerado esse aspecto, é possível entender que o documento se propõe a adentrar em questões sociais profundas. A pergunta que se faz é: como? Como uma missão de paz, sendo ela de manutenção, consolidação, imposição ou atos de diplomacia poderia, com ou sem o uso da força, resolver convulsões sociais tão complexas?

O próprio SGNU Ghali fez *mea-culpa* assumindo erros nas missões de paz depois dos “eventos” catastróficos na Somália, em Ruanda e na ex-Iugoslávia. O secretário Geral reconheceu na publicação do documento “Suplemento para Uma Agenda para Paz” que “o cenário de atuação das missões e as tarefas a elas atribuídas tinham se tornado muito mais complexas, pois “*considerava que o CSNU e os Estados-membros também tinham seu quinhão de responsabilidade nos fracassos*” (UZIEL, 2015, p.75).

A inabilidade em lidar com mudanças mais profundas, dentro da própria estrutura do CSNU, fez com que a ONU alcançasse pouco sucesso nas reestruturações. O Relatório “Uma Agenda para Paz”, o “Suplemento de Uma Agenda para Paz” e demais mudanças ocorridas nesse ínterim, denominadas de “gerações de missões de paz”, refletem e destacam essas tentativas.

Em apenas aproximadamente 25 meses – na Somália, em Ruanda e na ex-Iugoslávia – as operações de manutenção da paz das Nações Unidas sofreram fiascos que pareciam invalidar os benefícios alcançados nos 39 anos desde Suez. A situação foi agravada por outros desempenhos duvidosos, como no Haiti e em Angola [...]. O SGNU atribuiu responsabilidade pelo ocorrido ao Conselho e a diversos governos por sua falta de vontade política, bem como ao próprio Secretariado, por seu engessamento burocrático (UZIEL, 2015, p. 75).

Diante desses acontecimentos, em 1997, a ONU, tendo como Secretário-Geral Kofi Annan (1997 - 2006), em meio ao desprestígio em torno das missões de paz, elaborou dois relatórios a pedido do CSNU, um a respeito da missão de paz ocorrida na ex-Iugoslávia, “*The*

⁶¹ Do original: “And in the largest sense, to address the deepest causes of conflict: economic despair, social injustice and political oppression” (ONU, A/47/277- S/24111,1992).

fall of Srebrenica” (ONU, A/54/549, 1999a), e outro sucedido em Ruanda “*The Report of the Independent Inquiry into the Actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda*” (ONU, S/1999/1257, 1999b).

Tais registros apontam, por assim dizer, uma incapacidade da ONU no sentido de atingir um equilíbrio entre as missões de paz tradicionais e as multidimensionais. Sendo as missões tradicionais pautadas no diálogo e a aplicação da força só em circunstâncias pontuais. Já nas missões multidimensionais, seria preciso um envolvimento muito maior em questões humanitárias decorrentes da degradação social causada, entre outros fatores, por conflitos étnicos, questões políticas e disputas entre milícias.

Um outro aspecto destacado nos relatórios foi a postura neutra que a ONU adotou diante dos conflitos avaliados, que provocaram todo tipo de violação de direitos humanos: genocídios, acirramento da miséria, violência sexual e grande deslocamento humano. Vale frisar que os desdobramentos dos conflitos ocorreram sem que a ONU fizesse nenhum tipo de intervenção. O que aprofundou ainda mais o descrédito das missões de paz que foram perpetradas (UZIEL, 2015, p.74; BIGATÃO, 2015, p. 39).

Em um segundo momento, tendo por base tudo que fora apresentado nos relatórios, Kofi Annan solicitou um novo documento minucioso (A/51/950, 1997) a respeito das operações de paz da ONU ocorridas na década de 1990. Assim, foram convocados especialistas para realizar análises e redigir suas conclusões relativas às atividades desenvolvidas pela ONU em torno da paz e da segurança.

Mediante as análises e posteriores conclusões, Annan esperava recomendações concretas e objetivas que deveriam ser seguidas pela ONU em futuras operações. Sendo assim, foi elaborado pelo “Painel sobre as Operações de Paz” um profundo estudo das operações de paz da ONU, que ficou conhecido como Relatório Brahimi (A/55/305 – S/2000/809), apresentado em 21 de agosto de 2000.

O referido estudo liderado por Lakhdar Brahimi, composto por um grupo de especialistas de várias nacionalidades, dentre os quais estavam nove autoridades com ênfase em questões humanitárias; o resultado do trabalho, ou seja, o Relatório, representou um marco em relação aos documentos produzidos, até então, pela ONU.

As recomendações do relatório de Brahimi formaram a base para a elaboração de novas diretrizes que seriam pautadas nas ações futuras das missões de operação de paz da ONU, a partir de 2000. É importante destacar que as novas diretrizes indicadas pelo relatório trouxeram análises mais aprofundadas do que apenas considerar a paz como ausência de guerra, no que tange à consolidação de paz.

O relatório de Brahimi trouxe recomendações pontuais que deveriam ser seguidas nas próximas missões de paz. Em resumo, estabeleceu que:

I) os mandatos devem ser claros, críveis e executáveis II) necessidade de estabelecer critérios mínimos para que uma “paz” seja sustentável e permita estabelecer uma missão; III) importância de contar com compromissos de contribuintes de tropas antes de autorizar missões; IV) os meios disponíveis (pessoal, armamento, equipamento) devem ser adequados para as tarefas determinadas; V) necessidade de informar o CSNU com base em dados objetivos e não em conveniências políticas. (UZIEL, 2015, p. 80-81).

As orientações que o Relatório trouxe deveriam ser conduzidas pelo Secretário Geral, no sentido de figurar como o responsável pelas providências a serem tomadas para que o CS decidisse se autorizava ou não uma missão de paz diante dos cinco quesitos citados acima. Nota-se que, mesmo com o processo de mudanças instalado, a ONU não propôs um sistema de alternância nos Estados-Membros Permanentes, ou seja, as reformas não chegaram ao Conselho de Segurança e o Relatório não fez menção a esse respeito. Os mesmos Estados-membros, desde 1945, continuam a decidir se uma missão será instaurada ou não.

Além das recomendações mais técnicas, o Relatório também definiu que as missões de paz devem oferecer ferramentas pós-conflitos para sociedades pacificadas, tais como: assistência eleitoral, desenvolvimento social, proteção humanitária, entre outros instrumentos que possam prestar apoio para solucionar problemas sociais anteriores e que desencadearam o conflito.

O relatório recomenda:

As operações de paz das Nações Unidas envolvem três atividades principais: prevenção de conflitos e estabelecimento da paz, manutenção da paz e consolidação da paz [...]. A consolidação da paz é uma categoria mais recente que se refere às atividades realizadas ao final do conflito para reestabelecer as bases para a paz e oferecer os instrumentos para construir sobre ela algo mais que a mera ausência de guerra. Para tal, a consolidação da paz inclui, entre outras coisas, a reincorporação dos ex-combatentes à sociedade civil, o fortalecimento do império da lei (por exemplo, mediante o treinamento e a reestruturação da polícia local e de reformas dos setores judiciário e penal); o fortalecimento do respeito aos direitos humanos mediante a vigilância, educação e investigação dos abusos passados e presentes; a prestação de assistência técnica para o desenvolvimento democrático (incluindo a assistência eleitoral e o apoio à liberdade de imprensa); e a promoção do emprego de técnicas de solução de conflito e reconciliação (RELATÓRIO BRAHIMI, 2000, s. p.).

Um ponto a ser destacado é o fato do Relatório não fazer menção clara quanto ao uso da força contida no Capítulo VII da Carta. Contudo, recomenda que haja preparo para executar profissionalmente a missão e ser apta para autodefesa e defesa dos outros componentes. O documento mantém os mesmos princípios das missões de paz estabelecidos desde o início: consentimento das partes, imparcialidade e uso da força somente em situação de autodefesa, sem que isso interfira em sua imparcialidade. Todavia, segundo o Relatório, nos conflitos intraestatais devem ser considerados, bem como deve prevalecer uma flexibilização para que sejam alcançados os objetivos já estabelecidos no terreno.

Destarte, após o Relatório de Brahimi, a ONU passou a adotar um caráter multidimensional quanto às missões de paz. Assim, a MINUSTAH foi instaurada seguindo todas as recomendações trazidas nesse documento e esteve sob o comando do exército brasileiro até sua finalização oficial, em 15 de outubro de 2017, pela resolução S/RES/2350 (2017).

3.2 OS INTERESSES DO BRASIL EM COMANDAR A MINUSTAH

A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH⁶², solicitada pela Resolução S/RES/1529 (2004), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 29 de fevereiro 2004, demanda do Secretário Geral, foi estabelecida pela Resolução 1542 do CS em 30 de abril de 2004, para atuar por um período inicial de seis meses, com a previsão de ser prorrogada por mais nove períodos. Sua instauração aconteceu em 1º de junho de 2004, sob os auspícios do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas a partir da qual o uso da força é permitido.

A missão esteve sempre sob o comando militar brasileiro⁶³ apesar da diplomacia brasileira ter, como tradição, o critério de não participação em missões que estejam sob a

⁶² Sigla em francês: Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti.

⁶³ A MINUSTAH foi, inicialmente, composta por um contingente de civis e militares que contavam com “um efetivo de 6.700 militares, 1.622 policiais, 548 civis e 154 voluntários da ONU, e 995 locais contratados” (UN, S/RES/1542,2004) (AGUIAR, 2014). Sendo os países que participaram com o envio de tropas militares: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, França, Guatemala, Japão, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Coreia do Sul, Sri Lanka e Uruguai. Os países que contribuíram com o envio de civis foram: Argentina, Bangladesh, Benin, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Canadá, Central Africano, Chade, Chile, China, Colômbia, Costa do Marfim, Croácia, Egito, El Salvador, França, Guiné, Índia, Indonésia, Jamaica, Jordânia, Quirguistão, Madagascar, Mali, Nepal, Níger, Nigéria, Noruega, Paquistão, Filipinas, Romênia, Rússia, Ruanda, Senegal, Sérvia, Serra Leoa, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Tailândia, Togo, Turquia,

égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, pois se coloca em desacordo com a quebra dos princípios de soberania e da não-intervenção. No tocante à MINUSTAH, o Brasil justificou sua participação por entender ser necessário seguir o princípio da não-indiferença e garantir a solidariedade entre os países com os quais se relaciona. Ocorre que muito foi questionado acerca do porquê do aceite do Brasil para comandar a MINUSTAH. As suposições foram muitas: assento permanente no Conselho de Segurança da Nações Unidas; aumentar a sua participação em temas internacionais relevantes, principalmente na região.

Vale salientar que ao menos uma certeza foi caracterizada com o fim da missão: o acento em cadeira permanente na ONU passou bem longe do Brasil. Para Sergio Aguilar (2014), essa nova postura do Brasil de seguir o princípio da não indiferença, vai além do interesse em conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança como, em geral, é tratado, mas sim atingir uma posição mais ativa nos assuntos internacionais, obtendo posições que privilegiem interesses próprios, nacionais “todavia, em certo sentido, trata-se de uma postura muito mais reativa à perspectiva norte-americana do que uma ótica proativa brasileira” (PASSOS, 2015, p. 239).

O que se observa é que o Brasil mostrou posicionamentos distintos na ONU relacionados com o Haiti em ocasiões muito parecidas referentes às missões militarizadas sob o Capítulo VII. Em 1991, o Ministério das Relações Exteriores⁶⁴ do Brasil manifestou repúdio aos acontecimentos antidemocráticos no Haiti. Entretanto, deixou claro sua postura contrária à intervenção por não condescender com o uso de força para resolver a situações internas.

Nesse sentido, o posicionamento do Brasil, entre 1993 e 1994, quando o Conselho de Segurança promoveu votação para Resoluções destinadas às intervenções no Haiti, foi de abstenção. Segundo Eduardo Uziel:

Em suas explicações de voto [entre 1993 e 1994], o Brasil repetidamente reiterou o interesse em resolver a crise haitiana e a legitimidade do Conselho para atuar, mas expôs uma forte objeção ao que via como intervencionismo. Em especial, questionou a autorização para o uso da força, em um país das Américas, com base no Capítulo VII da Carta [...] No conjunto, os questionamentos brasileiros delineiam um contexto em que os EUA, em momento de influência particularmente forte, desenharam limites muito estreitos para a negociação, deixando de lado as preocupações brasileiras e de outros latino-americanos. O Brasil optou por conspicuamente sinalizar

Estados Unidos, Uruguai e Iêmen. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah>>. Acesso: 07 set. 2018.

⁶⁴ Portal do Itamaraty. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/resenhas> > Acesso 18 set. 2018.

que seu ponto ideal estava fora do espaço delineado pelas preferências dos EUA e aceito pelos demais membros do CSNU (UZIEL, 2013, s. p.).

Nota-se que em tal momento o Brasil se posicionou contra a postura hegemônica estadunidense e foi cauteloso acerca da intervenção militar em um país latino-americano. Nesse sentido, o Brasil se colocou em defesa da utilização dos meios diplomáticos para o regresso do presidente Aristides se valendo da tradição jurídica da região. A postura mostrou prudência, pois estava em jogo naquele momento um novo processo de intervenção militar para a solução da crise doméstica. A decisão do Brasil, em 1994, seguiu os princípios da não intervenção.

Em 2004, novamente o presidente Aristide saiu do Haiti por motivos controversos⁶⁵ deixando uma vagância no poder, o que aprofundou mais a vulnerabilidade da sociedade haitiana. Com feito, a postura do Brasil não é apenas diferente da que se deu em 1993/1994, é totalmente oposta. Dez anos depois, o Brasil passou de país contrário à intervenção militarizada com permissão de uso de força a comandante de uma delas, no mesmo país em situações bastante similares. O que provocou ainda mais indagações foi o fato de que Celso Amorim era, nas duas ocasiões, ministro das relações exteriores.

Se for levado em conta a tradição dos princípios de defesa da democracia na política externa brasileira, em 1994 e em 2004, é seguro dizer que, em 1994, a democracia no Haiti sofria mais riscos do que em 2004. Afinal, em 1994, como já tratamos, o presidente Aristide foi deposto por um golpe militar, enquanto que em 2004 alegou-se que o presidente optou por “sair” do país com a ajuda dos estados Unidos em razão das violentas manifestações populares. O certo é que as motivações que levaram o Brasil a liderar a missão estão envoltas, mesmo após o fim da MINUSTAH, em muitos questionamentos.

Por outro lado, é possível considerar que o Brasil foi um protagonista na região latino-americana como novo líder em missão militar corroborando com a hegemonia estadunidense em relação ao Caribe, mais precisamente quanto ao Haiti. Outro questionamento recorrente foi se o Brasil incorporou o papel de subimperialista por meio da MINUSTAH. O conceito subimperialista foi empenhado por Ruy Mauro Marini na obra *Subdesarrollo y Revolucion*, em 1971, e possibilitou um olhar crítico em relação à tomada de decisão do Brasil, pois, ao comandar uma missão militarizada em um país dentro da região latino-americana, o Brasil

⁶⁵ O presidente Aristide alegou ter sido sequestrado pelos Estados Unidos e obrigado a se retirar do país sob ameaças. Afirmava Aristide que, naquele momento, estava acontecendo um golpe contra o Estado haitiano.

estaria a mitigar e reproduzir o comportamento das economias capitalistas centrais, principalmente a estadunidense em relação ao Haiti.

Sabe-se que a MINUSTAH é parte de um conjunto de iniciativas que visam promover o interesse nacional com o objetivo de criar oportunidades de negócios para o comércio exterior brasileiro, valendo-se futuramente do Haiti como uma plataforma facilitadora de exportações para os mercados da América Central, Caribe e da América do Norte. Embora tal perspectiva não seja explicitamente assumida no discurso diplomático (PASSOS, 2015, p. 258).

Diante dessas colocações, cabe relacionar, também, a globalização que causa interferência nas economias fortalecendo as disparidades entre um país periférico e central que propicia as dominações econômicas. De acordo com Martins e Valencia (2004), a globalização para Ruy Marini, representaria uma justaposição a uma dominação que já existia. Amplia-se e aplica-se a esse contexto uma dupla dominação, ou seja, os Estados Unidos terceirizam a dominação usual na América Latina. Em outras palavras, o Brasil considerado um país periférico estaria sendo usado para dominar um país epiperiférico⁶⁶ por motivos econômicos.

Assim, a dependência do capital estrangeiro, do qual Ruy Marini trata, se torna um paradigma para o desenvolvimento do Brasil que passou a conformar a estrutura produtiva nacional, cada vez mais, em função do mercado externo gerando também limitação das decisões e ações autônomas políticas que passam a se definir em razão dos interesses dos Estados Unidos. É possível observar que essa perspectiva a respeito da dependência pareceu influir e orquestrar o comportamento/atuação brasileiro em suas relações internacionais e sua política externa.

Nesse ponto, é necessário entender de que forma a MINUSTAH se insere nessas questões econômicas entre países centrais, periféricos e epiperiférico. Mas como?

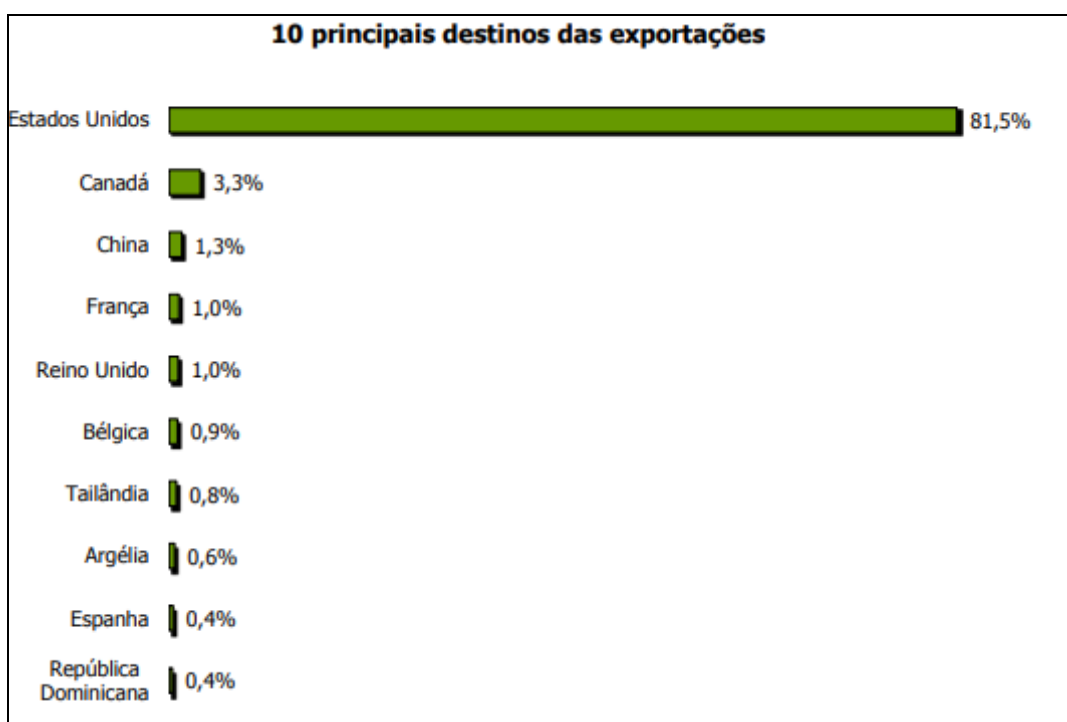
Para responder tal pergunta, é preciso explicar a lei HOPE e HOPE II, que fazem referência a um acordo firmado entre os Estados Unidos e o Haiti, no qual o governo haitiano abriu mão da cobrança de taxas alfandegárias das mercadorias produzidas pelas empresas do segmento têxtil instaladas no território haitiano - maquiladoras. Dessa maneira, os produtos, principalmente de vestuários, que são produzidos e exportados para os Estados Unidos,

⁶⁶ Epiperiférico é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Franck Seguy em sua tese de doutorado **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**, em 2014, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Referência completa ao final.

deixam de ter o controle do Estado haitiano, isso também se refere aos produtos norte-americanos que entram no Haiti.

Segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores - MRE, Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR, Divisão de Inteligência Comercial – DIC, em novembro de 2015, os Estados Unidos era de longe o maior importador do Haiti, conforme os dados na figura abaixo:

Figura 13 – Os 10 principais destinos das exportações do Haiti



Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Novembro, 2015.

O Haiti se encontra, por consequência da lei HOPE, completamente vulnerável economicamente quanto aos Estados Unidos, não interferindo nem mesmo nos preços das mercadorias que são comercializadas no próprio país. Nesse sentido, a Lei HOPE reflete as relações capitalistas de um país central para com um país periférico. Nela, há regras estabelecidas por lei que permitem e protegem esse tipo de relação proveitosa.

Além dessas vantagens, por meio da Lei HOPE - isenção de impostos, força de trabalho qualificada e de baixo valor -, a instalação de empresas no território haitiano mostrava-se sedutora também dada sua proximidade geográfica com os Estados Unidos e os grandes mercados.

Seguy (2014b) retrata o que tem ocorrido no Haiti dada essa condição:

O Haiti é a nova colônia dos Estados Unidos, com sua produção destinada somente àquele mercado e com forte presença norte-americana em solo haitiano através da figura do ex-presidente Bill Clinton. Somente parte da produção fica no Haiti, que não se constitui como mercado consumidor relevante. No projeto de criação de 42 zonas francas, as leis haitianas não têm validade, somente o salário mínimo local é válido, cujo valor é de US\$ 4 ao dia. Para as zonas francas, as terras dos camponeses haitianos são expropriadas, e eles se tornam mão de obra barata. A mais nova zona franca fica na região de Caracol. O projeto é de que se construa 42 zonas com a possibilidade de se empregar 75 mil trabalhadores até 2020. Não há, porém, nenhuma garantia de que esse número de pessoas será respeitado (SEGUY, s. p. 2014b).

Força de trabalho a salários baixíssimos e isenção de impostos. Eis uma combinação perfeita para os investidores do mundo todo, e não foi diferente para o Brasil. Com o intuito de demonstrar como estão se dando essas relações entre Haiti, Brasil e Estados Unidos o trecho da matéria – Indústria Têxtil e do Vestuário - Textile Industry – Ano IX, comentada é bastante ilustrativo:

O Brasil pretende concluir neste primeiro semestre [2010] dois acordos para isentar de tarifa de importação o ingresso da futura produção do Haiti. [...] O ministro das Relações Exteriores do Brasil propôs um acordo com os Estados Unidos para flexibilizar as exportações de produtos fabricados no Haiti, como forma de incentivar os investimentos estrangeiros e a reconstrução do país destruído por um terremoto. [...] Segundo o governo brasileiro, o objetivo é discutir com os EUA a concessão do tratamento livre de tarifas e cotas (duty free quota free) para mercadorias produzidas no Haiti. Pelo mecanismo, os produtos feitos no Haiti por empresas brasileiras poderiam ser exportados para os EUA com maior flexibilidade. [...] O Brasil aplicaria, então, a reciprocidade, liberando a entrada no território nacional de mercadorias feitas por companhias norte-americanas no país da América Central. [...] O ministro das relações exteriores do Brasil contou que há várias companhias brasileiras interessadas em investir no Haiti, principalmente do setor têxtil, para a produção de confecções - tanto que já conversou com o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA E TECNOLOGIA INOVADORAS, 2010, s. p.).

Entretanto, há resistência no tocante à superexploração da força de trabalho haitiana por parte dos sindicatos quando alegam que a MINUSTAH está no Haiti não para promover o restabelecimento do país, mas para mantê-lo nas mesmas condições, reprimindo possíveis manifestações. Essa é a resposta para a pergunta acerca de como a MINUSTAH se insere nas questões econômicas entre os países centrais, periféricos e epiperiféricos. Uma ferramenta que mantém o *status quo* do Haiti.

Em entrevista concedida ao Sindicato dos Comerciários de Passo Fundo e Região, o haitiano sindicalista Didier Dominique, representante de batay ouvriyé (luta operária), ao ser inquirido sobre as lutas dos operários no Haiti, respondeu:

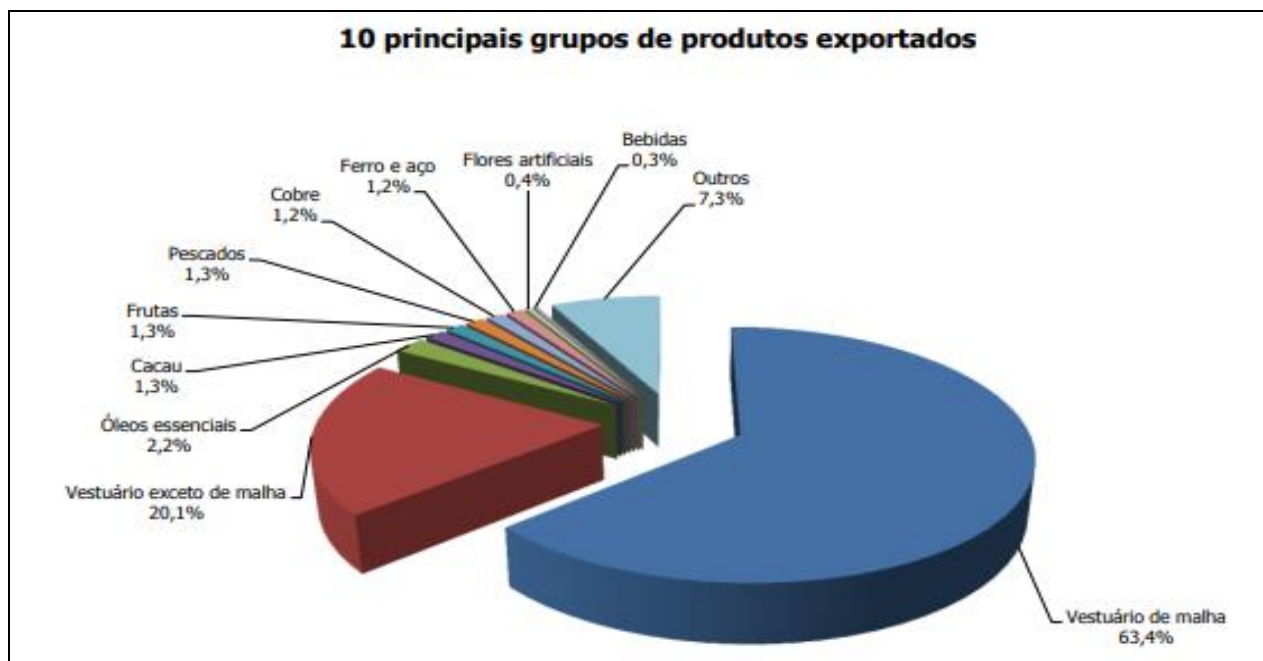
Um instituto de pesquisas, há oito anos, determinou que o gasto mínimo de uma família era de 1.100 gourdes por dia. Para que vocês tenham uma ideia, 62 gourdes valem um dólar. Hoje, o salário mínimo diário deveria ser de 500 gourdes. Mas era de 300 gourdes até o início desse ano. Houve uma luta forte dos operários por um salário mínimo de 800 gourdes. Cada dia do mês de julho os operários saíam às ruas, Batay Ouvriyé esteve junto nessa luta. Mas a repressão foi muito dura, pela polícia nacional com respaldo da Minustah. A polícia atacou com fuzis e tanques. Eles entravam nas casas, batendo atrás dos manifestantes. Foi uma repressão brutal. (DOMINIQUE, 2017, s. p.).

Abracando a visão de Gramsci, é possível compreender que a repressão feita contra as manifestações dos trabalhadores haitianos, além de impedi-los de alcançar o mínimo de direitos salariais para a manutenção de vida material, também os privava de fortalecer a própria consciência política e a não superação da consciência neoliberal que fora imposta. Ao ser considerado que os salários dependem do nível de organização dos trabalhadores, vê-se que no Haiti há um impedimento para que isso ocorra.

A respeito desse assunto, Seguy (2014) argumenta que a MINUSTAH, desde sua instauração, foi uma ferramenta de coerção contra a classe trabalhadora, bem como a formação do contingente militar vindo de países do capitalismo periféricos denota que, mesmo a repressão no Haiti foi terceirizada já que o país não conta com um exército próprio. Reforça-se, assim, o caráter duplamente periférico do Haiti. Lembrando que todas as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU referentes ao país durante os três anos da missão, estiveram sob o Capítulo VII da Carta da Nações Unidas, que permite o uso da força.

Por outro lado, existia a vinculação do vice-presidente de Lula, José Alencar, com a Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), de sua propriedade, que se fundiu com a Springs indústria norte-americana dando origem a Springs Global. Essa fusão tornou a Springs Global a maior empresa de cama, mesa e banho do mundo.

Figura 14 - Os 10 principais grupos de produtos exportados



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, novembro, 2015.

A figura mostra o quanto foi importante para a COTEMINAS que o Brasil estivesse em um momento de grande importância e confiabilidade ao ser comandante da MINUSTAH. O interesse das empresas brasileiras de se instalar em solo haitiano ficou claro:

[...] empresas brasileiras enxergam oportunidades e começam a aproveitar a posição estratégica do Brasil como líder da Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Duas gigantes estão prestes a se instalar no país: a Coteminas quer utilizar o Haiti como plataforma de exportação de confecção para os Estados Unidos [...] o Haiti tem vantagens importantes para oferecer para uma empresa têxtil: proximidade e acesso diferenciado ao maior mercado do mundo, os EUA, e mão de obra barata. Uma costureira na capital Porto Príncipe recebe US\$ 0,50 por hora. É uma remuneração inferior aos US\$ 3,27 pagos no Brasil e muito abaixo dos US\$ 16,92 dos EUA, conforme a consultoria Werner. O valor é inferior até aos US\$ 0,85 pagos no litoral da China e perde apenas para os US\$ 0,46 do Vietnã e os US\$ 0,28 de Bangladesh (LANDIM, 2008, s. p.).

Documentos referentes ao Brasil no WikiLeaks, publicados pela Pública (2011)⁶⁷, trazem à tona os interesses das empresas brasileiras em se beneficiar da lei HOPE,

⁶⁷ Disponível em: <https://apublica.org/2011/07/wikileaks-eua-atuaram-contra-aumento-de-minimo-no-haiti-para-5-dolares/> Acesso em: 07 out. 2018.

aproveitando-se dos salários miseráveis pagos pelas indústrias têxteis no Haiti, uns dos mais baixos do mundo. Essas empresas estariam fazendo lobby com o intuito de integrar às vantagens oferecidas e de quebra exportar sem impostos para os EUA.

Outra conjectura bastante explorada, à época, sobre os motivos para o aceite do Brasil em comandar a missão, foi a oportunidade de o exército brasileiro fazer treinamento no Haiti para futuras ocupações nas favelas do Rio de Janeiro⁶⁸. Muito se usou a palavra laboratório para definir essa conduta, pois várias práticas militares e equipamentos estariam sendo testadas nas favelas haitianas, o que resultaria em uma experiência concreta para os soldados brasileiros. Segundo o que coronel Cláudio Barroso Magno Filho, comandante das tropas brasileiras no Haiti, declarou em 2007: “Tudo o que fizemos aqui [Haiti] foi planejado para lá [Rio de Janeiro]” (AMARAL & VIANA, 2011).

É preciso destacar a intensificação de vendas de armas leves “entre 2005 e 2014, as exportações para o Haiti [...] teriam alcançado a cifra de US\$ 18 milhões. Segundo dados da Norwegian Initiative on Small Arms Transfers, a partir de 2012 o Brasil se tornou o maior exportador desse tipo de armamento para o país, superando até mesmo os EUA” (FINAZZI, 2017, s. p.).

Ricardo Seitenfus (2010, s. p.) conclui que “*todos querem fazer do Haiti um país capitalista, uma plataforma perfeita de exploração para o mercado americano, isso é, um absurdo*”.

Cabe ressaltar que não é objetivo desse trabalho promover um aprofundamento a respeito das motivações da participação do Brasil na missão. Todavia, fez-se necessário trazer algumas observações sobre o assunto. Passamos agora a tratar dos objetivos da MINUSTAH a partir de três eixos de atuação.

⁶⁸ O que de fato aconteceu, em 16 de fevereiro de 2018, foi o Rio de Janeiro receber a intervenção militar e a MINUSTAH ser frequentemente usada como um exemplo pela a cúpula militar das Forças Armadas Brasileiras.

3.3 OS TRÊS PILARES DA MISSÃO: REESTABELECIMENTO DA SEGURANÇA INTERNA, RESTRUTURAÇÃO POLÍTICA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - 2004

3.3.1 Reestabelecimento da segurança interna

Conforme Sergio Aguilar (2014), o eixo da segurança se mostrou como o principal problema a ser resolvido no Haiti. Seguindo esse ponto de vista, nota-se que a Polícia Nacional do Haiti se encontrava, naquele período, totalmente desfalcada de pessoal qualificado e estava influenciada pelo ambiente político com a saída de Aristide. Outro fator trazido por Aguilar (2014), foi o número insignificante da força policial, cerca de 3.000 homens, para confrontar gangues e milícias armadas que controlavam as maiores cidades do país. De fato, a restauração da Polícia Nacional do Haiti, para garantir um meio seguro e estável, era imprescindível naquele momento. Sendo assim, o que foi proposto à época no tocante à segurança:

a) Garantir apoio ao Governo de Transição, garantir um ambiente segurança e ambiente estável no qual o processo constitucional e política possa ser realizado no Haiti; b) Apoiar o Governo de transição na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana, de acordo com os padrões democrático de policiamento, incluindo verificar os antecedentes dos seus membros e certificação do seu pessoal, aconselhamento sobre a sua reorganização e treinamento, em particular treinamento em questões de gênero, e a supervisão e treinamento de membros da Polícia Nacional do Haiti e ao prever a acompanhamento e orientação de policiais; c) Apoiar o Governo de transição, particularmente a Polícia Nacional Haiti, para implementar o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração abrangente e sustentável para todos os grupos armados, incluindo mulheres e crianças associados a tais grupos, bem como medidas controle de armas e segurança pública; d) Auxiliar na restauração e manutenção do Estado de direito, a segurança da ordem pública no Haiti, nomeadamente através do apoio operacional pela Polícia Nacional do Haiti e da Guarda Costeira do Haiti, e a reforço do nível institucional, em particular através da reconstrução do sistema prisão; e) Proteger o pessoal, as instalações e equipamentos de ONU e garantir a segurança e a liberdade de circulação do pessoal Nações Unidas, desde que seja os usos governo de transição a principal responsabilidade a este respeito; f) Proteger os civis contra a ameaça iminente de violência física, dentro das suas possibilidades e áreas de desdobramento, sempre juízo das responsabilidades do Governo de transição e a as autoridades policiais (RESOLUÇÃO 1542/2004).

3.3.2 Reestruturação política

Em relação ao segundo eixo, a restauração democrática que se refere ao curso político, ou seja, à efetivação das eleições para a consolidação do processo político constitucional no Haiti, a MINUSTAH teria como meta amparar o restabelecimento da autoridade governamental, para a reconciliação nacional, visando aos princípios democráticos alcançando um processo político eleitoral estável. Para tanto, a missão teria que:

- a) Apoiar o processo constitucional e política no Haiti, inclusive por meio de bons ofícios, e os princípios de acolhimento de governança democrática e desenvolvimento institucional; b) Apoiar o Governo de transição em seus esforços para o diálogo e a reconciliação no país; c) Ajudar o governo de transição para organizar, monitorar e manter eleições mais rápido municipais, parlamentares e presidenciais livres e regular, em particular fornecendo técnico, logístico e administrativa, garantindo a manutenção da segurança e pressionando como caso o processo eleitoral com a participação de eleitores representativa de toda a população, incluindo mulheres; d) Ajudar o governo de transição para restaurar a autoridade do Estado em todo o Haiti e apoiar a boa governação local (RESOLUÇÃO 1542, 2004).

3.3.3 Proteção e promoção dos direitos humanos

Para obter êxito no tocante aos direitos humanos, terceiro eixo, e na contenção da violência que se alastrava naquele momento no Haiti, foi ressaltada a emergência no sentido de estabelecer a Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Sendo assim, foi abordada também a importância de uma reforma do judiciário do Haiti, que criasse um sistema judicial e penal independente, capaz de resguardar os direitos humanos e, de modo semelhante, buscasse:

- a) apoiar o Governo de Transição do Haiti, bem como as instituições e grupos de direitos humanos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos, especialmente de mulheres e crianças, a fim de garantir a responsabilidade individual por abusos de direitos humanos e a reparação às vítimas (RESOLUÇÃO 1542, 2004b).

A missão tinha, paralelamente, outras funções previstas em seu mandato como apoio ao desenvolvimento de infraestrutura nas áreas de engenharia: pavimentação, habitação e saneamento.

3.4 DAS EFETIVAÇÕES DOS TRÊS PILARES DA MINUSTAH – 2017

Após o término da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH -, em outubro de 2017, coube a tarefa de construir uma reflexão sobre os 13 anos em que a missão esteve empenhada em promover⁶⁹: um ambiente seguro e estável, o restabelecimento do processo político e assegurar os direitos humanos em uma população imersa em grave convulsão social, consequência de uma complexa conjuntura política e crônica crise econômica.

Nesse ponto, é oportuno salientar a dificuldade que há em alcançar uma exata conclusão a respeito da efetividade da missão em todos os objetivos inclusos no mandato. Essa dificuldade se figura principalmente porque a implementação da MINUSTAH esteve envolta em questões relacionadas com uma série de segmentos econômicos, políticos e diplomáticos. Descortinou muitos interesses incutidos em todos eles. Por outro lado, documentos oficiais e não oficiais atrelados à suposta conclusão sobre os bons ou maus fazeres da missão estão cheios de imparcialidades, o que impossibilita uma dedução precisa por parte do pesquisador. Por isso, alguns acontecimentos e declarações foram descritos aqui sem a pretensão de chegar à conclusão analítica exata dos resultados da missão, mas sim, dar pistas relevantes para a reflexão sobre o papel que foi desempenhado no Haiti.

3.4.1 Reestabelecimento da segurança interna

Em 2004, o principal desafio enfrentado pela MINUSTAH, em relação ao eixo segurança interna, era o enfrentamento das gangues compostas por ex-militares rebeldes e opositores políticos que formavam facções com variadas ambições, entre elas: poder político de apoiadores e não apoiadores de Aristides, comando de tráfico de drogas e tentativas pelo reestabelecimento do exército como governo. Reginaldo Nasser e João F. Finazzi (2018) definem como esses grupos se organizam e como se articulam em meio a população, em todas as camadas sociais.

⁶⁹ O Artigo 7º da Resolução 1529, 2004b.

Estes grupos heterogêneos, assim como em parte as polícias, se articulam em grande medida ao redor de programas nacionais e internacionais de ajuda socioeconômica. São pouco armados e organizados e podem exercer, ao mesmo tempo, funções como de provimento de assistência social nos bairros pobres; defesa contra a violência de outras “gangues” ou de milícias; bases partidárias e militantes; ascensão socioeconômica para seus membros; e forças de achaque contratadas para se contrapor a adversários políticos ou econômicos. [...] estes grupos muitas vezes se vinculam a políticos que concentram poder, dinheiro, influência em governos e domínio de territórios (NASSER & FINAZZI, 2018, s. p.).

Tais grupos disputavam o poder entre si e, também, confrontavam com a Polícia Nacional Haitiana.

Os confrontos deflagravam o uso de violência contra a população, tanto por parte da Polícia Nacional Haitiana, quanto dos militares da MINUSTAH. Relatos feitos pela população eram frequentes nos anos de 2004, 2005 e 2006, período com mais constância de inserções militares nas principais favelas de Porto Príncipe. Nesse período, pessoas eram submetidas a interrogatórios e torturadas para obtenção de delações.

Os próprios militares da MINUSTAH assumiram que cometeram excessos nos interrogatórios ocorridos no distrito de Bel-Air. Esses interrogatórios “teriam acontecido no interior de casas durante operações militares em regiões em que os rebeldes atuavam ou em bases militares. O suspeito era agredido [torturado] até revelar as informações questionadas pelos militares” (KAWAGUTI, 2006, p. 173).

Cabe salientar que uma parcela da Polícia Nacional Haitiana estava envolvida com as gangues, era corrupta e cometia abusos contra à população, o que despertava medo e desconfiança entre os civis. O Centro de Justiça Global, em seu relatório de 2005, fez críticas à MINUSTAH a esse respeito:

Apesar do recital de tarefas atribuídas à MINUSTAH, ela fez muito pouco em termos de reforma da polícia. Muito pelo contrário, os esforços mais visíveis da MINUSTAH envolveram o fornecimento de apoio logístico para operações da polícia que [...] estão implicadas em abusos de direitos humanos tais como prisões e detenções arbitrárias e assassinatos extrajudiciais. Faz-se mister notar neste contexto que o papel da MINUSTAH com relação à PNH não é meramente o de fornecer apoio, como oficiais da MINUSTAH proclamam na imprensa (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005, p. 13).

Os anos de 2004 e 2005 foram marcados por violência por parte da PNH, que contou com a cobertura MINUSTAH levando terror para as favelas de Porto Príncipe (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005).

A ONU se encontrava nesse período com uma missão e dois protocolos conflitantes a serem seguidos: os militares da MINUSTAH teriam que dar suporte para a PNH e, também, tinham que defender os civis mesmo que, para isso, fosse necessário abrir fogo. Entretanto, quando a própria PNH se colocava contra a população não havia protocolo a ser seguido pelos capacetes azuis (KWAGUTI, 2006), o que resultou em muitas críticas.

Por isso, a MINUSTAH implementou uma reforma gradual na PNH, a partir de 2006, quando estabeleceu um padrão mais rígido que deveria ser seguido por policiais haitianos. Passaram a ser afastados os policiais com envolvimento em atos ilícitos, exigiu-se que todos fizessem cursos de capacitação em Direitos Humanos oferecidos pela missão. Ademais, ocorreu um significativo aumento na contratação de novos policiais.

Por outro lado, a Polícia Nacional Haitiana, entre os anos 2005 e 2006, só conseguia combater as manifestações de violência vindas de gangues, entre elas, os Lavalas e os *Chimères* escoltados por blindados brasileiros. Segundo Gen. Div. André Luís Novaes Miranda, para conter a violência praticada por essas forças adversas - grupos armados -, foi necessário o uso da força para a proteção da população civil e do próprio contingente militar. (MIRANDA, 2017, p. 53).

Em Cité Soleil, no dia 19 de outubro de 2006, moradores relataram que muitos deles foram atingidos por balas de fuzis, inclusive mulheres e crianças. O porta-voz das tropas brasileiras, o Coronel Neuzivaldo dos Anjos, em entrevista para a BBC Brasil declarou, em 2006, que aconteceram trocas de tiros e "*não dava para identificar de onde os tiros estavam vindo [...] Quando os soldados identificaram a direção da origem dos tiros, eles responderam prontamente [...] "Nós não vimos quem estava atirando. Não vimos corpos depois do confronto"* (WELLBAUM, 2006, s. p.). O Coronel alega que não era possível saber quantas pessoas foram mortas.

O Gen. Miranda (2017) lembra que, com o passar do tempo, não era mais necessário o uso de força intensiva nas operações, pois as forças adversas fugiam do enfrentamento. O programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, colaborou para que isso fosse possível. O programa, DDR, fez com que, em 2006, líderes *chimères* aceitassem "*entregar as armas em troca de comida e emprego, [...] motivação que parece muito distante de um verdadeiro espírito criminoso*" (SUTTER, 2010, p. 947).

Corroborando com a citação acima, Reginaldo Nasser e João F. Finazzi (2018) entendem que a MINUSTAH não conseguiu extinguir as gangues urbanas vinculadas à política partidária de Aristide, o que conseguiu foi mudar seu *modus operandi*, sua distribuição espacial e a lealdade dessas gangues, ocasionando a sua desestabilização. A

contenção das gangues permitiu que a missão empenhasse ações sociais e ajuda humanitária nas favelas para ganhar a confiança da população. Alguns passaram a recorrer em graus variados aos programas sociais. A contenção das forças adversas foi uma etapa considerada concluída pela missão.

Dados fornecidos pelo Cel. Marcos Vinício Mendonça trazem um cronograma das etapas das ações concluídas pelos capacetes azuis na pacificação de Porto Príncipe:

A pacificação da grande Porto Príncipe pode ser metodizada em cinco fases distintas, às vezes sobrepostas: 1ª Fase (2005): pacificação de Bel Air (3º CONTBRAS); 2ª Fase (2006): pacificação de Cité Militaire (5º CONTBRAS); 3ª Fase (de 2007 a 2014): pacificação de Cité Soleil (6º ao 22º CONTBRAS); 4ª Fase (de 2007 a 2010): manutenção da estabilidade e segurança na área do CONTBRAS e sufocação de gangues na área de responsabilidade do BRABATT. 5ª Fase (de 2010 a 2014): reconstrução do ambiente de segurança deteriorado pelo terremoto (2010), com foco em Cité Soleil (MENDONÇA, 2017, p. 58).

Entre a alta patente do exército brasileiro são unânimes as declarações de que a missão foi um sucesso por ter atingido vários objetivos, entre eles, o alcance da pacificação que proporcionou melhora na vida da população haitiana que, com a MINUSTAH, conquistou uma rotina mais tranquila.

Essa percepção já era manifestada em 2009 pela MINUSTAH, mas o Terremoto de 2010 desencadeou uma nova crise humanitária. O que pode ser constatado nas declarações de Gen. Div. (R1) Floriano Peixoto Vieira Neto:

O Haiti, até o dia 12 de janeiro daquele ano, era um país que registrava o exemplo mais bem-sucedido de uma operação de estabilização da ONU. Na realidade, o país estava pronto para seguir adiante, de forma autossustentável, e alguns indicadores dão conta dessa realidade: situação de segurança completamente estabilizada; desmantelamento de todas as gangues; profissionalização e crescimento da PNH; manutenção do controle da segurança em todo o país; funcionamento das instituições nacionais; aumento da credibilidade internacional; processo eleitoral em curso normal; e situação de direitos humanos sob controle absoluto, entre outros. Projetando-se a Resolução expedida em outubro de 2009 [Resolução 1892 (2009)] na situação do país. Em janeiro de 2010, era possível identificar que as tarefas atribuídas aos componentes da MINUSTAH estavam em sua maioria consolidadas (NETO, 2017, p. 20).

No dia seguinte ao terremoto, a pergunta do antropólogo Omar Ribeiro Thomaz (2010, p. 26) era: “*afinal onde está a MINUSTAH?*”. O relato⁷⁰ do antropólogo no momento do sismo e nos dias que seguiram é impactante. A conclusão foi que a “*ONU ajudava a ONU, os haitianos ajudam os haitianos*” (THOMAZ, 2010, p. 26). Para Thomaz (2010), nos quatro dias posteriores ao terremoto, a população não recebeu ajuda nem da ONU, nem da comunidade internacional. Com efeito, rápido foram os estadunidenses, pois, “*descartando a hipótese de que os Estados Unidos tenham provocado o terremoto, o certo é que poucas horas depois do desastre já estava em solo haitiano a dramaticamente célebre 82ª Divisão Aerotransportada*” (CECEÑA, 2010, p. 92).

No decorrer dos meses seguintes, a Companhia de Engenharia brasileira realizou variadas ações de apoio à haitiana, humanitárias e de socorro à população a posteriori. Entre elas diversas obras como: destruição de explosivos (mais de 3 mil kg); limpeza de valas (mais de 20 mil metros); perfuração de poços (64 unidades); produção de asfalto (mais de 24 mil m³) e remoção de escombros/entulho (mais de 24 mil m³) (MENDONÇA, 2017, p. 63). Soldados da MINUSTAH estiveram envolvidos em vários projetos de ajuda física no Haiti com a parceria da UNPD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), como a gestão da bacia hidrográfica que empregou 7500 haitianos (KAMINSKI, 2011, p. 115).

Destarte, segundo Gen. Neto (2017), em 2017, o Haiti já havia retornado à condição de normalidade dentro dos requisitos do mandato da MINUSTAH, ou seja, profissionalização da PNH e funcionamento das instituições nacionais, públicas e privadas. E a segurança já havia se restabelecida.

Ao fim da MINUSTAH, em outubro de 2017, foi celebrado o sucesso da missão entre a alta cúpula do exército brasileiro que compôs a missão. As declarações salientam as dificuldades enfrentadas no início da missão e depois do terremoto, mas que, ao sair do Haiti, o país se mostrava dentro dos padrões de normalidade. Foi ressaltado que participação do Brasil na liderança da MINUSTAH foi exitosa. Para o Cel Marcos Venicio Mendonça (2017), essa constatação também tem ligação com o fato de que o exército brasileiro ganhou projeção internacional, aperfeiçoamento do sistema logístico e de treinamento.

De 2004 a 2017, foram enviados para o Haiti cerca de 37 mil militares brasileiros divididos em 26 contingentes que funcionava em sistema de rodízio, o que proporcionou

⁷⁰ O texto completo “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a02.pdf> Acesso em: 21 dez. 2018.

experiência militar *in loco* para os soldados brasileiros, um contingente capacitado com grande bagagem prática para as Forças Armadas Brasileira.

O que se constata é que a MINUSTAH foi um sucesso para o exército brasileiro, não necessariamente para o Haiti, se considerados seus índices em melhorias sociais, que foram pífios no decorrer dos 13 anos de missão - os dados sociais elencados no capítulo 2 mostram isso -, o sucesso beneficiou a imagem do Brasil no âmbito internacional e nacional por comandar a MINUSTAH.

Cabe destacar a projeção que o Brasil obteve no ambiente da comunidade internacional e da ONU. Apesar de não ter conquistado uma cadeira permanente no CSNU, o Brasil teve seu trabalho, enquanto comandante da MINUSTAH, reconhecido pela ONU. A MINUSTAH também credenciou o país para futuras missões. O que resultou na designação do general do Exército Brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho como *force commander* no comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) e a designação do almirante Eduardo Machado Vazquez para assumir o comando da Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Outrossim, são observadas ainda as repercussões no Brasil quanto ao comando do exército brasileiro na MINUSTAH. Ter chefiado uma missão da ONU considerada exitosa, principalmente pelos próprios militares, tornou-se uma espécie de anuência para a ocupação federal no Rio de Janeiro. Tal conduta confirmou as favelas haitianas como laboratórios para as intervenções militares nas favelas do Rio de Janeiro resultando nas UPPs e, posteriormente, a intervenção federal iniciada após a assinatura do decreto presidencial por Michel Temer, em 16 de fevereiro de 2018. Ou seja, o Haiti como laboratório para o Rio de Janeiro e, quiçá, o Rio de Janeiro como laboratório para a implementação de uma nova política de segurança em outros estados brasileiros por meio de “reforma no setor de segurança”⁷¹.

A experiência do exército brasileiro como chefe no comando da MINUSTAH repercutiu também na política interna brasileira, levando em conta os militares que irão compor o 1º e o 2º escalão do Executivo no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. Muitos deles estiveram no comando da MINUSTAH, o que se tornou uma espécie de atributo

⁷¹ O que significaria “um amplo conjunto de esforços que incidem sobre uma “melhoria na utilização” de armamentos, equipamentos, treinamentos, estrutura burocrática e formação intelectual de militares, policiais e agentes carcerários. Em teoria, esses esforços visam promover valores liberais como democracia, direitos humanos, estado de direito e boa governança, frente à constatação de graves violações de direitos humanos e civis” (NASSER; FINAZZI, 2018).

de competência para compor o novo governo. São eles: Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional); Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo); Fernando Azevedo e Silva (Defesa); Augusto Heleno Ribeiro Pereira (Gabinete de Segurança Institucional); Ajax Porto Pinheiro (Assessor do STF); Edson Leal Pujol (Comandante do Exército); e, Floriano Peixoto Vieira Neto (Vice-ministro da Secretaria-Geral da Presidência).

Como bem salientou Ricardo Seitenfus (2017, s. p.), a MINUSTAH “*foi muito mais importante para o Brasil do que para o Haiti*”.

Prova disso foi que, em 2018, se instalou uma grave convulsão social tal como as que a MINUSTAH encontrou em 2014, quando os primeiros capacetes azuis chegaram ao Haiti. A capital Porto Príncipe e outras cidades importantes do Haiti entravam em grande sublevação popular. Essas manifestações ocorreram após o governo anunciar, em 6 de julho 2018, que os subsídios dos combustíveis teriam uma diminuição, atendendo ao acordo fechado com o FMI em troca de receber US\$ 96 milhões em condições especiais, o que acarretaria 44% de aumento nos preços gasolina, diesel e querosene. Saques, linchamentos, fechamento do comércio e ameaças por parte do Congresso à presidência, era o cenário que durou três dias (FINAZZI, 2018).

A definição de sucesso no caso da MINUSTAH é bem relativa.

3.4.2 Reestruturação política

Documentos da ONU, Integrated Strategy Framework for Haiti (2010-2011) e o Cadre Strategique de Nations Unies em Haiti (2015-2016), demonstram que a democracia a qual MINUSTAH pretendia restabelecer/proteger é representativa, promovida por eleições periódicas e regulares para cargos no Poder Executivo e Legislativo, pautada na descentralização e desconcentração do poder governamental (GUERRA & BLANCO, 2017, p. 267).

Isso posto, em 17 de março de 2004, foi criado o Governo de Transição no Haiti que permitiu a construção do pacto político, denominado “Consenso de Transição Política”⁷² assinado pelo Primeiro Ministro, pelo representante do Grupo dos Anciãos⁷³ e por

⁷² Disponível em: < <https://minustah.unmissions.org/historique> > Acesso em: 30 out. 2018.

⁷³ O Conselho dos Anciãos (Conselho de Personalidades) foi instituído a partir do Conselho Tripartite, nomeado pelo Governo Provisório, em 04 de março de 2004, composto por um representante do partido, Fanmi Lavalas, e um da Plataforma Democrática e da Comunidade Internacional. Esse Conselho selecionou sete personalidades e

representantes de organizações da sociedade civil. Tal pacto definiu as diretrizes sobre a transição política que promoveria as eleições, em 2005. Esse foi o início da reorganização política no Haiti após a chegada da ONU.

As eleições presidenciais previstas para 2005 só ocorreram em fevereiro de 2006 e, mesmo com a presença da MINUSTAH, a vitória de René Préval foi questionada por observadores internacionais e partidos políticos por suspeitas de fraudes.

O ministro brasileiro das Relações Exteriores na época, Celso Amorim, declarou:

“Em um país em que o voto é facultativo, acreditar que uma pessoa sai para enfrentar uma fila, como as que nós vimos, para votar em branco, e que 200 pessoas votaram em branco em uma urna, é estranho”, disse Amorim, segundo a Agência Brasil, antes de um jantar com o chanceler espanhol, Miguel Ángel Moratinos, em Brasília (GLYCERIO & BACOCINA, 2006, s. p.).

As suspeitas de fraudes relacionadas com a vitória de René Préval não foram investigadas pela ONU com a profundidade necessária. Assim, a eleição em 2006, conforme o Conselho de Segurança (S/RES/1658), configurou uma grande conquista e um significativo avanço na reconciliação política e no fortalecimento do Estado.

Em 14 de fevereiro de 2006, pela Resolução 1658, o Conselho de Segurança parabenizou a população, as autoridades haitianas e fez elogios à MINUSTAH e à OEA pela realização da eleição. O Conselho solicitou à população que aceitasse os resultados pacificamente, bem como reiterou a importância que a MINUSTAH deverá ter no auxílio às próximas eleições. A solicitação para que a população aceitasse os resultados da eleição se dá porque a população haitiana, até então, tinha um envolvimento substancial com as questões políticas e em períodos eleitorais as manifestações ganham corpo, pois os movimentos de protestos saem às ruas sempre que há suspeita e fraude, o que acontece com frequência.

Na mesma toada, em 14 de outubro de 2008, na Resolução 1840, o Conselho de Segurança saúda a formação do governo da primeira-ministra Michèle Pierre-Louis e a aprovação de sua política geral no parlamento, ressaltando ser um grande passo para garantir a estabilidade, governança e democracia.

Mesmo com a devastação trazida pelo terremoto em janeiro e em 4 de junho de 2010, na Resolução 1927, o Conselho de Segurança salientou a necessidade de organizar, rapidamente, as eleições municipais, legislativas e presidenciais, elogiou as autoridades haitianas e encorajou a todos os partidos e demais interessados a trabalhar, em conjunto, promovendo a participação de mulheres no processo eleitoral. Ainda neste documento, decidiu que a MINUSTAH iria incluir mais militares e policiais, aumento que será revisto, cuidadosamente, em especial durante o período eleitoral.

O Conselho também solicitou, no mesmo documento, que a MINUSTAH continuasse a apoiar o Governo do Haiti e o Conselho Eleitoral Provisório, para organizar e realizar as eleições no Haiti, coordenando a assistência eleitoral internacional em cooperação com outras partes interessadas, incluindo a Organização dos Estados Americanos. Em 14 de outubro de 2010, na Resolução 1944, o Conselho de Segurança determinou que todo o governo e a sociedade assegurassem a realização das eleições presidenciais e legislativas em 28 de novembro de 2010.

A MINUSTAH deu apoio, com pessoal e material, nos 1480 centros e nos 10 mil locais de votação. Foram registradas denúncias de fraudes, de violência e pedidos de cancelamento do pleito. Em meio aos protestos e denúncias de fraudes - o que mais tarde foi confirmado pela OEA -, o primeiro turno da eleição foi bastante tumultuada. Somente em 20 de março de 2011, Michael Joseph Martelly foi eleito presidente do Haiti. Apesar das denúncias, irregularidades e relatos de violência, ao final, a votação foi considerada efetiva (MINUSTAH, CODE CABLE, 2010a *apud* AGUILAR, 2014).

O sociólogo haitiano Laennec Hurbon relata a interferência da MINUSTAH nas eleições, o que torna ainda mais grave a situação dos haitianos, já que um dos pilares da missão é a reorganização política. Segundo Hurbon,

[...] a Minustah tentou, por duas vezes, intervir nas escolhas do povo haitiano em disputas eleitorais. Em 2006, René Préval (ex-primeiro-ministro de Aristide e ex-presidente) era o candidato à Presidência escolhido, ou pelo menos o preferido, pela missão. O resultado da eleição revelou que ele superou, de longe, o segundo colocado, Leslie Manigat. Apesar do que previa a lei eleitoral, a Minustah decidiu contabilizar os votos em branco para evitar um segundo turno e para que Préval fosse imediatamente declarado o vencedor. Em 2011, foram ainda os estrangeiros (OEA, Estados Unidos, a Minustah) que decidiram anular as decisões do conselho eleitoral para colocar seu candidato preferido, Michel Martelly, em segundo lugar, assim habilitado para o segundo turno, diante de resultados contestados pelos outros doze partidos (HURBON, 2017, s. p).

O pleito de 2015 estava marcado para acontecer em 09 de agosto, mas atos de violência que provocaram a morte de duas pessoas fizeram com que fosse anulada a votação em parte do país. Com isso, apenas três deputados entre as 119 cadeiras foram eleitos e nenhum dos 20 cargos para senadores foram preenchidos no primeiro turno. A votação legislativa há três anos estava suspensa em decorrência de desacordos internos.

Conseqüentemente, a maioria da população se mostrava apática em relação às eleições desse período. Assim, a estimativa era de que a votação alcançasse apenas 15% da população votante. Mesmo com os apelos da chefe da MINUSTAH, Sandra Honoré, os eleitores não se mostravam inspirados a comparecerem às urnas. As constantes fraudes seguidas de impunidade, a privação e violação de direitos e recorrentes intervenções estrangeiras provocaram uma profunda desilusão política no Haiti (INSTITUTE FOR JUSTICE & DEMOCRACY IN HAITI, 2017).

Um comparativo entre as últimas eleições mostra a diminuição do número de eleitores. O que revela a descrença da população no processo político que a MINUSTAH se propôs a restaurar, dentro de seus parâmetros.

Figura 13 – Diminuição de comparecimento dos eleitores nas eleições presidenciais

Decreasing Turnout in Presidential Elections in Haiti Over Time			
Date of Election	Valid Votes	Registered Voters	Participation
2/7/2006	1,938,641	3,533,430	54.9%
11/28/2010 ***	1,074,056	4,660,259	23.0%
3/20/2011 **	1,053,733	4,712,693	22.4%
10/25/2015 *	1,553,131	5,871,450	26.5%
11/20/2016	1,069,646	6,189,253	17.3%
* Results thrown out due to fraud			
** Second round presidential election			
*** More than 10% of votes never received at tabulation center			
Source: IFES, CEPR			

Fonte: Institute for Justice & Democracy in Haiti (2017).

As novas eleições foram marcadas para o dia 25 de outubro de 2015 e mais uma vez foram anuladas por fraudes, o que deflagrou violentas manifestações. Foram quase dois anos - entre eleições fraudadas, protestos, passagem do Furação Matthew e um presidente interino -, para que os haitianos conhecessem seu presidente eleito. Somente em 07 de fevereiro de 2017, o empresário Jovenel Moise tomou posse como presidente do país. Para tanto, a MINUSTAH colocou 80% de seu contingente nas ruas para conter as manifestações.

É possível considerar que a MINUSTAH ajudou a promover eleições no decorrer dos 13 anos em que esteve no Haiti, porém a legitimidade dessas eleições foi permeada por suspeitas de fraudes, algumas confirmadas, resultando em levantes populares e violenta repressão. Assim, a população sempre reprimida ao se manifestar, não alterou o ciclo de troca de poder entre os que representam interesses na manutenção do *status quo* do país: as elites. Claro é que o restabelecimento do Estado haitiano não passou somente por eleições legítimas; passou, antes, também pelo direto à autonomia política de sua população. De acordo com Guerra e Blanco,

a democracia liberal disseminada pelas Operações de Paz tende a perpetuar a manutenção do poder em mãos de elites políticas partidárias, inibindo a proposição de modelos favoráveis ao maior empoderamento popular. Outra limitação destacada pelo autor é que esse modelo de democracia se baseia em uma suposta distinção entre o ‘mundo da política’ e o ‘mundo do mercado’, fator que impede o controle democrático ou a instalação de mecanismos de *accountability* entre a população e os processos econômicos que permeiam suas vidas cotidianas (GUERRA & BLANCO, 2017, p. 268 *apud* TAYLOR, 2010, p. 161-2).

A sociedade haitiana é privada, por meio de repressão violenta, de apropriar-se, de fato, das suas organizações sociais, sejam vinda de governos ditatórios ou de missões intervencionistas que tutelam o Estado. Logo, o impedimento da livre associação de movimentos populares acaba por cercear a construção de uma consciência coletiva. Sem que haja uma consolidação desses movimentos populares, a ajuda burocrática, técnica, logística e de segurança para efetivar uma eleição, como a que a MINUSTAH ofertou, não é garantia para promover eleições legítimas e evitar arranjos políticos entre as classes dominantes. Não estabelece, pois, a democracia de fato, uma vez que Jovenel Moise foi eleito com apenas 9,5% de todo o eleitorado e com suspeitas de fraude.

Considera-se a necessidade em refazer as estruturas para os ritos eleitorais e garantir a legitimidade dos resultados. Isso significa reorganizar a institucionalidade do sistema eleitoral no país, em todas as instâncias – uma plataforma de educação e formação da população para exercer seu direito ao voto e uma gestão política dos candidatos e partidos, de forma que todas as dimensões desse processo estejam integradas. O que parece não ter acontecido até as últimas eleições ocorridas no Haiti ainda sob a tutela da MINUSTAH.

3.4.3 Proteção e promoção dos direitos humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, inaugurou um novo período na promoção de direitos humanos. Mais abrangente, atende necessidades contemporâneas que agrupam pluralidades aos direitos. Além de estabelecer que os Direitos Humanos devem ser respeitados independente da cultura, cor da pele, religião ou nacionalidade. Os Direitos Humanos tornam-se, a partir de então, universais. Nessa nova perspectiva, os cidadãos ganham um espaço que antes era do Estado, ou seja, a universalidade de direitos que antes pertencia aos Estados agora pertence aos cidadãos. Nessa nova perspectiva, a Declaração deixa claro que, salvaguardados os direitos individuais, a paz será estabelecida de forma sustentável:

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade, de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum; Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo *Estado de Direito*, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão, [...] (PREÂMBULO, 1948, grifo nosso).

As premissas da Declaração são incontestáveis, mas como elevar esse novo paradigma dos direitos humanos a um patamar universal? Cabe lembrar que a Declaração nasce em um momento em que o mundo estava dividido em dois polos, em plena guerra fria. Por isso, existe na Declaração uma aspiração, mas não há um padrão a ser seguido para assegurar que esses direitos sejam respeitados, ou um padrão de retaliação quando forem violados.

No entanto, e quando os Estados, que teriam a responsabilidade de proteger a população, cometem erros graves quem envolvem a violação dos direitos humanos? Nesses casos, tais Estados perderiam sua soberania ao terem seu poder tutelado por intervenções internacionais?

Para que fosse possível estabelecer critérios mais claros a esse respeito, a pedido de Kofi Annan, foi criada em 2001 a International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS) -, que contém em seu relatório a Responsabilidade de Proteger. A ICISS é fruto da tentativa de ajustar o que estava estabelecido na Carta das Nações Unidas aos novos conflitos intraestatais e a defesa dos direitos humanos. O Relatório afirma que o Estado tem responsabilidade em proteger seus cidadãos ao menos que a população venha sofrer “*um*

grande dano como resultado de uma guerra interna, uma revolta, opressão ou um “fracasso estatal” para cuidar de seu povo e se este estado não quiser ou não puder parar este sofrimento, a intervenção de Comunidade Internacional de Estados é necessária” (ICISS, 2001, s. p.).

Nesse sentido, os direitos humanos passam a ser relativizados, pois quem define quando um Estado está ou não em condições de defender é a sua população que fica também a critério de outros Estados e da comunidade Internacional, por exemplo. Assim, os parâmetros também são relativizados, como descrito a seguir:

Os críticos da Responsabilidade de Proteger argumentam que a doutrina [ICISS] promove um novo militarismo por razões materiais [...], e insistem em que justificativas humanitárias podem acobertar motivações de interesse nacional, e a legalização das intervenções levaria os Estados a abusar dessa prática [...]. O presidente Hugo Chavez, por exemplo, criticou a adoção da doutrina pelas Nações Unidas, afirmando que ela permite que países poderosos invadam países em desenvolvimento governados por líderes considerados uma ameaça às suas ambições imperialistas (KAMINSKI, 2011, p. 47).

Nota-se que os critérios contidos no Relatório que orientam em caso de intervenção, não se encaixam no caso do Haiti. Afinal, se considerada a situação de violência quando a MINUSTAH se estabeleceu no país, não se justifica a intervenção. Para Ricardo Seitenfus (2011), representante da OEA no Haiti e observador do processo de saída do governo provisório em 2004, em sua análise, o Haiti, naquele momento, estava em uma convulsão social grave, mas não estava com níveis de violência, de guerra civil ou algo parecido, porém existiam manifestações violentas por questões pontuais relativas aos assuntos domésticos de natureza política.

Mesmo o Haiti não se encaixando nos critérios de violência para intervenção, fato é que, com a deportação de Aristide, em 2004, a ONU foi solicitada pelo presidente interino Boniface Alexandre. No entanto, em todas as Resoluções da ONU referentes à MINUSTAH, mesmo com sinais significativos de melhora na segurança e o restabelecimento de eleições, não ocorreu nenhuma manifestação para mudar o caráter da missão, seguiu as Resoluções, durante os 13 anos, sustentando o Haiti como uma ameaça para a paz e a segurança internacional, fazendo com que a missão permanecesse sob Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Sendo assim, propor conciliar o uso da força com a defesa dos direitos humanos é, no mínimo, paradoxal. Mesmo assim, o eixo dos direitos humanos no mandato da MINUSTAH

tinha um papel bastante relevante na Resolução 1542 (2004), principalmente no tocante aos abusos cometidos contra as mulheres e crianças. A Resolução era clara ao definir que essas vítimas deveriam ser identificadas e amparadas. A busca por identificar as violações dos direitos era tarefa da MINUSTAH, em conjunto com departamentos civis da ONU, com o intuito de cessar a impunidade existente no país naquele momento.

Entretanto, no decorrer dos 13 anos da missão, aconteceram inúmeras denúncias de violação de direitos humanos praticados por militares da MINUSTAH contra a população haitiana. A ONU se mostrou indiferente quanto às denúncias e, quando acatadas, prevalecia uma exaustiva burocracia para que fossem comprovadas essas violações e, em geral, as vítimas não tiveram compensações. Foram denúncias de estupros, assassinatos, pedofilia, prisões arbitrárias, sem julgamento e acusação de contaminação da população haitiana pela bactéria da Cólera, a partir das tropas nepaleses da MINUSTAH.

Os estudos do francês Renaud Piarroux, pesquisador do Painel Independente de Especialistas sobre o surto de cólera no Haiti, comprovaram que a bactéria teria sido trazida por militares nepaleses da MINUSTAH. A ONU nega e se recusa a indenizar a população contaminada e as famílias que perderam parentes vítimas da doença.

De acordo com o estudo, os nepaleses teriam chegado ao Haiti já contaminados pela bactéria e seus dejetos jogados em rios contaminando a água. A população haitiana se revoltou e ocorreram grandes protestos que pediam que a MINUSTAH saísse do país. Essas manifestações foram violentamente contidas pelas tropas da missão e pela PNH, resultando em duas mortes.

O surto de cólera começou em outubro de 2010, já matou mais de 9.500 pessoas e nos últimos cinco anos contaminou mais de 770.000. Em 2015, aconteceu mais um surto com 20.500 casos suspeitos da doença, que causou 175 mortes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016). Somente em dezembro de 2016⁷⁴, sem reconhecer sua responsabilidade legal, a ONU pediu desculpas pela epidemia de cólera no Haiti. O Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon

⁷⁴ Nesse mesmo ano, em outubro de 2016, após 6 anos convivendo com a contaminação, a ONU promoveu o chamado Fundo Fiduciário de Múltiplos Parceiros de Resposta ao Cólera da ONU no Haiti (UN Haiti Cholera Response Multi-Partner Trust Fund). Essa iniciativa tem como objetivo combater o surto da doença realocando os recursos do saldo desonerado da MINUSTAH para entre outros objetivos: melhorar o acesso à água potável, saneamento básico e melhor infraestrutura de saúde para os haitianos. Os países que aprovaram a realocação são: Bahamas, Bélgica, Belize, Canadá, Costa do Marfim, Cuba, Chipre, Granada, Guiana, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Jamaica, Liechtenstein, Luxemburgo, México, Mianmar, Nepal, Países Baixos, Noruega, Palau, Paraguai, Portugal, Senegal, República Eslovaca, Sri Lanka, Sudão, Ucrânia, Uruguai e Venezuela. O tempo previsto para o encerramento é outubro de 2019. Disponível em: <<http://mptf.undp.org/factsheet/fund/CLH00>> Acesso em: 05 nov. 2018.

declarou: "nós simplesmente não fizemos o suficiente em relação ao surto de cólera e sua disseminação no Haiti. Sentimos muito por nosso papel" (ONU BRASIL, 2016).

A MINUSTAH trouxe em seu mandato a importância de assegurar e promover os direitos humanos da população haitiana, o que foi visto com muito entusiasmo, mas a postura evasiva da ONU diante da epidemia foi uma tragédia para uma sociedade que já estava assolada devido ao terremoto. A demora da ONU em tomar providências a respeito significou mortes e aprofundamento da miséria e da vulnerabilidade dos haitianos, pois a contaminação dos rios criou mais um imperativo nefasto para o país. Miguel Borba de Sá, salienta mais um fator agravante a essa situação:

A intervenção estrangeira levou ao país uma epidemia de cólera que matou mais de 10 mil haitianos e haitianas, e deixou infectados cerca de 1 milhão, segundo dados oficiais, os números reais do sofrimento humano causado pelas fezes contaminadas dos soldados interventores despejadas no maior rio do país. A ONU nunca assumiu a responsabilidade pela introdução da doença, que não existia no Haiti antes das forças de estabilização aterrissarem naquele território. Tampouco conseguiu arrecadar os fundos prometidos para o combate à epidemia, cuidado e reparação às vítimas: a cada ano, por 13 anos, a MINUSTAH custou U\$ 400 milhões e sempre houve dinheiro; ao passo que o chamado para angariar os mesmos U\$ 400 milhões para enfrentar a cólera não foi alcançado, sequer uma vez. Já o mercado de purificação e venda de água em garrafas conheceu uma explosão de sucesso nas vendas e na mercantilização daquilo que antes era um bem-comum gratuito (SÁ, 2018, s. p.).

Franck Seguy (2014) vai além em suas ponderações a respeito da epidemia de cólera. Para o sociólogo, a bactéria teria sido levada para o Haiti intencionalmente, pois reduziria o quadro demográfico haitiano por meio de "*'guerra' epidemiológica ou uma vontade de dizimar o povo haitiano*" (SEGUY, 2014, p. 30). Essa possibilidade não foi estudada de forma aprofundada por falta de recursos, segundo o autor.

A Plataforma das Organizações Haitianas dos Direitos Humanos⁷⁵ (POHDH) alegou, em 2012, que a MINUSTAH não estava promovendo ou assegurando os direitos humanitários da população, mas sim, cometendo uma série de abusos que colocariam a MINUSTAH em desacordo com os princípios da Declaração dos Direitos Humanos. O relatório denunciava vários crimes de violência sexual à assassinatos. Segundo o relatório, as violações estariam sendo cometidas contra a população civil e também contra membros da Polícia Nacional Haitiana, como agressões físicas e tentativas de estupros (POHDH, 2012).

⁷⁵ PLATE-FORME DES ORGANISATIONS HAITIENNES DES DROITS HUMAINS. Disponível em: < <http://www.pohdh-ht.org/> > Acesso em: 25 nov. 2018.

Em decorrência da anuência do uso de força pelas tropas da MINUSTAH, em 2004 e 2005, a missão cometeu várias violações dos Direitos Humanos contra a população haitiana. Essa foi a conclusão que consta no Relatório do Programa de Direitos Humanos de Harvard e a ONG Justiça Global. A pesquisa foi coordenada por James Cavallaro, Diretor do Programa de Direitos Humanos de Harvard.

Em 22 de março de 2005, Cavallaro, veio ao Brasil pessoalmente entregar o Relatório da pesquisa que continha, também, recomendações aos Ministros da Justiça, Relações Exteriores e ao Secretário Especial de Direitos Humanos. A pesquisa foi feita entre outubro de 2004 e janeiro de 2005 por meio de entrevistas com pessoas de diversos setores da sociedade haitiana e autoridades da MINUSTAH.

O Programa de Direitos Humanos de Harvard acompanha a situação no Haiti há vários anos, tendo realizado numerosas missões ao país. Para elaborar o relatório, o Programa de Direitos Humanos de Harvard e a Justiça Global realizaram duas visitas ao Haiti desde a inauguração da missão MINUSTAH, a primeira em outubro de 2004 e a segunda em janeiro de 2005. Nessas missões foram entrevistadas diversas autoridades (o Representante Especial do Secretário Geral da ONU, o Sr. Juan Gabriel Valdés, Gen. Heleno Ribeiro Pereira, o Chefe da CIVPOL, Cel. Beer, o Primeiro Ministro do Haiti, Sr. Gerard LaTortue), entidades da sociedade civil, vítimas, testemunhas, lideranças comunitárias, jornalistas, representantes das missões diplomáticas no Brasil, representantes de entidades intergovernamentais (OEA, ONU), entre outros (JUSTIÇA GLOBAL, 2005).

O Relatório faz referência a vários tipos de violações de direitos humanos cometidos nos anos de 2004 e 2005, bem como a falta de informações sobre essas violações por parte da MINUSTAH. Em duas ocasiões, 27 de outubro de 2004 e 16 de janeiro de 2005, o Comandante da Força da MINUSTAH, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e seu primeiro assistente, Tenente Coronel Carlos Chagas, foram entrevistados pelo grupo de pesquisadores que estavam no Haiti.

Questionados pelo Programa de Direitos Humanos de Harvard sobre o envolvimento, bem como a responsabilidade da MINUSTAH em comprovados abusos de direitos humanos no Haiti, Chagas alegou que o mandato da missão teria uma relativa “indiferença” para com o eixo dos direitos humanos. Segundo ele, o “*setor mais fraco de nossa missão é direitos humanos*” (JUSTIÇA GLOBAL, 2005, p. 22). O que não procede, visto que a promoção e defesa dos direitos humanos foi um dos pilares da missão. O mandato deixou bem claro na Resolução 1542 (2004) que a missão é incumbida de “[...] *promover e proteger os direitos humanos; e monitorar a situação dos direitos humanos no país*”.

Um dos exemplos dos abusos do qual o Programa de Direitos Humanos de Harvard se refere, aconteceu em 22 de outubro de 2004, quando a MINUSTAH foi chamada para conter um conflito entre os apoiadores armados do grupo Lavalas e a Polícia Nacional Haitiana, na favela *Martissant*. Segundo testemunhas, depois de conter o conflito os militares passaram a atirar indiscriminadamente contra a população em represaria às pedras lançadas contra os blindados da MINUSTAH:

Em resposta às pedras atiradas pela população, entretanto, um tanque “foi por toda parte para mostrar que ele podia ir por toda parte e... começou a atirar para todo lado, especialmente na escola”. Martide Bertrand, a avó de 76 anos de Carlo Pierre, nos contou que as tropas da MINUSTAH, escondidas dentro de seus tanques, “estavam atirando para todo lado”. O Sr. D. estima que não se passaram mais de dez minutos depois da chegada da MINUSTAH e ele viu a metralhadora fixa no alto do carro blindado da ONU “mirar” em direção a Pierre, que estava prestes a atirar uma pedra. Segundos depois, lembrou o Sr. D., Pierre que estava menos de dez metros de distância, Carlo caiu ao chão. O Sr. D. correu para o local, e percebeu que Carlo Pierre havia sido atingido no estômago, no peito e perto da boca. Infelizmente, a morte de Carlo Pierre não é um caso isolado, mas apenas uma das várias mortes e violações de direitos humanos atribuídas à MINUSTAH (JUSTIÇA GLOBAL, 2005, p. 29).

Em 14 de dezembro de 2004, em *Cité Soleil* houve a mais agressiva operação da MINUSTAH, segundo o relatório. O casal Esterlin Marie Carmelle e Henry Morenaud, em 12 de janeiro de 2005, concederam entrevista na qual relataram a morte de seu filho de Herlles de dois anos:

Entre 3:00 e 4:00 horas da manhã, foram acordados com tiros de armas pesadas. [...]A Sra. Carmelle e seu filho permaneceram na cama, e o tiroteio se intensificou. Alguns minutos mais tarde ela “sentiu alguma coisa quente” no seu braço e disse para o marido: “Eu sinto como se tivesse sido atingida por uma bala”. Ela nos contou que rapidamente percebeu que “não fui eu quem havia sido atingida”, ao ver seu filho deitado sem vida ao seu lado; seu “sangue e matéria encefálica escorriam pelos meus braços”. [...]Acompanhados de seus vizinhos, o Sr. Morenaud e sua mulher levaram o corpo de seu filho para as docas como haviam sido instruídos. [...] a Sra. Carmelle relatou que oficiais da MINUSTAH retiraram o corpo do seu filho da ambulância e indicaram que o corpo seria levado e mantido no necrotério nacional. De acordo com o Sr. Morenaud, no entanto, quando ele e sua mulher retornaram ao necrotério dois dias mais tarde, em 16 de dezembro de 2004, guardas lhes disseram que a MINUSTAH havia levado o corpo de Herlens para outro necrotério. Quando lhes perguntamos o porquê de a MINUSTAH ter levado o corpo de seu filho, o Sr. Morenaud mencionou que no dia da morte de seu filho ele deu uma entrevista para um jornalista da Rádio Ginen fora do hospital, culpando a MINUSTAH pela referida morte. A MINUSTAH recebeu “publicidade negativa” imediatamente, nos contou o Sr. Morenaud (JUSTIÇA GLOBAL, 2005, p. 29-30).

Por outro lado, segundo o comandante da tropa:

Para que não parem dúvidas, o Comandante da Força Pereira, quando lhe perguntamos sobre o incidente, negou responsabilidade total pela morte, observando que em vistas da autópsia do corpo realizada por pessoal médico da MINUSTAH, ele acreditava que a criança havia sido morta por gangues locais na noite anterior à entrada da MINUSTAH em Cité Soleil. Vizinhos da Sra. Carmelle e do Sr. Morenaud, entretanto, confirmaram a versão do casal (JUSTIÇA GLOBAL, 2005, p. 29).

Tais relatos estão entre tantos outros casos de mortes em decorrência de ações da MINUSTAH nas favelas haitianas, nenhum deles admitidos. Com isso, não houve reparação às vítimas, contrariando o que está previsto no mandato da missão “[...] *de modo a garantir a responsabilização individual por abusos de direitos humanos e a compensação das vítimas*” (RESOLUÇÃO 1542, 2004).

Crimes relacionados com a violação de direitos humanos praticados por componentes das missões da ONU borbulham nas mídias do mundo. São relatos com evidências de que a ONU se recusa a assumir a responsabilidade sob a alegação de que não há jurisdição para apurações em relação aos militares, já que eles são de várias nacionalidades. Assim, o que acontece com os militares diante dos fortes indícios de crimes é a sua repatriação para que sejam julgados sob a lei de seus países de origem. Entretanto, até chegar ao repatriamento há um longo caminho.

Em 12 de abril de 2017, a Associated Press⁷⁶ (AP) teve acesso e divulgou dados de um relatório da Nações Unidas sobre violação de direitos humanos ocorridos em missões de paz. O relatório abrange os últimos 12 anos das missões da ONU, não só a MINUSTAH. Com a manchete “*Círculo de exploração sexual infantil da ONU deixou vítimas, mas ninguém foi preso*” a matéria escrita por Paisley Dodds e publicada pela AP, que contou com a colaboração de vários correspondentes, traz entrevistas com investigadores e outros funcionários da ONU e relatos das vítimas.

A AP expôs uma realidade repugnante na qual crianças, meninos e meninas, vivenciaram com a chegada dos que iriam protegê-las: “*homens que vinham de um lugar distante [...] ofereciam aos filhos haitianos biscoitos e outros petiscos. Às vezes, eles davam alguns dólares. Mas o preço era alto: as forças de paz do Sri Lanka queriam sexo de meninas*

⁷⁶ A Associated Press é uma agência de notícias norte-americana, fundada em maio de 1846.

e meninos de até 12 anos” (DODDS, 2017, s. p.). O relatório trazia dados sobre exploração sexual de 9 crianças entre os anos de 2004 e 2007 por pelo menos 134 membros da MINUSTAH, vindo do Sri Lanka.

Segundo a AP, os abusos eram praticados contra crianças órfãs que sem ter onde, nem com quem viver, se refugiaram no *Resort Habitation Leclerc*, um prédio em ruínas. Os soldados do Sri Lanka estavam alojados perto do prédio abandonado e se aproveitaram do abandono e da fome dessas crianças, porém quase dez anos antes dessas notícias virem à tona, em 2007, a ONU já tinha recebido denúncias de uma integração suspeita entre os militares e as crianças, nada foi feito.

Paisley Dodds relatou que o contato entre os militares e as crianças era tão rotineiro que elas falavam entre si em cingalês ao serem entrevistadas pelos investigadores da ONU. Uma das vítimas, na época com 14 anos, disse que fazia sexo todos os dias em troca de bolachas e sucos.

Os investigadores da ONU relataram que havia sexo com meninos e um deles afirmou ter feito sexo com mais de 20 cingaleses nos caminhões militares da ONU. Outro menino conta que tinha 15 anos quando começou a trocar sexo por comida. Segundo ele relatou, fazia sexo mais de quatro vezes por dia e, ao todo, fez sexo com mais de 100 militares do Sri Lanka. As crianças afirmaram que os militares não tinham identificação, assim os investigadores usaram fotos para que as crianças identificassem os estupradores. Entre elas, uma menina relatou para o investigador da ONU que, entre os 12 e 15 anos, fez sexo com quase 50 militares incluindo um comandante que lhe deu 76 centavos americanos.

Segundo o relatório, *"as evidências mostram que, do fim de 2004 a meados de outubro de 2007, pelo menos 134 militares do contingente atual e anterior do Sri Lanka exploraram e abusaram sexualmente de pelo menos nove crianças haitianas"* (DODDS, 2017, s. p.). Mesmo com as denúncias *"algumas das tropas de paz envolvidas no círculo [de exploração sexual] ainda estavam no exército do Sri Lanka [...], as Nações Unidas continuaram a enviar forças de paz do Sri Lanka para o Haiti e outros lugares, apesar de [desses militares] corroborarem com o círculo sexual infantil"* (DODDS, 2017 s. p.).

A agência atesta que, segundo dados da ONU, há militares envolvidos em abusos sexuais vindos de Bangladesh, Brasil, Jordânia, Nigéria, Paquistão e Uruguai. Ou seja, há mais países com militares envolvidos na exploração e abusos sexual infantil. Entretanto, só foi depois de 2015 que as Nações Unidas começaram a divulgar as nacionalidades desses agressores.

Há um caso de estupro contra um menino portador de deficiência intelectual de 13 anos. Oficiais da ONU foram ao Haiti para investigar o caso, mas militares paquistaneses sequestraram a vítima para que ele não testemunhasse. Assim, Peter Gallo, ex-investigador da ONU, disse que o abuso ocorreu por mais de um ano. Depois de repatriados, somente um militar foi julgado e preso por um tribunal paquistanês (DODDS, 2017).

Segundo a AP, também mulheres adultas atraídas por comida foram estupradas por militares da MINUSTAH, muitas não quiseram fazer uma denúncia oficial por medo. Há as que engravidaram, foram abandonadas e tiveram que criar os filhos sem ajuda. Foi o que aconteceu com Janila Jean que, aos 16 anos, foi estuprada e engravidou. Ao ser entrevistada, três anos depois do ocorrido, ela falou da vontade de estrangular a filha. Imensurável o grau de comprometimento emocional para as duas. Marie-Ange Haitis foi o único caso de reconhecimento de paternidade que apareceu no relatório. Ela manteve relações sexuais com um militar e alega que não foi estupro, mas comenta que sabia que não tinha escolha. Sua filha teve reconhecimento de paternidade e recebeu do governo do Sri Lanka um valor único de US\$ 45.243.

Em abril de 2018, houve uma reunião entre *Bureau des Avocats Internationaux* (Gabinete Internacional de Advogados) e funcionárias do alto escalão da ONU, Jane Connors⁷⁷ e Lynne Goldberg, para discutir as obrigações da ONU em relação aos processos de reconhecimento de paternidade e pagamento de pensão alimentícia de 11 mães e 14 crianças, filhos e filhas de militares da MINUSTAH. Para BAI, essa reunião representou o primeiro passo para que a dignidade e direito à indenização das vítimas fosse reconhecido (INSTITUTE FOR JUSTICE & DEMOCRACY IN HAITI, 2018).

Atul Khare diretor do departamento da ONU encarregado da disciplina e conduta das forças de paz, disse à Associated Press: “*o que todos nós queremos ver é justiça para as vítimas desses atos horrendos*” (DODDS, 2017). Guiseppe Calandrucio encarregado de melhorar a resposta da ONU sobre o reconhecimento de paternidade decorrente de exploração ou estupros, diz que um recente projeto da ONU fornece ajuda para as crianças no custeio de vida e inserção na sociedade:

Alegações de paternidade significam crianças. Essas crianças precisam das necessidades da vida diária. Um projeto que lançamos recentemente foi um

⁷⁷ Jane Connors é a primeira defensora dos direitos das vítimas de abusos sexuais da história da ONU, cargo criado pelo secretário-geral da ONU, em 2017. Lynne Goldberg, funcionária de Assuntos Políticos do Escritório de Nações Unidas, Coordenadora especial para melhorar a resposta da ONU às vítimas de exploração e abuso sexual.

pacote para permitir que essas crianças frequentem a escola, para que a assistência financeira garanta que as taxas escolares e outras necessidades sejam cobertas, que elas tenham lancheiras. Isso faz uma grande diferença porque as crianças podem se juntar à sociedade e se sentir como todos os outros (ONU NEWS, 2018, s. p., tradução nossa⁷⁸).

Salienta-se que não há aqui a intenção de generalizar tais no tocante ao componente militar, mas sim, há a intenção em destacar a demora da ONU em apurar as acusações e promover as reparações necessárias, ainda que materialmente, para que seja possível trabalhar na prevenção desses crimes.

Outro fator que demonstra grave violação dos direitos humanos no Haiti são as péssimas condições das penitenciárias e prisões arbitrárias. A população carcerária teve um crescimento de 440%, com cerca de 70% de prisioneiros provisórios (NASSER & FINAZZI, 2018). Nesse assunto, não há necessidade de aprofundamento, visto que ao encerrar a MINUSTAH na mesma Resolução 2350 (2017) se instituiu a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), o que demonstrou que a MINUSTAH não promoveu mudanças significativas nesse campo. A MINUJUSTH, com prazo de dois anos para a sua finalização, também está amparada no Capítulo VII da Carta. A nova missão contará com um contingente exclusivamente policial e segue com o propósito de “promover e proteger os direitos humanos”⁷⁹.

Mostrou-se evidente até aqui que questões sociais precisam ser resolvidas de forma autônoma por um governo legítimo, com parcerias solidárias que possibilitem a retomada da soberania do Haiti. Nesse sentido, um caminho a ser considerado é a integração regional pautada na solidariedade e equidade, que prioriza ajuda aos países mais pobres da região. Por esse ângulo, o Haiti, sendo o país mais empobrecido do continente, se caracteriza como um dos que deverá ser beneficiado por uma integração regional dessa ordem.

A ALBA é um modelo de integração regional que figura como uma alternativa para construir relações que considerem as assimetrias econômicas entre os países. Para tanto, promove projetos no sentido de amenizar situações de vulnerabilidade social e econômica existentes na região, diferentemente da integração regional tradicional.

⁷⁸ Do original: “Paternity claims means children. These children need the necessities of daily life. One project we recently launched was a package to enable those children to attend school, so financial assistance to ensure that school fees and other needs are covered, that they have lunchboxes. This makes a big difference because children can join society and feel like everybody else” (ONU NEWS, 2018).

⁷⁹ A MINUJUSTH ajudará o Governo do Haiti a desenvolver a Polícia Nacional do Haiti (PNH); fortalecer as instituições do Estado de Direito do Haiti, incluindo a justiça e as prisões; e promover e proteger os direitos humanos - tudo com o objetivo de melhorar a vida cotidiana do povo haitiano (RESOLUÇÃO 2350, 2017).

3.5 HAITI E A ALBA: COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

A integração na América Latina sempre esteve em busca de firmar a independência da região, fosse no século XIX para consolidação das novas repúblicas, ou nos séculos XX e XXI para superar a situação de dependência econômica, causa do subdesenvolvimento da região. Nesse contexto, em 2004, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), resultado da aproximação pessoal entre Hugo Chávez e Fidel Castro, surgiu com uma nova concepção de integração regional, dado que considerava as assimetrias de cada país e buscava promover uma integração solidária com princípios⁸⁰ constitutivos baseados na complementariedade, no desenvolvimento econômico e social com respeito às diversidades culturais e políticas de cada país.

Importante esclarecer que a integração regional solidária é um processo de aproximação entre países da mesma região com o propósito de unir esforços para o desenvolvimento de suas capacidades individuais e, conseqüentemente, fortalecimento econômico no contexto internacional. Sendo assim, afasta-se da concepção de integração voltada quase que exclusivamente para o desenvolvimento econômico, principalmente, acumulação de capital, como é o caso das propostas do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).

A ALBA, da qual o Haiti é membro observador, nasceu com mecanismos que consideram às assimetrias econômicas entre os países da região, oferecendo uma integração de forma horizontal, fundada na cooperação com participação da sociedade por meio do Conselho de Movimentos Sociais em caráter consultivo.

Nesse sentido, incentiva os movimentos sociais na América Latina, tendo mais de 80 entidades que representam as comunidades de diversos países da região para tratar de assuntos ligados diretamente às suas populações (BATISTA, 2016). Concretiza-se, assim, mais uma

⁸⁰ Ao todo são doze princípios fundamentais que rege a ALBA: 1. o comércio e o investimento não podem ser um fim em si mesmo; 2. Tratamento especial e diferenciado, tendo em conta o nível de desenvolvimento dos vários países; 3. A complementariedade econômica e de cooperação entre os países participantes e não a competição entre países e produções; 4. Cooperação e solidariedade que se expressa em planos especiais para os países menos desenvolvidos da região; 5. Criação do Fundo de Emergência Social; 6. Desenvolvimento Inclusivo de comunicações e transporte entre os países da América Latina e do Caribe; 7. Ações para promover o desenvolvimento sustentável por meio de regras para proteger o ambiente; 8. A integração energética entre os países da região; 9. Incentivar o investimento do capital latino-americano na América Latina e no próprio Caribe; 10. Defesa da cultura americana e caribenha e a identidade dos povos da região; 11. Medidas para regras de propriedade intelectual; 12. A coordenação das posições nos processos de esfera e de negociação multilateral de todos os tipos, com países e blocos de outras regiões (ALBA, 2004). Disponível em: < <http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos> > Acesso em 28 de nov. de 2018.

possibilidade de representatividade e participação popular para que as soluções de graves problemas sociais sejam tratadas de forma conjunta por meio de intercâmbio de experiência. Um exemplo desse mecanismo é o movimento de camponeses no Haiti em parceria com o movimento camponês do Brasil, que viabiliza trocas de sementes, construção de viveiros de mudas, construção de cisternas, entre outras ações (BEZERRA, 2016).

Verifica-se que a ALBA carrega em seus princípios reguladores uma integração regional com o intuito de promover desenvolvimento justo e sustentável de forma equitativa. Considera a necessidade de complementariedade econômica e tratamento diferenciado para cada país da região, pois leva em conta o nível de desenvolvimento econômico de cada um. Para tanto, cria planos especiais para os menos desenvolvidos economicamente como o Fundo Emergencial Social, que consta em um dos seus princípios. Além disso, há esforços para se alcançar o desenvolvimento por meio de transportes, ferrovias, linhas marítimas e aéreas que facilitem a integração física da região.

Destaca-se, nesse contexto, a proposta de integração energética por meio da criação da Petroamérica e o fomento ao investimento interno. A Aliança prevê, também, as trocas culturais, a proteção das identidades locais, a defesa da propriedade intelectual de cada país, sem esquecer da luta por transparência na comunidade internacional (ALBA, 2004).

A ALBA vem consolidando sua ajuda ao Haiti por meio de projetos que proporcionam cooperação em várias áreas, entre as quais cabe citar: saúde, energia, infraestrutura, saneamento.

Com a assinatura de acordos com a Venezuela, em 2007, durante a visita do presidente Hugo Chávez ao país, uma série de projetos significativos foi anunciada, incluindo US \$ 80 milhões para uma refinaria de petróleo, US \$ 56 milhões para três usinas de eletricidade e US \$ 4 milhões para uma usina de gás e US \$ 3 milhões para um programa de coleta de resíduos. A Venezuela também forneceu assistência financeira significativa ao Haiti por meio dos termos do programa Petrocaribe. No âmbito do programa, o Haiti tornou-se participante de um acordo comercial preferencial, no qual eles poderiam pagar pelo petróleo venezuelano ao longo de um período de 25 anos, com taxa de juros de 1% (EDMONDS, 2012, s. p. tradução nossa⁸¹)

⁸¹ Do original: With the signing of agreements with Venezuela in 2007 during President Hugo Chávez's visit to the country, a series of significant projects was ushered in, including US\$80 million for an oil refinery, US\$56 million for three electricity plants, US\$4 million for a liquid gas plant, and US\$3 million for a waste collection program. Venezuela has also provided significant financial assistance to Haiti through the terms of the Petrocaribe [8] program. Under the program, Haiti became a participant in a preferential trade agreement, where they could pay for Venezuelan oil over a 25-year period, with 1 % interest rate (EDMONDS, 2012).

Para Thomas Muhr, a ALBA integra toda a América Latina e o Caribe, inclusive países não membros, por meio de cinco mecanismos:

a) acordos regionalistas interestaduais; b) instrumentos binacionais entre Venezuela e quase todos os Estados da ALC [América Latina e Caribe], especialmente Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; c) acordos multinacionais entre quaisquer três ou mais países da região; d) acordos sub-regionais entre três ou mais Estados pertencentes ao Caribe, Andes, ou sub-regiões da Amazônia ou do Cone Sul; e, finalmente, e) mecanismos transnacionais que, como mostro em um estudo de caso da Nicarágua (MUHR, 2008b), transcendem as relações internacionais, ao ignorar os governos nacionais (adversários) (MUHR, 2010, p. 615).

Segundo o autor, a integração fundada nesses critérios se constitui em um projeto de globalização contra-hegemônica na qual sua aplicação opera em “*dimensões múltiplas, interdependentes e complementares [...] que classifico como político-ideológica, cultural, de energia, social, econômico-industrial, ambiental, militar, financeira, educacional e de conhecimento*” (MUHR, 2010, p. 615).

Dentre essas dimensões, cabe ressaltar a importância da Petroamérica que é composta por Petrocaribe, Petroandina, Petrosul. Sendo o mais atuante, segundo Muhr (2010), o Petrocaribe, que consta no oitavo princípio constitutivo da ALBA, e se manifesta na integração energética entre os países da região de modo a assegurar o fornecimento estável. Destacando, também, os interesses das empresas latino-americanas e caribenhas. Sendo assim, a criação da Petroamérica constituiu, de fato, uma ferramenta de grande importância financeira para o fortalecimento econômico dos países integrados e prima pela continuidade da ALBA.

Além disso, também foi criado o Banco da ALBA⁸² (2009) com moeda virtual que circula entre os Bancos Centrais dos países membros para apoiar a Grande Nacional (transnacionais e intrabloco). Muhr destaca:

[...] a ideia de um “grande-nacional” [...] o objetivo de “construir a Pátria Grande” foi traduzido na estratégia de grandes projetos nacionais bi e multiestatais (GPNs) e as grandes empresas nacionais (GENs). [...] elas são respostas contra-hegemônicas às empresas capitalistas multi e transnacionais

⁸² O proceder do Banco ALBA: “El Banco del Alba es un organismo de derecho internacional público de carácter financiero, con personalidad jurídica propia, fundado en Caracas el 26 de enero de 2008, por los Presidentes y/o Jefes de Gobierno del ALBA-TCP. Desde el año 2009 el Banco del Alba financia una cartera de Proyectos Grannacionales, la mayoría de los cuales fueron priorizados en el marco de los mecanismos del ALBA (Cumbres, Consejo Político Ministerial, Consejo Ministerial de Complementación Económica)”. Disponível em: < <http://www.bancodelalba.org/> > Acesso em: 29 nov. 2018.

[...] as GNPs e as GENs podem operar dentro e por meio de todas as dimensões da ALBA, e transcender o nível nacional [...]. A dinâmica produtiva das GENs está orientada para a produção de valor de uso, ou seja, bens e serviços que satisfazem necessidades humanas básicas (MUHR, 2010, p. 618-619).

Esses projetos de empresas confirmam o primeiro princípio da declaração da Aliança que o comércio não pode ser um fim em si mesmo (ALBA, 2004). A ALBA promove, assim, uma competitividade relativizada com foco também no desenvolvimento dos mercados internos diferente do que acontece com o Haiti por meio da lei HOPE e HOPE II, acordo feito com os Estados Unidos, que tem toda sua produção interna voltada para a exportação (SEGUY, 2014).

Diante do terremoto de 2010, a ALBA se manteve comprometida em ajudar na reconstrução do Haiti:

Após o terremoto, a Venezuela mais uma vez intensificou-se para ajudar o Haiti, mediante a promulgação de US \$ 2,4 bilhões em reconstrução e ajuda humanitária, a maior contribuição financeira entre 58 doadores, de acordo com o Escritório do Enviado Especial para o Haiti. Em outro ato significativo de solidariedade, em junho de 2010, o governo venezuelano também cancelou toda a dívida do Haiti com a Petrocaribe - totalizando o cancelamento de quase US \$ 400 milhões⁸³ (EDMONDS, 2012, s. p. tradução nossa⁸³).

O Haiti vem sendo beneficiado, visto que é membro observador da ALBA, com as ações promovidas pela Aliança e as mais significativas têm sido as que estão relacionadas com a Petrocaribe. Assim, corrobora com o argumento das declarações feitas pelo Ministro Conselheiro da República do Haiti, Greny Antonie, na ocasião do 12º aniversário do Petrocaribe:

70% dos projetos implementados nos últimos anos têm sido financiados pelo Fundo Petrocaribe, visto que os projetos foram implementados no sector da energia, educação, agricultura, saúde, esportes, infraestruturas rodoviárias, entre outros. Graças ao Fundo, não se concretizaram 234 grandes projetos de investimento [...] Haiti conseguiu a estabelecer uma igualdade de condições e oportunidades, com foco em políticas de desenvolvimento. Graças a este acordo, o meu país tem tido acesso a produtos de petróleo venezuelano para

⁸³ Do original: After the earthquake Venezuela once again stepped up to help Haiti, by pledging US\$2.4 billion in reconstruction and relief aid, the largest financial contribution among 58 donors, according to the U.N. Office of the Special Envoy for Haiti. In another significant act of solidarity, in June 2010, the Venezuelan government also cancelled all of Haiti's debt with Petrocaribe — amounting to the cancellation of almost US\$400 million.

atender as necessidades de consumo e de hidrocarbonetos domésticos (ANTONIE, 2017, s. p., tradução nossa⁸⁴).

Na declaração expressa em 2017, observa-se o quão ressentido, do Ministro demonstra a efetividade dos princípios contidos ALBA que trazem um compromisso em estabelecer na região relações pautadas na complementariedade econômica e cooperação.

É notório que a integração solidária se mostra bem-sucedida quando o Haiti é mencionado como um exemplo da efetivação dos princípios constitutivos da ALBA. A ajuda nas áreas de saúde, educação, de infraestrutura são provas suficientes para crer que uma integração solidária, equitativa é o caminho a ser trilhado para o revigoramento político, social e econômico da América Latina, particularmente no caso do Haiti. Com isso, espera-se que possa figurar como uma região próspera e autônoma.

⁸⁴ 70% de los proyectos ejecutados durante los últimos años han sido financiados por el Fondo Petrocaribe, donde se han ejecutado proyectos en el sector Energético, de Educación, Agrícola, Salud, Deportes, Infraestructura vial; entre otros. “Gracias al Fondo se han podido materializar 234 grandes proyectos de inversiones [...] Haití ha logrado establecer un nivel de igualdad y oportunidades, enfocado en políticas de desarrollo. Gracias a este convenio, mi país ha tenido acceso a productos del Petróleo venezolano para satisfacer el consumo interno y las necesidades en materia de hidrocarburos (ANTONIE, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, foi possível destacar a importância relacionada com a localização geográfica da região caribenha e as riquezas de seus recursos naturais encontrados em toda a América Latina. Recursos naturais necessários para o desenvolvimento de uma sociedade próspera e autônoma. Paradoxalmente, é a pobreza que domina a maioria da população dos países latinos. Entretanto, constatamos que essa pobreza é o legado deixado pelo período da colonização e mantido na contemporaneidade pelo processo do desenvolvimento capitalista que, necessariamente, tem no subdesenvolvimento econômico sua base de sustentação.

Essa contradição nos remete à história do Haiti, pois, mesmo sendo o primeiro país da região a conquistar sua independência, hoje, luta para se manter como um país soberano. O que se observa é que a miséria não permite soberania, o que facilita a geoestratégia dos Estados Unidos e sua manutenção de poder na América Latina tendo o Haiti como um espaço estratégico na região quando observado a postura intervencionista estadunidense, com mais afinco a partir do final do século XIX, o que culminou na invasão de 1915.

Essa invasão foi o principal agente responsável pela desestruturação das instituições haitianas e, conseqüentemente, o fracasso do Estado Nacional, que contou com a anuência das elites haitianas. Situação que deflagrou nos anos seguintes a ascensão de ditaduras patrocinadas pelos Estados Unidos para manter sua dominação no território haitiano e na região.

A dominação estadunidense também propiciou um caminho livre para as multinacionais usufruírem livremente da farta oferta da força de trabalho a baixos salários existente na sociedade haitiana, pois contam com a repressão das missões militarizadas, iniciadas na década de 1990, que acabam por impedir manifestações por direitos básicos, entre eles os trabalhistas. Logo, a sociedade haitiana, privada de apropriar-se de seu protagonismo enquanto sociedade, fica refém dessas ações externas. Assim, foi possível constatar que as intervenções ou missões militarizadas ao tutelarem o Estado haitiano tornaram-se um dos principais obstáculos para o fortalecimento de suas instituições. Nesse sentido, a MINUSTAH, que esteve sob a égide do Capítulo VII durante os 13 anos de permanência no Haiti, compõe-se também como impeditivo para esse fortalecimento.

Uma sociedade tolhida em seu direito a se rebelar diante da vulnerabilidade social em que se encontra, acaba enfraquecida para a promoção de mudanças de forma autônoma e

democrática. Esse é um dos aspectos mais sombrios da MINUSTAH: reprimir manifestações legítimas da sociedade haitiana.

Além disso, foi possível constatar também durante o desenvolvimento da pesquisa que o Haiti ficou sob tutela de 9 missões por quase 3 décadas e, mesmo assim, continua ocupando os mesmos parâmetros de miserabilidade, em condições de extremo sofrimento humano para a maior parcela da população do país. Com índices de analfabetismo de quase 80% da população, sendo 85% das escolas e hospitais privados. O Haiti está em meio a epidemias de cólera, sem água potável e com mais de 50% da população abaixo da linha da miséria.

De tal modo, a comunidade internacional se mostrou falha no empenho em estabilizar o Haiti, em razão dos interesses obscuros e arranjos políticos encabeçados, principalmente, pelos Estados Unidos - enquanto país membro permanente da ONU. Se forem observadas as dinâmicas das missões da ONU no Haiti, é possível identificar que não ocorreram, de forma *contundente*, avanços nos setores sociais, o que se fez foi aprofundar sua dependência econômica.

Nesse sentido, nota-se que a eficácia da MINUSTAH em seus três eixos é bastante controversa. Afinal, se por um lado o Haiti foi considerado estabilizado em seu eixo referente à segurança interna, segundo o Exército brasileiro e a ONU, por outro, essa segurança não se estendeu aos manifestantes de movimentos populares ou de manifestações espontâneas. O eixo da redemocratização - se entendida como efetivação das eleições - foi restabelecido, mas teve sua legitimidade sempre permeada por suspeitas de fraudes, sendo que muitas foram confirmadas, porém nada foi feito. Em relação ao eixo para a promoção e defesa dos direitos humanos, a MINUSTAH também não alcançou seu objetivo, visto que esse eixo continua no mandato da nova missão, a MINUJUSTAH.

Relevante observar que, em 2017, a palavra laboratório foi sendo incorporada e naturalizada pelos militares brasileiros da MINUSTAH ao fazer referência ao Haiti como um campo de experimento para as práticas de estratégias militares do exército brasileiros. Essa nomenclatura usada pelos militares, sem constrangimentos, nada mais é do que a representação certa do que foi a MINUSTAH para o Brasil e para a ONU: um experimento que deu certo, para ambos, mas não necessariamente para a sociedade haitiana.

Por fim, a pesquisa nos levou a considerar a integração latino-americana, em especial a ALBA, como caminho para o fortalecimento da região no aspecto econômico e para além dele. A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) buscou promover uma integração solidária baseada na complementariedade no desenvolvimento econômico e social, com respeito às diversidades culturais e políticas da região. Assim, podemos considerar que o

Haiti, dado seu grau de fragilidade, principalmente econômico, seria amplamente beneficiado com o fortalecimento da integração dos países latinos.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sergio (2014). *Gerenciamento de Crise: o terremoto no Haiti*. Ed. Porto de Ideias: São Paulo, SP.
- AMARAL, Mariana; VIANA, Natália (2011). **Parte II: O papel do Brasil é "impor a paz"**. *Pública, Agência de Jornalismo Investigativo*, publicado em: 27 de setembro de 2011. São Paulo. Disponível em: < <https://apublica.org/2011/09/parte-ii-o-papel-do-brasil-e-impor-a-paz/> > Acesso em: 20 out. 2018.
- ANDRADE, Everaldo Oliveira (2016). **A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano**. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 20, p. 173-196, jan/jun., São Paulo, SP.
- ANTONIE, Greny (2017). **Diplomáticos de El Salvador y Haití destacan logros de PetroCaribe en el ámbito social y comercial**. *Gobierno Bolivariano de Venezuela, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores*. Caracas, Venezuela. Disponível em: < http://marruecos.embajada.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=1657:2017-07-10-10-37-13&catid=3:noticias-de-venezuela-en-el-mundo&Itemid=19&lang=es > Acesso em: 3 dez. 2018.
- ARCINIEGAS, German (1966). *Biografía del Caribe*. Ed. Sudamericana: Buenos Aires, Argentina.
- ARRIGHI, Giovanni (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O Longo Século XX*. Ed. UNESP: São Paulo, SP.
- BATISTA, Ian Rebouças (2016). **A ALBA e o modelo pós-hegemônico de integração regional**. *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe, 27 a 29 de abril de 2016. Aracajú, Sergipe. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6097/5109> > Acesso em: 23 out. 2018.
- BAUER, Carlos Francisco (2016). *La huella de Haití entre el latino-americocentrismo y la historia universal Otro camino para decolonizar nuestra historia, cultura y estado Notas para un proceso de liberación permanente Un pequeño libro que todo "americano" debería leer*. Ed. Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, Argentina.
- BEZERRA, Livia Morena Brante (2016). **Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. *Revista Nera*, ano 19, n. 34, edição Especial, p. 107-118, Presidente Prudente, SP. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4980/4137> > Acesso em: 22 out. 2018.

- BIGATÃO, Juliana de Paula (2015). *Do Fracasso à Reforma das Operações de Paz das NAÇÕES UNIDAS (2000-2010)*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais - (UNESP/ UNICAMP/ PUC): São Paulo, SP.
- BOFF, Leonardo (2017). **O intento de recolonizar o Brasil e a América Latina**. *Rede Brasil Atual*. Publicado em 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2017/12/o-intento-de-recolonizar-o-brasil-e-a-america-latina>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- BRUCKMANN, Mônica (2011). **Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana**. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (2011) [Org.]. *Governança global e integração da América do Sul*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Brasília, DF.
- CÂMARA, Irene Pessoa de Lima (1998). *Em nome da democracia: A OEA e a crise haitiana - 1991 – 1994*. Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos: Brasília, DF.
- CAMPOS, Mauricio (2015). **100 Anos da Recolonização do Haiti pelas tropas dos Estados Unidos**. *Diário da Liberdade*, publicado em 28 de julho de 2015. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/america-latina/direitos-nacionais-e-imperialismo/57074-100-anos-da-recoloniza%C3%A7%C3%A3o-do-haiti-pelas-tropas-dos-estados-unidos.html>> Acesso em: 24 fev. 2018.
- CARVALHO, José Jorge (1995). **A Experiência Histórica dos Quilombos nas américas e no Brasil**. In: CARVALHO, J. J.; DÓRIA, S. Z.; OLIVEIRA JUNIOR, A. (1995) [Orgs]. *O Quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas*. Centro de Estudos Afro-Orientais. Ed.UFBA: Salvador, BA.
- CASAS, Alejandro (2007). *Pensamiento sobre integración y latinoamericanismo Orígenes y tendencias hasta 1930*. Ed. Ántropos: Bogotá, Colômbia.
- CASTAÑEDA, Digna (2017). **O Grande Caribe – área fundacional do continente americano – Contribuição histórica de suas principais singularidades**. In: MARTÍNEZ, C. et al. (2017). *O Caribe Espaço estratégico na América Latina*. Ed. Insular: Florianópolis, SC.
- CASTELLANO, Igor; QUEDI, José Miguel (2014) **Exército Nacional e Construção do Estado na África: A Abordagem Brasileira no Caso da República Democrática do Congo**. *Revista Austral*, v. 3, n.5, jan./jun., Porto Alegre, R.S.
- CASTELLANO, Igor (2011). *Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pre-condição para a paz*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, R.S.
- CASTOR, Suzy (2016). *La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias, 1915-1934*. Ed. Fundación Juan Bosch: San Domingo, República Dominicana.

- CAVALLARO, James; GAIO, Carlos; KALILI, Sergio, et al. (2005). *Mantendo a Paz no Haiti? Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o seu mandato como parâmetro de sucesso*. Harvard Law Student Advocates for Human Rights, Cambridge, Massachusetts & Centro de Justiça Global, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. Disponível em: < http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2015/09/r_jg_haiti_2005.pdf > Acesso em: 24 out. 2018.
- CECEÑA, Ana Esther (2010). **Dossiê América Latina: novos desafios, novas análises**. *Revista Lutas Sociais*, n.24, p. 87-100, São Paulo, SP.
- CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL (2005). *Harvard e Justiça Global apresentam relatório sobre ação das tropas do Brasil no Haiti*: Relatório denuncia violações de direitos humanos cometidas pelas tropas brasileiras no Haiti. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: < <http://www.global.org.br/blog/harvard-e-justica-global-apresentam-relatorio-sobre-acao-das-tropas-do-brasil-no-haiti/> > Acesso em: 24 out. 2018.
- CÉSAIRE, Aimé. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução Noémia de Sousa. Ed. Livraria de Sá da Costa: Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- COLLIER, Paul. (2009). *Haiti: From Natural Catastrophe to Economic Security*. A Report for the Secretary-General of the United Nations Paul Collier. Department of Economics, Oxford University. Oxford, Reino Unido.
- CORD, Marcelo Mac (2016). **Chineses na América Latina oitocentista: trabalho compulsório em escala global**. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 8, n. 16, Jul./dez, p. 209-212, Florianópolis, SC.
- CORREIA, Pedro Pezarat (2012). **Geopolítica e Geoestratégia**. *Revista Nação e Defesa*, n. 131, série 5, p. 229-246. Portugal.
- COUGHLIN, Dan; IVES, Kim (2011). **EUA atuaram contra aumento de mínimo no Haiti para 5 dólares**. *Pública, Agência de Jornalismo Investigativo*, 29 de julho de 2011. Disponível em: <https://apublica.org/2011/07/wikileaks-eua-atuaram-contr-aumento-de-minimo-no-haiti-para-5-dolares/> > Acesso em: 20 out. 2018.
- DOMINIQUE, Didier (2017). **Entrevista com Didier Dominique, representante de batay ouvriyé (luta operária), do Haiti**. *Portal dos Sindicatos dos Comerciantes de Passo Fundo e Região*. Publicado em 03 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.secpf.com.br/site/entrevista-com-didier-dominique-representante-de-batay-ouvriye-luta-operaria-do-haiti/>> Acesso em: 30 set. 2018.
- DOMINGUES, Petrônio (2005). **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica**. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n.1, jan./jun., 2005, p. 25-40, Londrina, PR.
- DODDS, Paisley (2017). **UN child sex ring left victims but no arrests**. *Associated Press News*, publicado em 12 de abril de 2017. Disponível em: <

<https://www.apnews.com/e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1> > Acesso em: 15 dez. 2018.

DUSSEL, Enrique (1993). *1492: o encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade (A origem do “mito da modernidade”)*. Conferência de Frankfurt, tradução de Jame A. Clasen. Ed. Vozes Ltda: Petrópolis, RJ.

EDMONDS, Kevin (2012). **Haiti: ALBA expands its allies in the Caribbean**. *PamBazuka News: voices for freedom and justice*, publicado em 29 de fevereiro de 2012. Disponível em: < <https://www.pambazuka.org/governance/haiti-alba-expands-its-allies-caribbean> >. Acesso em: 28 nov. 2018.

ELTIS, David (2016). *A escravização de africanos*. Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/escravizacao-de-africanos/> > Acesso em: 16 jun. 2018.

FANON, Frantz (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Ed. EDUFBA: Salvador, BA.

FERRER, Ada (2012). **A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana**. *Almanack*, n.3, p. 37-53, 2012, jan./jun. Guarulhos, SP.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites (2015). *Simón Bolívar: uma persistência latino-americana*. 325 p. Tese de Doutorado em Integração da América Latina - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.

FIORI, José Luis (2007). **Nicholas Spykman e a América Latina**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, publicado em 24/11/2007. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori051207.pdf>> Acesso em 24 de abril de 2019.

FINAZZI, João Fernando (2017). **Os silêncios da estabilização do Haiti**. *Revista Terra em Transe*, publicado em 04 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/terraemtranse/2017/09/04/os-silencios-da-estabilizacao-do-haiti/>> Acesso em: 15 out. 2018.

FINAZZI, João Fernando (2018). **O global e o local no Haiti: as revoltas de julho em perspectiva internacional**. *Revista Terra em Transe*, publicado em 01 de setembro de 2018. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/terraemtranse/2018/09/01/o-global-e-o-local-no-haiti-as-revoltas-de-julho-em-perspectiva-internacional/> > Acesso em: 28 nov. 2018.

FRANK, André Gunder (1976) *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Ed. Siglo Veintiuno: México.

FREIRE, Vinicius Torres (2010). **Embargo econômico após golpe de 1991 arruinou o país de vez**. *Folha de São Paulo Mundo*, publicado em 17 janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1701201006.htm> > Acesso em: 21 mai. 2018.

- FUKUYAMA, Francis (2005). *Construção de Estados: Governo e organização no século XXI*. Ed. Rocco: Rio de Janeiro, RJ.
- FUKUYAMA, Francis (1992). *O fim da História e o último homem*. Ed. Rocco: Rio de Janeiro, RJ.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA E TECNOLOGIA INOVADORAS (CERTI). *Pré-Estudo de segmento industrial no Haiti*. Santa Catarina, SC. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/estudo/relatorio_final_haiti_11-08-2010.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.
- FURTADO, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, RJ.
- GALEANO, Eduardo (2010). **A história do Haiti é a história do racismo**. *EcoDebate*, site de informações, artigos e notícias socioambientais. Publicado em 23 de janeiro de 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/01/23/a-historia-do-haiti-e-a-historia-do-racismo-artigo-de-eduardo-galeano/>> Acesso em: 15 out. 2017.
- GALEANO, Eduardo (2010). **Os pecados do Haiti**. *Revista Carta Maior*, publicado 19 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso: 25 out. 2017.
- GAZTAMBIDE, Antonio (2006). **La invención del Caribe a partir de 1898 (las definiciones del Caribe, revisitadas)**. *Jangwa Pana Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*. v. 5, n. 1, jan./dez, Colômbia. Disponível em: <<http://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/441>>. Acesso em: 30 fev. 2018.
- GIRVAN, Norman (2017). **Perspectiva Pancaribenha. Colonialismo, resistência e reconfiguração**. In: MARTÍNEZ, C. et al. (2017). *O Caribe Espaço estratégico na América latina*. Ed. Insular: Florianópolis, SC.
- GIRVAN, Norman (1999). **Reinterpretar el Caribe**. *Revista Mexicana del Caribe*. a. IV, n. 7, Universidad de Quintana Roo, Chetumal, México. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=1Y2zV0GlexYC&printsec=frontcover&vq=girvan&hl=pt-BR#v=onepage&q=girvan&f=false> Acesso em: 27 mar. 2018.
- GLYCERIO, Carolina; BACOCINA, Denise (2006). **Amorim considera 'estranho' dados de eleição no Haiti**. *BBC Brasil*, publicado em 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/060216_haitiamorimg.sh>. Acesso em: 27 set. 2018.
- GOODMAN, Amy (2016). **Haití: las políticas comerciales de Bill Clinton destruyeron el cultivo de arroz y hoy el país enfrenta la hambruna tras el paso del huracán**. *Democracy Now!*, publicado em 11 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.democracynow.org/es/2016/10/11/bill_clinton_s_trade_policies_destroyed> Acesso em: 18 out. 2018.

- GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, RJ.
- GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. **A MINUSTAH como uma missão civilizatória: uma análise crítica da política internacional para a estabilização do Haiti**. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*. vol. 8, n. 3, 2017: João Pessoa, PB.
- HELMAN, Gerald B; RATNER, Steven (1992). R. **Saving Failed States**. *Revista Foreign Policy*, 1992. Disponível em: < <http://foreignpolicy.com/2010/06/15/saving-failed-states/> > Acesso em: 15 mai. 2018.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2015). *Relatório Mundial 2016: Haiti*. Eventos de 2015. Disponível em: < <https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285575> > Acesso em: 7 nov. 2018.
- HURBON, Laenner (2017). **O Haiti não está a salvo**. *Revista Veja*, publicado em 21 de setembro 2017. Disponível em: < <https://complemento.veja.abril.com.br/pagina-aberta/o-haiti-nao-esta-a-salvo.html> > Acesso em: 30 out. 2018.
- JACKSON, Robert. H; ROSBERG, Carl, G. (1982). *Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood*. *World Politics*, vol. 35, n. 1, out., 1982. Disponível em: < http://www.gsas.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readingsm/africas_weak_states.pdf >. Acesso em 15 mai. 2018.
- JAMES, C. L. R. (2010). *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Ed. Boi Tempo: São Paulo, SP.
- KAMINSKI, Anelise Gomes Vaz (2011). *As limitações das intervenções humanitárias da ONU: o caso do Haiti*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- KAWAGUTI, Luis (2006). *A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti*. Ed. Globo: São Paulo, SP.
- KARTZ, Claudio (2016). **Teoria da dependência e o sistema-mundo**. *ODiario.Info*, publicado em 16 de novembro de 2016. Disponível em: < <http://www.odiarario.info/teoria-da-dependencia-e-o-sistema/> >. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.
- LANDIM, Raquel (2008). **Missão de paz abre oportunidades para empresas brasileiras no Haiti**. *Valor Econômico*, publicado em 15 de agosto de 2008. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/488111/noticia.htm?sequence=1> > Acesso em: 15 dez. 2018.
- LEITE, Leonardo de Magalhães (2014). **Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica**. *Revista Economia e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 507-534, Campinas, SP.
- MARINI, Ruy Mauro (2005) *Dialética da Dependência*. Ensaio datado de 1973. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Versão digitalizada conforme publicado em

- Ruy Mauro Marini: Vida e Obra, Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- MARTÍNEZ, Arturo Martínez (2015). **El Caribe, como concepto de mare nostrum en la teoría de Alfred Thayer Mahan.** *Tiempo y Espacio*, n. 64, p. 441-460, jul./dez, Venezuela.
- MARTÍNEZ, Carlos (2017). **O Grande Caribe na Geopolítica dos Estados Unidos.** In: MARTÍNEZ, Carlos et al. (2017). *O Caribe Espaço estratégico na américa latina*. Ed. Insular: Florianópolis, SC.
- MARTINS, Carlos, Eduardo; VALÊNCIA, Adrián, S. (2001). **Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria.** *Lutas Sociais*, n. 7, p. 115-130, São Paulo, SP.
- MENDONÇA, Marcos, Venicio (2017). **Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti.** Cumprimento do mandato e de normas internacionais. In: HAMANN, Eduarda, P.; TEIXEIRA, Carlos, A. R. (2017) [Org.]. *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.* Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- MIRANDA, André Luis Novaes (2017). **A pacificação de Bel Air.** Cumprimento do mandato e de normas internacionais. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (2017) [Org.]. *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.* Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- MELO, Raquel Bezera Cavalcanti de (2006). **Construindo as Operações de Paz Multidimensionais das Nações Unidas.** *Tensões Mundiais*, v. 2, n. 1, jan./jul, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/747>>. Acesso em 24 de fev.de 2019.
- MEZILAS, Glodel (2009). **La revolución haitiana de 1804 y sus impactos políticos sobre América Latina.** *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas*, v. 11, n. 2, dez, Mendoza, Argentina.
- MIGNOLO, Walter D. (2017). **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade.** Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 32 n. 94. Jun., 2017, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2009). **Geopolítica e Política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul.** Ed. FUNAG: Brasília, DF.

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2005) *Formação do Império Americano - Da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, RJ.
- MONTEIRO, Leandro Nogueira (2006). *O Conceito de Estados Fracassados nas Relações Internacionais: Origens, Definições e Implicações Teóricas*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Unesp/Unicamp/PUC-SP. São Paulo, SP.
- MUHR, Thomas (2010). **Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos**. Tradução de Marcelo Parreira do Amaral. *Educação e Pesquisa*, v.36, n. 2, p. 613, mai./ago, São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280101980_Venezuela_e_ALBA_Regionalismo_Contra-hegemonico_e_Ensino_Superior_Para_Todos> Acesso em: 3 dez. 2018.
- NASCIMENTO, Washington Santos (2007). **Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840)**. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*. v. 10, n.18, jul., p. 469-488, dez., Ilhéus, BA.
- NASSER, Reginaldo; FINAZZI, João Fernando (2018). **As lições do Haiti**. *Observatório Político dos Estados Unidos*. 25 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2018/05/25/as-licoes-do-haiti/>>. Acesso em 22 fev. 2018
- NISHIKAWA, Reinaldo (2005). **O Haiti não é aqui: discurso antiescravista e práticas escravistas no Brasil (1790-1840)**. *MÉTIS: história & cultura* – v. 4, n. 7, p. 11-32, jan./jun., Caxias do Sul, RS.
- NETO, Floriano Peixoto Vieira (2017). **Epopeia militar brasileira no Haiti**. Cumprimento do mandato e de normas internacionais. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (2017) [Org.]. *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos (2015). *As missões de paz sob a ótica de uma nova divisão internacional do trabalho na área da segurança*. Pesquisa implementada em 2011 e financiada pelo IPEA – Instituto em Pesquisa Econômica Aplicada – no âmbito do PNPd, Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional no Projeto “O Papel da Defesa na Inserção Internacional do Brasil”. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, n. 2, p. 236-272, mai./ago., Marília, SP.
- PETRUS, Gabriel Merheb (2012). *O Haiti como Estado falido: da exportação de democracia à reconstrução institucional*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- PIERRE-CHARLES, Gérard (1994). *A sacração da Liberdade: Heróis e Mártires da América Latina. Toussain L’Ouverture*. Ed. Revan: Rio de Janeiro, RJ.
- PIERRE-CHARLES, Gérard (2017). **O peso dos fatores geopolíticos e econômicos na política estadunidense para o Caribe. Notas e hipóteses de interpretação**. In: MARTÍNEZ, C. et al. (2017) *O Caribe Espaço estratégico na América Latina*. Ed. Insulas: Florianópolis, SC.

- PORTAL CADORIM (2018). *Haiti: dos primórdios aos confins do terremoto*. Mapa da Divisão Colonial da Ilha de Hispaniola no Século 15. Disponível em: <<https://cadorim.wordpress.com/2010/05/13/haiti-dos-primordios-aos-confins-do-terremoto/>> Acesso em: 16 jun. 2018.
- PORTAL ESCOLA BRITANNICA (2018). *Mapa das viagens de Colombo na região caribenha*. Disponível <<https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- PORTAL DE INFORMAÇÕES GO GROLIER (2018). *Mexico, Centroamerica y el Caribe, recursos naturales*. Disponível em: <<http://go.grolier.com/atlas?id=mtsp021&tn=/atlas/nec2/atlas.html> >. Acesso em: 16 jun. 2018.
- PORTAL ONE WORLD - The Nations Online Project (2018). *Political Map of Haiti*. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/haiti_map.htm >. Acesso em: 16 jun. 2018.
- RAMOS, Dernival. Venâncio (2008). **A Invenção do Caribe como Contracultura e a Revolução Cubana**. *Revista Brasileira do Caribe*, v.8, n. 16, p.459-469, São Luís, MA. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2442>>. Acesso em: 08 abr. 2017.
- RASLER, Karen; THOMPSON, WILLIAM, R. (2005). **Global War and the Political Economy of Structural Change**. p. 301-331. In: MIDLARSKY, Manus I. (2005) [Org.]. *Handbook of War Studies II*. The University of Michigan Press, Estados Unidos.
- REZENDE, Lucas. Pereira (2012) *O engajamento do brasil nas operações de paz da ONU: análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção Internacional Brasileira*. Editora Appris: Curitiba, PR.
- ROSA, Renata de Melo; PONGNON, Vogli, Nahum (2013) **A República do Haiti e o processo de construção do Estado-nação**. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. XIII, n. 26, jan./jun, p. 461-494, São Luís, MA.
- ROSA, Renata de Melo (2012). **Weber despedaçado: até quando dura a dominação carismática?: uma análise da política no Haiti**. *Universitas Relações Internacionais*. v. 10, n. 2, p. 107-114, jul./dez., Brasília, DF.
- SÁ, Miguel Borba (2018). **Sucesso” e “sacrifício” nas Intervenções militares brasileiras: Haiti e Rio de Janeiro no século XXI**. *Jubileu Sul Brasil*, publicado em 19 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.jubileusul.org.br/nota/5473#_ftn13 > Acesso em: 09 nov. 2018.
- SEGUY, Franck (2014). *A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti*. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP.

- SEGUY, Franck (2014). **Ajuda internacional ao Haiti é ‘grande mentira’**. *Jornal da Unicamp*, publicado em abril de 2014. Disponível em <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/594/ajudainternacional-ao-haiti-e-grande-mentira-defende-tese>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- SEGUY, Franck (2009). *Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE.
- SEITENFUS, Ricardo (2005). **Os novos paradigmas da segurança coletiva internacional**. In: AGUILAR, S.L.C. (2005) [Org.]. *Brasil em missões da paz*. Ed. Usina do Livro: São Paulo, SP.
- SEITENFUS, Ricardo (2011). *A saga de um gaúcho no caos*. Blog Ricardo Seitenfus. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/visualizar.asp?t=noticias&ID=66>> Acesso em: 14 nov. 2018.
- SEITENFUS, Ricardo (2016). *Reconstruir Haití: entre la esperanza y el tridente imperial*. Santo Domingo, República Dominicana. Ediciones Fundación Juan Bosch, Inc. Biblioteca Digital Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, Argentina.
- SEITENFUS, Ricardo (2017). **Com altos e baixos, Brasil cumpre missão militar no Haiti**. *EM.com.br* Internacional, postado em 01 de out. de 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/09/01/interna_internacional,897015/com-altos-e-baixos-brasil-cumpre-missao-militar-no-haiti.shtml> Acesso em: 22 dez.2018.
- SEITENFUS, Ricardo (2010). *Entrevista para o jornal Le Temps*. Blog Ricardo Seitenfus, publicada em 2010. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/visualizar.asp?t=noticias&ID=72>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- SMARTH, Rosny (2010). **Crise, movimento popular, intervenção estrangeira e a presença da América Latina e do Brasil no Haiti**. *Revista Universitas: Relações Internacionais*, v. 8, n. 1, p. 177-188, Brasília, DF.
- SOARES, Gláucio (1976). *A questão agrária na América Latina*. Ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, RJ.
- SOUZA, Nilson Araújo de (2012). **América Latina: as ondas da integração**. *Revista OIKOS*. v. 11, n. 1, p. 87-126, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos>>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- SUTTER, Cristina (2010). **Haiti, país maldito**. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Vol. X – Nº 3 – p. 931-950, set., Fortaleza, CE.

- TAVARES Eliane (2017). **O Caribe, região estratégica na América Latina**. In: MARTÍNEZ, Carlos et al. (2017). *O Caribe Espaço estratégico na américa latina*. Ed. Insular. Florianópolis, SC.
- THOMAZ, Omar Ribeiro (2010). **O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou**. *Revista Novos Estudos*, n. 86, março, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a02.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2018.
- UZIEL, Eduardo (2013). **O voto do Brasil e a condição de membro eletivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas**. *Site Política Externa*, publicado em 24 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/672/voto-brasil-condicao-membro-eletivo-conselho-seguranca-nacoes-unidas/>>. Acesso em: 8 set. 2018.
- UZIEL, Eduardo (2015). *Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*. 2 ed. FUNAG: Brasília, DF.
- VÉLEZ, Federico (2015). **Do Suez ao Canal do Panamá e além. A influência de Gamal Abdel Nasser na América Latina**. *Revista Varia História*, vol. 31, n. 55, p. 163-191, jan./abr. Belo Horizonte, MG.
- VIEIRA, Oscar (2017). *Estado de Direito*. 1 ed. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito. Enciclopédia Jurídica, PUCSP: São Paulo, SP.
- VIEIRA, Jofre Teófilo; ASSUNÇÃO Victor Fialho (2006). **A crise no Haiti pós-independência, de 1804 – 1915**. *Ameríndia - História, cultura e outros combates*, v. 2, n. 1, Fortaleza, CE.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (1999). **Análise dos sistemas mundiais**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (1999) [Org.]. *Teoria Social Hoje*. Ed. UNESP: São Paulo, SP.
- WELLBAUM, Andrea (2006). **Confrontos entre gangues e soldados no Haiti 'devem continuar'**. *BBC Brasil*, publicado em 27 de outubro de 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061026_haitiminustahaw.shtml>. Acesso em: 28 out. 2018.
- WILLIAMS, Eric (2012). *Capitalismo e escravidão*. Tradução Denise Bottmann. 1. ed. Companhia das Letras: São Paulo, SP.
- YOKOTA, Paulo (2016). **Novo Canal do Panamá**. *Site Ásia Comentada*, publicado em 27 de junho de 2016. Disponível em: < <http://www.asiacomentada.com.br/2016/06/novo-canal-do-panam/> > Acesso em: 16 jun. 2018.

Fontes Documentais Oficiais:

- ALBA (2018). *Principios Fundamentales del Tratado de Comercio de los Pueblos*. Caracas. Venezuela. Disponível em: < <http://www.portalalba.org/> >. Acesso em: 23 out. 2018.
- BANCO DA ALBA (2018). *El Banco*. Disponível em: < <http://www.bancodelalba.org/> > Acesso em: 30 nov. 2018.
- BANCO MUNDIAL (2018). *Dados e Estatísticas*. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/> >. Acesso em: 05 jun. 2018.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL) (2018). *Segundo informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe* (LC/FDS.2/3/Rev.1), Santiago, Chile.
- FUND FOR PEACE (2018). Disponível em:< <http://www.fundforpeace.org> >. Acesso em: 30 mai. 2018.
- FUND FOR PEACE (2018). *The failed states index*. Maio, 2018. Disponível em: <<http://fundforpeace.org/fsi/data/> > Acesso em: 26 mai. 2018.
- INSTITUTE FOR JUSTICE & DEMOCRACY IN HAITI (2017). *New Report: Troubling Weaknesses in Electoral System Overshadow Return of Constitutional Rule in Haiti*. Fevereiro, 2017. Disponível em: < <http://www.ijdh.org/2017/02/topics/politics-democracy/report-troubling-weaknesses-in-electoral-system-overshadow-return-of-constitutional-rule-in-haiti-francais-inclus/> > Acesso em: 29 out. 2018.
- INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (ICISS) (2001). *The Responsibility to Protect*. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty. 2001. Disponível em: < <http://www.un.org/en/genocideprevention/about-responsibility-to-protect.html> > Acesso em: 15 nov. 2018.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS (2018). *Instituto haitiano de Estatística e Informática*. Statistiques Economiques. Disponível em: < <http://www.ihsi.ht/> >. Acesso em: 30 mai. 2018.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (2015). *Haiti. Comércio Exterior*. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR); Divisão de Inteligência Comercial (DIC). Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDHaiti.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- ONU (1945). *Carta de São Francisco*. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/carta/> >. Acesso em: 21 mar. 2018.

- ONU (1948). *Declaração Universal de Direitos Humanos*. São Francisco, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> . Acesso em: 25 out. 2018.
- ONU. CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (2018). *Documentos organizados por ano*. Disponível em: < <http://www.un.org/Docs/sc/> >. Acesso em: 25 out. 2018.
- ONU BRASIL (2016). *Ban pede desculpas pelo cólera no Haiti e anuncia novo plano de combate*. Publicado em 02/12/2016. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/ban-pede-desculpas-pelo-colera-no-haiti-e-anuncia-novo-plano-de-combate/> > Acesso em: 6 nov. 2018.
- ONU BRASIL (2018). *Há ‘muitos desafios a serem superados’ na ONU quanto à luta contra abusos, diz defensora de vítimas*. Publicado em 23 de out. de 2018. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/ha-muitos-desafios-a-serem-superados-na-onu-quanto-a-luta-contra-abusos-diz-defensora-de-vitimas/> > Acesso em: 6 nov. 2018.
- ONU (2018). *UN Haiti Cholera Response Multi-Partner Trust Fund*. Disponível em:< <http://mptf.undp.org/factsheet/fund/CLH00> > Acesso em: 5 nov. 2018.
- ONU (2015). *The situation of human rights in Haiti – July 2014 to June 2015*. Annual Report on the situation of human rights in Haiti Executive Summary and Recommendations 1 July 2014 – 30 June 2015. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/HT/ExecutiveSummaryMINUSTAH-OHCHRJuly2014_June2015_june2014_en.pdf> Acesso em: 3 nov. 2018.
- ONU (1990). *A/RES/45/2 (1990), Missão Grupo de Observadores das Nações Unidas para verificação das Eleições no Haiti, (ONUVEH) em 10 de outubro de 1990*. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/45/2>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1992). *A/47/277-S/24111 (1992). An Agenda for Peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping Report of the Secretary-General pursuant adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992, 17 June 1992*. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/277 > Acesso em: 12 fev. 2018.
- ONU (1993). *A/RES/47/20B (1993), Missão Civil Internacional para o Haiti, (MICIVIH) em 23 de abril de 1993*. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/47/20B>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1993). *S/RES/841 (1993). Embargo comercial em 16 de junho de 1993*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/841%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/841%20(1993))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1993). *S/RES/861 (1993), Suspensão do Embargo, 27 de agosto de 1993*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/861%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/861%20(1993))> Acesso em: 15 jan. 2018.

- ONU (1993). *S/RES/867 (1993), Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH)*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/867%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/867%20(1993))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1993). *S/RES/873 (1993), Reestabelecimento do embargo comercial em 13 de outubro de 1993*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/873%20\(1993\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/873%20(1993))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1994). *S/RES/940 (1994), Prorrogação da Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH) em 31 de junho de 1994*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/940%20\(1994\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/940%20(1994))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1994). *S/RES/948 (1994), Regresso do Presidente Aristide em 15 de outubro de 1994*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/948%20\(1994\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/948%20(1994))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1995). *A/50/60 (1995), Supplement to An Agenda for Peace. Position paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fifth Anniversary of the United Nations January, 1995*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/index.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- ONU (1996). *S/RES/1063 (1996), Estabelece a Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH) em 28 de junho de 1996*. Disponível em <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1063%20\(1996\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1063%20(1996))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1996). *S/RES/1085 (1996), Prorrogação da Missão de Apoio das Nações Unidas para o Haiti (UNMIH) em 29 de novembro de 1996*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1085%20\(1996\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1085%20(1996))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1997). *S/RES/1123 (1997), Estabelece a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), em 30 de julho de 1997*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1123%20\(1997\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1123%20(1997))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (1997). *S/RES/1141 (1997), Estabelece a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), em 28 de novembro de 1997*. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1141%20\(1997\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1141%20(1997))>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (2000). *A/55/305 (2000), Relatório de Brahimi, em: 21 agosto de 2000*. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (2000). *A/RES/54/193 (2000), Missão de Suporte Civil Internacional no Haiti (MICAH) em 18 de fevereiro de 2000*. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/54/193>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

- ONU (2004). *S/RES/1529 (2004), Missão Força Multinacional Interina (MIF), em 29 de fevereiro de 2004.* Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1529%20\(2004\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1529%20(2004)) >. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (2004). *S/RES/1542 (2004), Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em 30 de abril de 2004.* Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1542%20\(2004\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1542%20(2004)) >. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ONU (2017). *S/RES/ 2350 (2017), Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), em 13 abril de 2017.* Disponível em < https://minujsth.unmissions.org/sites/default/files/sc_2350e.pdf > Acesso em: 30 nov. 2018.
- ONU (2018). *MINUSTAH.* Disponível em < <https://minustah.unmissions.org/historique> > Acesso em: 30 out. 2018.
- PLATAFORMA DAS ORGANIZAÇÕES HAITIANAS DOS DIREITOS HUMANOS (2012) *Violações dos direitos humanos pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).* Disponível em: < http://www.pohdh-ht.org/spip.php?article171&var_recherche=minustah >. Acesso em: 28 nov. 2018.
- ITAMARATY. *Resenhas do Política Exterior do Brasil.* Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/resenhas> > Acesso em: 18 set. 2018.
- UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). Disponível em: < <https://idea.usaid.gov/cd/haiti/health> >. Acesso em: 30 mai. 2018.
- ONU NEWS (2018). *'Many challenges to overcome' at UN, in fight against abuse: victims' advocate.* Publicado em 22 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://news.un.org/en/story/2018/10/1023822> . > Acesso em: 23 nov. 2018.